UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

A linguagem de *Monções* (1945): estudo através do “plural do texto”.

PEDRO LOTTI CARVALHO DIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação “Culturas e Identidades Brasileiras” do Instituto de Estudos Brasileiros (USP-São Paulo), para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: ESTUDOS BRASILEIROS

Linha de pesquisa: Brasil: a realidade da criação, a criação da realidade

VERSÃO CORRIGIDA

ORIENTADOR: PAULO TEIXEIRA IUMATTI

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

DIAS, Pedro Lotti Carvalho. *A Linguagem de Monções (1945): estudo através do “plural do texto”*. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação “Culturas e Identidades Brasileiras” do Instituto de Estudos Brasileiros, através da linha de pesquisa “Brasil: a realidade da criação, a criação da realidade”, sob orientação do professor Dr. Paulo Teixeira Iumatti. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

DATA DA BANCA:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

AVALIAÇÃO:

Ao povo brasileiro, com muito carinho.

RESUMO: Esta dissertação nasceu com um propósito simples: ler *Monções*¹ (1945). Lê-lo, contudo, carregou o signo de um esforço duplo: de encarar o livro ora como documento da história intelectual do Brasil da primeira metade do século XX, e ora como artefato que interage com a nossa atualidade, e que nos permite interpelá-lo através do diálogo e do comentário crítico. O objeto desta pesquisa é a linguagem deste livro. Mobilizamos como método de análise procedimentos criados por Roland Barthes para o estudo daquilo que ele designou como “o plural do texto”; e de Michel Foucault, no que ele denominou como “pesquisa arqueológica”, “autor” e “arquivo”. Estas são nossas referências teóricas mais explícitas. Afora elas, operamos metodicamente com objetivo de estabelecer com a dissertação a crítica literária do livro e a exposição histórica da linguagem de seu texto.

Devido à referida leitura dupla, por mais que inquiramos em *Monções* o seu sentido no contexto de uma obra, o “autor” de sua produção, e a biografia de Sérgio Buarque de Holanda, esta pesquisa não se confunde com o estudo da obra, da vida e do pensamento do autor. Neste instante, tal distinção pode aparentar sutil, mas será decisiva para que a investigação faça da “linguagem do texto” o seu objeto de estudo. Para cumprirmos este objetivo de investigação, contextualizamos *Monções* com a literatura da primeira metade do século XX, reconhecendo no seu campo de debate os assuntos que aportam numa rede de interpretações sobre o Brasil, na qual a diversidade da linguagem intelectual surge como seu panorama histórico.

A base teórica deste estudo acompanha uma bibliografia que problematiza “o ato de leitura”, “o discurso histórico”, “a modernidade”, e “o modernismo no Brasil”. Entendemos que esta dissertação, pelo seu problema, contribuirá no assunto “história intelectual do Brasil”, para as décadas de 1930 e 1940, e, pelo seu método e objeto de estudo, acreditamos que este estudo contribui pelo seu esforço em historiar a linguagem do documento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica Literária, História da Cultura, Modernidade, Modernismo, Sérgio Buarque de Holanda.

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

ABSTRACT:

This monography began with a simple purpose: to read *Monções*² (1945). To read it, however, is also to carry the meaning of a double struggle, namely, to face the book as a document of Brazil's intellectual history at the beginning of the 20th century, and as an object that communicates with our present time, that allows us to question the book through dialogue and critical review.

The method for analysis was some procedures created by Roland Barthes for critical review, which he designated as “*le pluriel du texte*”; and some procedures of Michel Foucault that he classifies as ‘archeological research’, ‘author’, and ‘*archive*’. These are our most important theoretical references. In additions, methodologically, we conducted the research aiming at the connection between the critical review of the book and the historical appearance of the language in its text.

Due to those approaches to the text, this research is not to be mistaken by the study of the oeuvre, and its author's thinking. For now, it's a subtle distinction, but it will be decisive to turn the language of the book into the study-object of this monography. To conclude this research, we contextualized *Monções* with the literature of the first half of the 20th century, acknowledging many subjects of this book in a weft of interpretations of Brazil, in which the intellectual language diversity arises as its historical perspective.

The theoretical basis of this research builds upons literature that argues about the ‘act of reading’, ‘historical discourse’, ‘modernity’, and the ‘modernism in Brazil’. We expect that this monography will contribute in the field of intellectual history of Brazil in the 30's and 40's of the 20th century, and because of its methodology and object of study, it will add a new view to historize the language in the document.

WORDS: Literary Criticism, Modernism, Modernity, History of Culture, Sérgio Buarque de Holanda.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SUMÁRIO³:

INTRODUÇÃO -----	Pág. 10
INTRODUÇÃO DA METODOLOGIA-----	Pág. 16
<i>Os instrumentos da investigação</i> -----	pág. 17
<i>O “plural do texto”</i> -----	pág. 18
<i>Os códigos narrativos</i> -----	pág. 19
<i>Pensar com sistemas</i> -----	pág. 20
<i>A função do autor</i> -----	pág. 20
A METÁFORA DE MUNDO -----	Pág. 21

CAPÍTULO I: A METÁFORA COMO EXPLICAÇÃO

O AVENTUREIRO E A METÁFORA DO AVENTUREIRO --	Pág. 24
<i>O aventureiro como metáfora</i> -----	Pág. 26

CAPÍTULO II: O MESTIÇO COMO DEBATE NACIONAL

A AVENIDA DE EUCLIDES DA CUNHA -----	Pág. 34
<i>Euclides da Cunha após 1930</i> -----	Pág. 40
O RACIALISMO DOS HISTORIADORES BRASILEIROS -----	Pág. 50
<i>A explicação filogenética</i> -----	Pág. 52
<i>A hipótese do sufocamento da cultura</i> -----	Pág. 54
<i>Caio Prado Júnior esmiúça este vazio</i> -----	Pág. 57

³ NOTA: As distinções do sumário seguem uma ordem que vai do capítulo (maiúsculo e tamanho 14) ao tópico (maiúsculo, itálico (com exceção do primeiro tópico de cada capítulo) e tamanho 12), e do tópico ao subtópico (minúsculo, itálico e tamanho 12).

CAPÍTULO III: O CONCEITO DE FRONTEIRA EM *MONÇÕES*

EDIFICANDO FRONTEIRAS -----	Pág. 63
<i>O testemunho da Alemanha</i> -----	Pág. 66
A FRONTEIRA EDIFICADA -----	Pág. 71
AS DUAS DÉCADAS DE UM LIVRO -----	Pág. 74
<i>Taumaturgia brasileira</i> -----	Pág. 78
<i>Monções, baliza de Raízes do Brasil</i> -----	Pág. 81

CAPÍTULO IV: A PAISAGEM BRASILEIRA COMO CÓDIGO NARRATIVO

A PAISAGEM COMO INTERPRETAÇÃO -----	Pág. 86
A NARRATIVA DA PAISAGEM -----	Pág. 89
<i>As séries toponímicas</i> -----	Pág. 90
OS ALICERCES DA CASA-GRANDE -----	Pág. 92
<i>Monocultura, escravidão, e matas virgens</i> -----	Pág. 95
ESTRADAS, POUSADAS SERTANEJAS E CÂMARAS MUNICIPAIS -----	Pág. 97
A AGRICULTURA QUE MINERA -----	Pág. 106
<i>A paisagem como código narrativo</i> -----	Pág. 109
O ABOMINÁVEL ARADO -----	Pág. 110
<i>O relato extemporâneo de Lévi-Strauss</i> -----	Pág. 112
A PAISAGEM DO “SISTEMA COLONIAL” -----	Pág. 114
O TURNO PRESERVACIONISTA DE GILBERTO FREYRE -----	Pág. 117

CAPÍTULO V: A VIAGEM COMO OCASIÃO NARRATIVA

O QUE PROCURAM OS INTELECTUAIS QUANDO VIAJAM? -----	
-----	Pág. 121
A FUNÇÃO NARRATIVA DA PAISAGEM TESTEMUNHADA --	Pág. 124
<i>O testemunho dos franceses e a temática do sertanismo --</i>	Pág. 127
O SIGNO DA HABITAÇÃO POPULAR -----	Pág. 130
O RIO COMO PONTO DE VISTA NARRATIVO -----	Pág. 134
O MISTERIOSO NA HISTÓRIA -----	Pág. 142
<i>Paiaguás, caiapós e guaicurús -----</i>	Pág. 148
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	Pág. 151
AGRADECIMENTOS -----	Pág. 154
REFERÊNCIAS -----	Pág. 155

INTRODUÇÃO:

No cotidiano do século XXI, multiplicam-se as evidências das adaptações da inteligência a sistemas de linguagem emergidos do ciberespaço. Tendo esta constatação em mente, categorizamos para a dissertação dois paradigmas que dividem o lugar do contexto histórico de nossa principal fonte, um livro escrito em 1945, e o contexto do seu investigador, neste ano de 2017. O primeiro paradigma é da linguagem na modernidade, paradigma histórico onde estão contidas as circunstâncias de produção do principal documento que investigamos nesta dissertação. O segundo paradigma é da pós-modernidade que circunda a pesquisa, e que se manifesta nas operações de intermediação que o pesquisador faz entre as linguagens do livro e do computador. Uma vez que lemos este livro produzido no agitado ano de 1945, estamos nos intrometendo no seu sistema de linguagem, contaminando-o com o nosso (2017), e produzindo, por ação da leitura, sua existência no indeterminado, o que implica reconhecer a atualização do seu valor⁴.

Investigamos *Monções* e consideramos para ele um sistema de linguagem altero em relação ao nosso. Esta pesquisa, em toda sua extensão, mantém nítido este limite entre os sistemas. Desta forma, acreditamos que ganhamos precisão no enfoque histórico. Ao não encontrarmos recursos para pensar objetivamente “a-linguagem-que-pensa-a-linguagem” de *Monções* (isto é, garantir para nossa *epistème*⁵ a distância que favorece o conhecimento da *epistème* do documento, resguardamo-nos conscientes da diferença entre a linguagem que empregamos na análise, que se manifesta na nossa leitura, e a linguagem do livro, da qual buscamos garantir a distância necessária para que se constitua em objeto deste estudo.

Contudo, nem sempre a linguagem do livro *Monções* será detido como objeto desta pesquisa. Entendemos que, no decorrer da investigação, este livro rompe com o sujeitamento imposto a ele de ser integralmente um documento, passando a interagir em nossa atualidade como um agente. No caso deste livro, encontramos muitos pontos de interesse entre o seu texto e a interpretação do Brasil que adentra o século XXI. Agindo duplamente, ora reservando ao livro o lugar passivo de uma fonte histórica, e ora permitindo a ela a eloquência de quem provém do passado para ironizar o futuro, nós nos comprometemos em expor *Monções* pelo seu peso documental para uma da epistemologia no Brasil, e pelo interesse de sua leitura no debate atual.

⁴ SARTRE, Jean-Paul. *O que é a Literatura?*. São Paulo: Ed. Ática, 2004. P. 41.

⁵ Valemo-nos aqui do conceito de *epistème* de Michel Foucault, presente em *As Palavras e as Coisas*. (Ed. Martins Fontes, 1985).

É devido ao nosso desinteresse em colocarmo-nos apenas pela distância reservada às fontes históricas, e nosso interesse proporcional em investir de “sentimento de atualidade” a interpretação do livro *Monções*, que procuramos fazer da leitura deste livro uma ocasião oportuna para destacar o “plural⁶” de jogos que surgem no ato de leitura. Entendemos que, desse modo, estamos garantindo a conjunção da análise crítica e histórica do livro com as possibilidades de interação do ato de leitura como suporte para a interpretação do presente.

A leitura de Monções

A leitura crítica de *Monções* foi um processo especializado devido ao leitor ser historiador habituado com a bibliografia de história colonial e com o discurso historiográfico. Afora isto, o leitor é brasileiro, estudante transdisciplinar de ciências humanas, disposto a combater as estruturas mentais e institucionais que trazem sofrimento ao brasileiro e caos ambiental a sua paisagem e seus ecossistemas. Feita a leitura de *Monções* num ambiente “plural” para qual a subjetividade deste leitor conduz, reconhecemos que esta monografia sobre *Monções* estendeu seu papel inquiridor ao livro para além das principais áreas de estudo atendidas pelos historiadores das décadas subsequentes à publicação do livro, isto é, da historiografia brasileira consolidada na segunda metade do século XX.

Como este livro “de história” transpassou em grande medida o debate historiográfico consolidado no decorrer das décadas de profissionalização do pesquisador de história no Brasil, nossa leitura de *Monções* reportou o livro para uma cena mais ampla da literatura brasileira, que verte com mais distância junto à literatura científica da primeira República do Brasil, e que percorre verticalmente as linguagens literárias de vanguarda, gravitando para aquilo que havia de mais recorrente no âmbito nacional, e de mais novo no debate científico no mundo. Em se tratando do autor “Sérgio Buarque de Holanda”, publicamente reconhecido como um “leitor incansável”, que atuava duplamente entre a crítica literária e a pesquisa histórica, não surpreende que sua obra tenha tantos pontos de contatos com áreas diversas à literatura historiográfica. O fôlego de leitor de Sérgio Buarque de Holanda, sua perícia para encontrar documentos, e também todas as facilidades institucionais com que pôde contar para acessar documentos e livros raros, fizeram do

⁶ Diferente do “plural do texto”, que trataremos extensamente na Introdução Metodológica, este “plural” do ato de leitura é ocorrência da sensibilidade de lidarmos com três tempos que mediam a compreensão do livro: o tempo narrado no livro, o tempo histórico do contexto do livro, e o tempo do pesquisador que lê o livro. As muitas possibilidades de leitura que surgem desta atualização insistente do livro e seu conteúdo mediados pelo leitor é o que estamos chamando de “plural” de jogos da leitura.

estudo a partir da perspectiva central de sua obra um esplêndido “arquivo”, no sentido de Michel Foucault (que exporemos na Metodologia), para conhecer a literatura desse período.

Para principiarmos a estudar como este “arquivo” ganhou importância na literatura brasileira, começamos investigando a base epistemológica de Sérgio Buarque de Holanda. Partindo primeiro da leitura de sua obra conjunta à bibliografia especializada nela, identificamos em sua obra uma condição de liame entre campos epistemológicos, que as vezes remeteremos a eles sob os nomes de “evolucionismo” e “culturalismo”. Entendemos, a partir da constatação no decurso de nossa investigação, de que sua obra está marcada pelo entroncamento epistemológico de dois paradigmas que se justapuseram historicamente, que qualquer reflexão sobre a sua obra que viéssemos a fazer implicaria investigar a conversão destas ciências, vale dizer, mutuamente repelentes, para uma solução que “dança” com ambas⁷.

Buscar compreender a condição epistemológica da obra de Sérgio Buarque de Holanda nos guiou a dissertar, muito embora pontualmente, sobre a introdução da sociologia no Brasil no último quartel do século XIX⁸. A partir da análise parcial da obra de Euclides da Cunha, demos início a uma investigação sobre o entroncamento da sociologia com o ensaísmo no Brasil. A respeito deste problema, nos mantivemos distantes de contemplar extensamente os seus objetos, e apenas o tangemos para tratar da questão racial no Brasil enquanto um debate nacional que se nutriu fartamente da sociologia e do ensaísmo, atingindo a todo pensamento social brasileiro quase sem declinar até o final da década de 1930.

A partir deste ponto, iniciamos a investigação de *Monções* enquanto documento da intelectualidade de seu tempo. Estudá-lo requereu conhecer sua integração num debate amplo, que extravasou a fronteira de seu gênero e construiu o diálogo com diversidade de discursos, como se supõe dos casos em que o romance e a monografia apresentam afinidades quando intencionam interpretar o Brasil. Com esta simples justificativa, explicamos porque o “plural do texto” de *Monções* leva em conta não só os ensaístas e historiadores, mas também os romancistas, poetas e cronistas, sob uma perspectiva em comum que emerge de onde quer que houvesse interpretações sobre a formação histórica do Brasil, para o contexto das décadas de 1930 e 1940. A década de 1950 também caberia nesta perspectiva e traria uma alçada mais completa da “arqueologia”, no sentido foucaultiano, do pensamento intelectual brasileiro. Contudo, sob o ponto de vista do livro

⁷ Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, o autor nunca se identificou com nenhuma destas linhas epistemológicas.

⁸ A globalidade desta ciência, e o conhecimento mais amplo de sua penetração no pensamento brasileiro não foram investigados neste estudo.

Monções, essas duas décadas destacam um recorte que possibilita conhecer historicamente (e com precisão) a história das epistemologias no Brasil para a primeira metade do século XX.

Os assuntos que perseguimos a partir da leitura de *Monções* estão naquilo que entendemos terem sido os pontos de maior esforço argumentativo do autor para questões centrais no debate nacional sobre a formação histórica do Brasil, até a década de 1940. São estes: a ideia de *raça* e o brasileiro, a alimentação, a violência, a edificação da sociedade, a sociabilidade, o encontro de sociedades, as técnicas e suas eficácias, o meio ambiente, a imaginação e a cultura popular. Também demos visibilidade para aqueles temas em que Sérgio Buarque de Holanda pouco tratou quando muito havia para discorrer: a escravidão, a região amazônica e a cultura africana⁹. Apesar de não ter desenvolvido seus estudos nos sentidos destes temas, eles faziam parte de seu horizonte literário de autor. Conforme antecipamos sobre a metodologia desta investigação, pensar a linguagem historicamente requisitou reconhecer que a leitura atualiza os textos e que uma simples cronologia da produção literária não coincide com o campo literário de um autor. Para abordar o panorama de trabalho do autor, valemo-nos do conceito de “plural do texto” de Roland Barthes, pois este conceito nos permite conhecer o “fio e os rastros¹⁰” na história de um debate, como também as características de seus recursos estilísticos.

Este estudo poderia ter se limitado em avaliar os aspectos positivos do “plural do texto” do livro *Monções*. Não obstante, nossa meta açambarcou também conhecê-lo negativamente. É nesse sentido que se desenvolveu da leitura do “plural de seu texto” uma parte igualmente extensa desta investigação, dedicada a compreender as ausências “eloquentes” em seu texto. Identificamos, para bem dizer, duas: pouco se fala dos africanos, quando muito havia do que se historiar sobre eles e a escravidão de quatro séculos a que foram sujeitados¹¹; e sua investigação não se desenrola para a floresta Amazônica, lugar físico que acaba delimitando para alguém dele o campo investigativo deste estudo. Simplesmente não se pode tratar da ocupação colonial do Brasil central sem tratar das viagens fluviais pelos rios da bacia amazônica, e da mineração no século XVIII sem tratar da escravidão africana no Brasil. Haveria ainda uma lacuna, que não chega a ser alarmante, mas diz respeito a um fato comum de seu contexto. Intelectuais viajavam e buscavam nutrir seus textos da

⁹ É interessante ressaltar que estas escolhas de Sérgio Buarque de Holanda foram deliberadas pela consciência, uma vez que para ele pesava o exemplo de Capistrano de Abreu, que, para estudar o povoamento do Brasil, se valeu, ao contrário de Sérgio Buarque de Holanda, de dissertar sobre o comércio Atlântico, os africanos na América, e a ocupação colonial da Amazônia.

¹⁰ Esta expressão dá título para o livro de Carlo Ginzburg “*O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso e fictício*” (São Paulo: Cia das Letras, 2007). Ainda que consideremos este livro um amplo debate de grande relevância sobre a heurística na historiografia, não estamos citando ele neste momento.

¹¹ Ainda que a escravidão como temática de estudo de “história social” só viesse a se consolidar na década de 1960, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre já trabalhavam estes temas.

experiência de “descoberta do Brasil”. Sérgio Buarque de Holanda fizera viagens longas, mas sua “descoberta do Brasil” não contou com a experiência das expedições que nesta época, por exemplo, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, e Caio Prado Júnior empreitavam. Contudo, com estas ausências realizou Sérgio Buarque de Holanda o seu estudo prodigioso sobre as monções de povoado, isto é, o povoamento colonial do Brasil central no século XVIII. Investigar estas ausências, o que nos moveu a tratar extensamente de outros autores, como foram os casos de Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, foi tão elucidativo quanto investigar os assuntos de maior presença. Portanto, consideramos no decorrer desta investigação que o estudo do “plural do texto” compreenderia também investigar o grau em que o texto dialoga com outros estudos que tangem assuntos que nele estão ausentes. Conhecer a relação do texto com as suas ausências foi o meio que encontramos para evidenciar historicamente a linguagem do documento (*Monções, 1945*), o significado na obra das escolhas do autor para este livro, e conhecer o seu significado na história intelectual do Brasil.

INTRODUÇÃO DA METODOLOGIA:

Esta pesquisa, desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação “Culturas e Identidades Brasileiras”, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), teve em seu início o objetivo de compreender as câmaras municipais do Brasil colonial enquanto instituições e “invenção”, isto é, sedes administrativas da Colônia e produtos da imaginação intelectual de historiadores. Ao darmos conta de que as câmaras municipais quando aparecem nos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, surgem como instituições fracas que não impunham ordem e benfeitorias necessárias para o “progresso” da Colônia, e que, por outro viés, numa vertente dos historiadores do Brasil colonial identificados com posições políticas conservadoras, as câmaras municipais foram dispostas como patronas da República brasileira, nós, com dúvidas sobre os fundamentos deste objeto de estudo, saltamos dele para concentrarmos no objetivo de conhecer o panorama geral do pensamento brasileiro sobre o passado colonial deste contexto histórico que ia para além dessa polarização.

Para isto, optamos por centralizar o livro *Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda, como objeto de análise crítica desta investigação, decisão que tomamos após a conclusão em 2015 da disciplina de graduação ministrada pelo professor Paulo Teixeira Iumatti, “A Historiografia em Transformação: Brasil 1889-1960”. Ao colocarmos *Monções* como objeto da investigação de mestrado, iniciamos a crítica do livro pelo “plural do texto”, proposta de crítica idealizada por Roland Barthes, conforme apresentaremos nesta introdução. A leitura pelo “plural do texto” é uma via de crítica eficiente em “desenfeixar” o texto para que o pensemos no panorama intelectual de seu tempo. Para este efeito, de historiar a linguagem do livro, fizemos a leitura comparada de uma seleção de textos da primeira metade do século XX, com a finalidade de evidenciar a existência de uma rede estruturante da linguagem que pensa a história do Brasil¹², onde *Monções* (também representado pela imagem de um rizoma gerado em torno de um gesto¹³) surge com uma porta de entrada.

As condições de investigação que alcançamos por esta via analítica nos projetaram para o estudo “arqueológico”, no sentido “foucaultiano”, da linguagem do livro *Monções*. Mobilizamos, para subsidiar a investigação da história intelectual onde se enfeixa o livro *Monções*, o repertório

¹² Este código narrativo é a paisagem em transformação pela ética aventureira vista em sua evolução histórica. Além dele, a pesquisa identificou “o verso desta moeda”, manifestado na metáfora de mundo abandonado, o que implica as relações entre público e privado.

¹³ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “Introdução: Rizoma”, in: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2011.

analítico de crítica do texto proposto por Roland Barthes e conceitos conectados com a ideia de “autor” de Michel Foucault¹⁴. Faremos uma exposição sucinta deles.

Os instrumentos da investigação

Esta investigação pretende, antes de começar a inquirir suas fontes, a expor os instrumentos com os quais faz sua orientação analítica. Pesam entre esses instrumentos alguns conceitos da crítica literária. Entendemos que ao expormos os conceitos que nos guiam estaremos fiando entre o narrador e leitor uma inteligibilidade de maior transparência sobre os elementos teóricos e metodológicos que resguardam cada passagem da investigação.

Todos os conceitos que instrumentalizam esta investigação visam fornecer meios para se pensar o texto escrito. Encarada desta forma a metodologia, concluímos que é interessante refletir sobre o que é a “escrita” antes de avançar com o repertório analítico. Escrever é registrar numa superfície códigos que implicam uma mensagem potencialmente inteligível, segundo um sistema semiológico. Nesta definição de “escrita”, estão contempladas todas as linguagens que têm como unidades mínimas os grafemas, assim como a história de suas manifestações. Consideramos que esta definição é abrangente demais para ser funcional numa investigação que tem um livro como campo investigado. Portanto, esta investigação não confunde seu objeto com a “escrita” de *Monções*. Esta dissertação também não será uma hermenêutica da escritura do autor Sérgio Buarque de Holanda. Escamotear “escrita” e “escritura” enquanto conceitos operatórios desta investigação é nossa primeira medida para garantir o enfoque da análise enquanto a “linguagem” do livro *Monções*.

O sentido de nossa análise sempre segue do elemento concreto ao campo abstrato: visualizamos como objeto o livro na integridade de sua materialidade. Através deste ponto de partida de análise, conseguimos reduzir o escopo da investigação para os panoramas gerais que podem ser confirmados a partir da imanência do objeto. Assegurada a existência do livro enquanto artefato historicamente determinado, podemos conviver com ele atualizando-o pelo ato de leitura, ao mesmo tempo em que o garantimos enquanto documento histórico. A análise do livro pelo seu contexto histórico, ao mesmo instante em que interagimos com ele pelo ato de leitura, passa a ser uma via possível de investigação a partir do momento em que admitimos que um objeto pode ser conhecido, duplamente, pela sua interação com o presente e pela sua historicidade. Por este

¹⁴ Fazemo-nos cientes de que o conceito de texto de Roland Barthes e de autor de Michel Foucault estão ideologicamente polarizados, como mostrou Fabio Durão em “Do Texto à Obra”. Cf. DURÃO, Fabio Akcelrud. “Do texto à Obra”, in: *Revista Alea*. Vol 13, n. 1, 2011.

motivo, a leitura do livro como artefato que interage com o presente em que é lido é nossa opção, uma vez que permite conservar a objetividade quando inferimos sobre a sua história ao mesmo tempo que não o escudamos de intervir na atualidade.

Esta postura investigativa de atualização do livro analisado procura (ao invés de em nome da objetividade se esforçar por garantir a inoperância deste “artefato do passado” no presente em que é historiado) compreender a historicidade do livro no mesmo instante em que a sua leitura contamina a investigação. Entendemos que este percurso de análise é um meio possível de reunir em um só estudo uma investigação crítica e histórica do objeto.

Buscaremos com alguns conceitos produzir a disciplina para os desafios da investigação. Para início de tarefa, nos cercamos dos conceitos que ajudam a compreender aquilo o que se pode ler de um livro. Um livro pode ser interpretado pela historicidade de seu corpo, mas, no sentido estrito, aquilo que se lê dele são os textos. Para uma análise que opera a sua ação a partir do conceito de texto consideramos a obra do crítico e semiólogo Roland Barthes a presença de maior importância nas bases teóricas desta pesquisa¹⁵.

O “plural do texto”

O conceito de texto que faz Roland Barthes é de ser ele uma passagem que não se identifica com uma ou outra interpretação, mas sim que corresponde a uma explosão delas, de uma disseminação¹⁶. O texto, se lido, faz “jogo” com os significantes: opera percursos de interação pelos quais sentidos são acionados, e desligados, produzindo significados. O escritor, uma vez que deixa de ser o leitor exclusivo de seu texto, está permitindo que outros controlem os signos que ele ordenou¹⁷. A esta ausculta dos sentidos na mobilidade que o efeito da leitura ocasiona no texto se pode compreender o “plural do texto”. O “plural” é a solução nominal para a constatação dos pontos de partidas dos códigos, geridos pelo leitor que participa da significação do texto¹⁸. Num sentido muito próximo a este está o conceito de obra de Jean Paul Sartre:

¹⁵ A razão de insistirmos em transparecer nossos critérios teórico-metodológicos deveu-se ao pesquisador ter se esforçado durante todo o mestrado para viabilizar a investigação do “plural do texto” como método na pesquisa de história. Acreditamos que, ao expormos os conceitos e procedimentos de análise que empregamos, estaremos contribuindo pelo nosso exemplo para as pesquisas históricas que venham a problematizar a linguagem.

¹⁶ BARTHES, Roland. *Rumor da Língua*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2012. P. 70.

¹⁷ SARTRE, Jean-Paul. *O que é a Literatura?*. São Paulo: Ed. Ática, 2004. P. 36.

¹⁸ BARTHES, Roland. *Le Plaisir du Texte*. Paris: Editions du Seuil, 1970.

(...). Mas a operação de escrever implica a de ler, como seu correlativo dialético, e esses dois atos conexos necessitam de dois agentes distintos. É o esforço conjugado do autor com o leitor que fará surgir esse objeto concreto e imaginário que é a obra do espírito¹⁹.

A própria noção de texto em Roland Barthes já compreende as coisas pelo seu valor de significância, sua articulação com a sociedade: a ele, não observa-se um produto acabado, fechado, mas sim uma produção em seu momento criativo, que conota para além do discurso, para o campo da citação.

A intertextualidade na análise textual implica reconhecer a relação de um texto com outro. Este procedimento busca o que configura o “entretexo”, o “campo anônimo e indiscernível” das citações, “sem aspas”, de um texto²⁰. Sob a visada do “plural”, o texto surge pelo aspecto inacabado e aberto das coisas em vias de se fazerem; a ele, reconhece-se a conotação para além do discurso, isto é, para os campos das citações constituintes dos escritores aparelhados pelas suas formações de leitores, a órbita dos códigos narrativos.

Os códigos narrativos

Chamamos de códigos narrativos aquilo que Roland Barthes no decorrer das várias fases de sua obra designou como sendo os elementos históricos da linguagem produtores de sua estruturação, e que garantem a ela o seu funcionamento. Os códigos narrativos são os subsistemas da linguagem emergidos da sua atualidade social. Manifestam-se textualmente e são fontes ricas da historicidade da linguagem. Os códigos narrativos, segundo Eliza Cassadei que dissertou sobre a mudança que esta noção passa no decorrer da obra de Roland Barthes, são construções sistemáticas e estruturadas que garantem o funcionamento lógico da linguagem; são os códigos formados por unidades mínimas da narrativa que estabelecem para a narrativa uma “produção de estruturação” como “mecanismo socialmente partilhado de atribuições de sentidos²¹”, dada entre leitor e o plural do texto.

O código narrativo surge como evidência na pesquisa quando pensamos o texto pelo seu aspecto plural de referência, que o estende para além de suas relações circunstanciais de produção. Se os concebe no momento em que o autor manipula os tópicos trabalhados, promovendo no texto o signo de um procedimento de leitura e método de “arquivo” que vincula historicamente o texto

¹⁹ SARTRE, Jean-Paul. *O que é a Literatura?*. São Paulo: Ed. Ática, 2004. P. 37.

²⁰ BARTHES, Roland. *Rumor da Língua*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2012. P. 71.

²¹ CASSADEI, Eliza Bachega. “As diferentes noções de código narrativo na obra de Roland Barthes: as translações de sentido em um conceito”, in: *Revista Estudos Semióticos*, V. 8, n. 1. USP-FFLCH: julho 2012. pp. 66-79.

com a linguagem manifestada. A investigação do código narrativo leva a compreender que existem sistemas historicamente constituídos instalados na linguagem que tencionam o texto para um módulo de significação.

Pensar com sistemas

Este conceito de arquivo vem do método arqueológico de Michel Foucault²². Ele nos serve por permitir considerar os princípios da distribuição dos objetos em um discurso, que persegue as características e regularidades entre enunciados dispersos, seus sistemas de dispersão, o “jogo de revezamento”, de substituição e de posições pelas quais um enunciado coexiste com outros numa instância enunciativa; como a maneira pela qual eles se excluem, se supõem e se transformam²³. Portanto, Michel Foucault propõe uma problematização do texto pelas condições suas de dispersão no espaço e seu desenvolvimento no tempo²⁴.

Para reconstruirmos o “arquivo” de *Monções*, indexamos à análise uma agilidade “de dispersão” pela qual visamos conhecer a historicidade da linguagem que enseja este documento. Para isto, o nosso olhar investigador afina-se com a metáfora do *flâneur* Baudelairiano, que representa, conforme interpretou Alfredo Bosi, a experiência de se conduzir imerso num espetáculo de variedades²⁵.

A função do autor

Carecemos dissertar sobre o “autor” visto que demandamos muito este conceito. Para Michel Foucault, o “autor” se conhece pelas relações que são encontradas de sua obra com outras, de várias autorias. Estas relações, entendeu Foucault, são “*atos de escrita que uma obra desencadeia na sua contemporaneidade e história literária*”²⁶, e implicam a presença do autor exterior à obra, num plano entre linguagem e literatura, em que Michel Foucault viu correspondência com a “discursividade”.

²² Este conceito de arquivo vem do método “arqueológico” de Michel Foucault. Este método nos encoraja a aproximar dele devido ao resultado através dele alcançado no estudo *As Palavras e as Coisas* (Ed. Martins Fontes, 1985).

²³ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 8º edição. Ed. Forense, 2012. P. 42.

²⁴ FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?”, *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 63º ano, no 3, julho-setembro de 1969, ps. 73-104. (Société Française de Philosophie, 22 de fevereiro de 1969; debate com M. de Gandillac, L. Goldmann, J. Lacan, J. d’Ormesson, J. Ullmo, J. Wahl.).

²⁵ BOSI, Alfredo. “Plural, mas não caótico”. In: *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ed. Ática, Org. Alfredo Bosi, 1992. P. 8.

²⁶ FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?”, *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 63º ano, no 3, julho-setembro de 1969, ps. 73-104. (Société Française de Philosophie, 22 de fevereiro de 1969; debate com M. de Gandillac, L. Goldmann, J. Lacan, J. d’Ormesson, J. Ullmo, J. Wahl.).

O “nome do autor” nos informa sobre como devemos receber o texto. Segundo descreve Michel Foucault, o “autor” é definido por uma relação constante de valor a ele significado, a um campo conceitual e teórico, e a uma estilística a um momento histórico definível. Ele informa características da coesão de um corpus de textos na sociedade; o autor, como significante, “*manifesta a ocorrência de um certo conjunto de discurso, e refere-se ao status desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura*”²⁷. Nesta pesquisa, o autor nos diz sobre a competência do escritor para produzir “arquivos”.

A METÁFORA DE MUNDO

O filósofo Hans Blumenberg investigou as metáforas presentes em ensaios e tratados de filosofia clássica. Segundo ele, em *Paradigmas para una Metaforología*, a filosofia sofre uma cisão na sua linguagem frente a outros gêneros pela distinção conceitual de “cosmos” e “logos” que se iniciou na Antiguidade e se aprofundou com o evoluir da história no Ocidente. Contudo, sem banir completamente as metáforas, a filosofia dentro deste paradigma de cisão “cosmos-logos”, quando se depara com a iminência da aporia no raciocínio, se desdobra pela metáfora para garantir a compreensão após o limite da análise: onde o pensamento analítico encerra surge em seguida a metáfora cumprindo a função pragmática de manifestar convincentemente para além do racionalismo²⁸. Estas metáforas Hans Blumenberg as designaria como metáforas absolutas:

“las metáforas absolutas “responden” a preguntas aparentemente ingenuas, incontestables por principio, cuya relevancia radica simplemente en que no son eliminables, porque nosotros no las planteamos, sino que nos las encontramos como ya planteadas en el fondo de la existencia”²⁹.

São elas metáforas que diferem da enorme variedade de manifestações figuradas da linguagem porque, na história da filosofia, aquelas que não puderam ser escamoteadas para a retórica manifestaram-se como sendo elas as questões existenciais que não podem ser respondidas pelo método veiculado³⁰, precisamente porque respondê-las requer que se conceba “cosmos” e “logos” numa narrativa abrangente, pragmática e sintética. Em suma, requer pensar a unidade, tal como o “mito”³¹.

²⁷ Id., 1969.

²⁸ BLUMENBERG, Hans. *Paradigmas para una Metaforología*. Ed. Madrid, 2003. P. 45.

²⁹ Ibid., p. 62.

³⁰ Ibid., p. 63.

³¹ Ibid., p. 166.

O conhecimento histórico nutre-se abundantemente destas metáforas valendo-se delas para apontar os seus sentidos. Segundo Hans Blumenberg, no século XVIII a metáfora de “terra incógnita” cede espaço para se figurar os continentes americanos pelo signo de “espaços vazios”, de onde tesouros não jazem mais e somente resta a selva antagonizando com o espírito humano: *El “mundo inacabado” legitima el querer demiúrgico del hombre y pertenece a la historia de los elementos de consciencia que fundan la era técnica*³². Esta é a época em que o *Eldorado* nos recônditos da “América desconhecida” cede espaço para a expressão da América em que o desconhecido é o prolongamento invariável da selva.

É neste âmbito cosmológico da metáfora, emergente do limite do pensamento analítico, que parecem se direcionar os historiadores, pelo menos desde o século XIX, quando problematizam da época moderna o embate do homem com a dimensão de “mundo conhecido” constantemente atualizada³³. As narrativas decorrentes foram as principais operadoras da imaginação histórica ocidental sobre a América, e oscilaram constantemente de acordo com o viés colonialista ou imperialista subjacente.

Sob o escrutínio do olhar que se convenceu viajar em um mundo assentado sob uma sociedade voltada para o passado, o interior do Brasil testemunhado por naturalistas no século XIX pareceu oscilar entre a terra arrasada pelos efeitos de uma sociedade predadora e as regiões interiores, ocultas do continente, onde o ambiente silvícola se guardou preservado, sendo, portanto, um mundo desconhecido, mas que não dá garantias de riquezas, a não ser de incertezas e, talvez, de algum conhecimento. A América interpretada por europeus encontraria seu sentido metafórico variando entre um mundo de selvas que ocultam riquezas pródigas, e um mundo arruinado da sociedade colonial. No Brasil, as mesmas metáforas sobre o mundo cultuadas dentro da Europa foram mobilizadas sem haver grandes variações de significação, mesmo quando praticada por intelectuais dispostos a pensar a América pelas suas singularidades, como foi o caso de Euclides da Cunha. No contexto republicano do Brasil que se inaugurava, e em duas fases da primeira metade do século XX, intelectuais almejaram alcançar pelas ciências sociais as especificidades da sociedade brasileira.

Os intelectuais brasileiros do século XX terão como lugares comuns certas metáforas sobre o sentido histórico que singularizam a evolução histórica brasileira, mas variarão ideologicamente quanto a interpretação. Num viés conservador, intelectuais como Paulo Prado, Cassiano Ricardo e Gilberto Freyre para positivar a identidade nacional se apropriariam da visão do exótico que

³² Ibid., p. 134.

³³ Ibid., p. 125.

europeus há longa data vinham construindo sobre a América³⁴; outros, como por exemplo Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, e Graciliano Ramos, corresponderam em suas obras a uma visão negativa do processo histórico que desconfia das naturalizações da história e da identidade.

Tendo em vista o processo histórico da primeira metade do século XX que expandiu e diversificou a intelectualidade brasileira, vemos surgir aos poucos uma metáfora histórica independente das referências europeias, que entendemos ter vibrado com o modernismo brasileiro, e que coube a Sérgio Buarque de Holanda nomear com precisão em um parágrafo de *Raízes do Brasil* (um dos poucos onde tematizou a escravidão):

Sinuosa até na violência, negadora de virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, a “moral das senzalas” veio a imperar na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo. A própria criação do mundo teria sido entendida por eles como uma espécie de abandono, um languescimento de Deus³⁵.

Embora na obra de Sérgio Buarque de Holanda a visão de mundo a partir do ponto de vista da população escravizada não tenha ganhado continuidade no sentido de uma investigação da cultura, sua face reversa foi investigada, naquilo que ele chamou de sentimento de “desterro” das classes dirigentes da Colônia. Com o modernismo, estas duas investigações de um mesmo problema seriam tratadas com grande interesse naquilo que se elucubrava enquanto “cultura erudita” e “cultura popular”. Partilhando do mesmo sentido metafórico que *Raízes do Brasil* entendeu dar sentido à história quando se tem um ponto de vista ausente da classe dominante, no Brasil esmiuçado pelos modernistas interpretava-se o sentimento existencial “do povo” como um “viver no abandono”, em que o cosmos desta sociedade se expressou pela metáfora limite de um mundo igualmente abandonado³⁶.

³⁴ SOUZA, Antonio Candido de Mello e. “Literatura e Subdesenvolvimento”, In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 140.

³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 62.

³⁶ Neste tópico adiantamos um pouco do conteúdo que será desenvolvido nos capítulos I, IV e V, que encerra esta investigação.

CAPÍTULO I: A METÁFORA COMO EXPLICAÇÃO

É sempre indispensável recordar que o mito é um sistema duplo, nele se produz uma espécie de ubiquidade: o ponto de partida do mito é constituído pelo ponto terminal de um sentido. Para conservar uma metáfora espacial, cujo carácter aproximativo já sublinhei, diria que a significação do mito é constituída por uma espécie de torniquete incessante, que alterna o sentido do significante e a sua forma, uma linguagem-objeto e uma metalinguagem, uma consciência puramente significante e uma consciência puramente representativa; esta alternância é, de certo modo condensada pelo conceito, que se serve dela como de um significante ambíguo, simultaneamente intelectual e imaginário, arbitrário e natural.

Roland Barthes. *Mitologias* (2001)

O AVENTUREIRO E A METÁFORA DO AVENTUREIRO

O livro *Monções* aborda a duração da história colonial pela adaptação da sociedade às novas circunstâncias³⁷. Nele, Sérgio Buarque de Holanda valeu-se de evidências da transformação da cultura material, que indicavam pela relação “cultura e meio” a emergência de uma nova fase da sociedade, oportuna para se periodizar a história colonial, conforme se vê neste fragmento do livro:

Não é só o emprego de meios de locomoção diversos, é, também, e principalmente, o complexo de atitudes e comportamentos, determinados por cada um desses meios, o que fará compreender a distinção essencial entre a primitiva bandeira e a monção de povoado. Naquela, os rios constituem, efetivamente, obstáculos à marcha, e as embarcações são apenas o recurso ocasional do sertanista. Nas monções, ao contrário, a navegação, disciplinadora e cerceadora dos movimentos, é que se torna regra geral, e a marcha a pé, ou a cavalo, ou em carruagem (na fazenda de Camapoã, por exemplo), constitui exceção a essa regra³⁸.

Os habitantes do planalto paulista que Sérgio Buarque de Holanda nos fez acompanhar em toda a sua obra estão sempre demonstrando suas competências de formar agrupamentos que peregrinavam pelo continente em busca de “riquezas”, o que levou a sociedade colonial a borderar os seus limites territoriais através de ranchos e expedições num meio ininterruptamente hostil à sua presença. O indivíduo mediado por tais condições, entre uma sociedade que o projeta para a subsistência através de recursos alienados da cultura europeia, e o seu intuito deliberado de enriquecer com a extração de riquezas do continente está presente na metáfora do aventureiro de Sérgio Buarque de Holanda, desenvolvida em *Raízes do Brasil* e que forneceu os alicerces da tese de *Monções* sobre o caráter pragmático do colono de Portugal:

Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitânias, a ação colonizadora realiza-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. Por isso mesmo, não se erija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões rudes e primitivos espécie de tributo exigido para um melhor conhecimento e para a posse final da terra. Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no Velho Mundo³⁹.

³⁷ Este capítulo adianta conteúdo que será desenvolvido posteriormente, nos próximos capítulos: o conceito de fronteira e a hipótese do pragmatismo prevalecente na inteligência dos colonos.

³⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P.106.

³⁹ Ibid., p. 43.

Neste fragmento temos o conteúdo da principal tese de *Monções*: o sentido pragmático da economia e cotidiano do colono. Este pragmatismo seria a raiz da adaptabilidade ibérica na América, sendo a força individual dos europeus ibéricos e da sociedade colonial para suportar as duras condições de vulnerabilidade em mundo estranho e natureza hostil.

Na interpretação de Sérgio Buarque de Holanda sobre o Brasil⁴⁰, estes “aventureiros” sustentaram, para além disso, o espírito do empreendimento da Colônia. Esta tese apareceu em *Raízes do Brasil*, de 1936, e foi revisitada em 1947, muito em função do estudo de *Monções*. Através dela Sérgio Buarque de Holanda buscou, pela explicação filogenética que parte da raiz da “ética ibérica”, apresentar os habitantes do Brasil colonial pela especificidade histórica de seus modos de pertencer a América:

E, no entanto, o gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida social. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa⁴¹.

Desde *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda sustentara que a cultura ibérica da Idade Moderna dera base às liberdades de uma hierarquia social destituída de rigor⁴² no Brasil colonial. Esta indisciplina seria sustentada pelo “patrimonialismo”, ideia pela qual se entende haver na história do Brasil o constante conflito de interesses da classe dirigente da Colônia com as instituições de Estado. Ao se deter no problema da tradição cultural Ibérica em solo estrangeiro, incursionou, ciente dos riscos, na exposição dos fatores determinantes da sociedade pelas fronteiras da cultura:

Quais os fundamentos em que assentam de preferência as formas de vida social nessa região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pirineus a Gibraltar?

⁴⁰ Acreditamos que não se confundem este significado de aventureiro com a “índole aventureira”, que Euclides da Cunha entendeu manifestar nos colonos paulistas (CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. 2016. P. 106). No caso de Sérgio Buarque de Holanda, “aventureiro” seria o espírito das empresas coloniais, e diria respeito a imaginação colonial para o enriquecimento na América, promovendo uma explicação para o hábito ambulante dos colonos paulistas. A índole aventureira de Euclides da Cunha diz sobre a predisposição do temperamento para a vida embreada nos matos do interior do continente. Seguramente, o novo sentido, sociológico, conferido por Sérgio Buarque de Holanda, não afasta a interpretação de Euclides da Cunha. Muito pelo contrário, parece convidar a interpretação dele a subordinar-se a sua.

⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 46.

⁴² Ibid., p. 33.

Como explicar muitas daquelas formas, sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziriam a uma estrita objetividade?⁴³

As “raízes” do Brasil estariam relacionadas com a formação histórica de uma terra de colonos hispânicos que, entre eles, cultuam liberdades de efeito desagregador da comunidade. Tendo isto em mente, ao Sérgio Buarque de Holanda afirmar em *Raízes do Brasil* que a *exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono*⁴⁴, ele está atribuindo os aspectos psicológicos da Colônia portuguesa à origem ibérica.

O perfil ético “personalista” do homem ibérico que Sérgio Buarque de Holanda atribuiu aos habitantes da península, antecede à expansão colonial na América, e sua evolução histórica gerou o “éthos” do colono, dos engenhos do litoral às monções de povoado. Em outras palavras, para Sérgio Buarque de Holanda, a irradiação de características fortes da ética ibérica gerou as bases da sociabilidade colonial, isto é, abarcava pelos mesmos códigos, em diferentes graus da classe dominante, grupos separados por milhares de quilômetros, desde o senhor de engenho ao sertanista raptador de indígenas. O estudo da sociedade colonial pelo ponto de vista da ética desembarcada com os portugueses permitiu a Sérgio Buarque de Holanda explicar sociologicamente os significados de características fortes da sociedade portuguesa que floresceram na América: culto ao indivíduo garboso e inteligente; fascínio pela riqueza pródiga; desprezo quanto ao trabalho; destemor frente à afronta pessoal e soluções belicosas aos conflitos. O conjunto destas características manifestadas pela sociedade colonial que Sérgio Buarque de Holanda observou constituíram o panorama geral do espírito da sociedade colonial.

O aventureiro como metáfora

As categorias “aventureiro” e “trabalhador” teorizadas a partir de comparação em *Raízes do Brasil* adquiriram sentido para além da positividade das referências epistemológicas da primeira edição, e passaram na nova versão a terem sua condição de metáforas enfatizada. Por isto, sobre o “aventureiro”, se houvesse dúvida sobre ser ele um “tipo social” ou uma “figura” na edição de 1936, na edição de 1947 não restara dúvidas; era ele duas coisas e mais outra. Ele era uma metáfora com função de interpretação histórica.

⁴³ Ibid., p. 31.

⁴⁴ Ibid., p. 43.

A metáfora de aventureiro para o agente colonial do império português vem a centralizar a relação do homem com a América pelo seu raciocínio pragmático para resolver necessidades prosaicas. Para Sérgio Buarque de Holanda, este era fundamento de uma sociedade com proeza de adaptação quando comparadas às experiências francesas e holandesas nos trópicos⁴⁵. Para Robert Wegner, “Sérgio Buarque de Holanda constrói um tipo ético que informa o espírito da racionalidade da cultura brasileira, que, pode ser dito, corresponde ao tradicionalismo específico desta sociedade.”⁴⁶

Se assumirmos como Robert Wegner que o “aventureiro” de *Raízes do Brasil* foi a resposta intelectual sobre o tipo específico de racionalidade da sociedade brasileira, somos levados a interpretar que o “aventureiro” foi o campo cognitivo que comunica numa unidade as extremidades da mentalidade colonial. O “aventureiro” funciona como um campo de possibilidades intelectuais e sensitivas dos homens do passado colonial que reúne num extremo as operações mercantis arriscadas do comércio Atlântico e a sociedade palaciana da época Moderna, e, no outro extremo, a existência infeliz dos colonos que habitam a terra que arruína, e dela descobrem tardiamente pertencerem, sentindo com isto o “patológico” sentimento de desterro “na própria terra” que Sérgio Buarque de Holanda entendeu ser uma boa ilustração para as muitas lamentações que os colonos registraram nos documentos coloniais portugueses⁴⁷. A metáfora do aventureiro compreende estes dois polos por formarem uma só economia. Contudo, o “aventureiro” enquanto tipo social é o colono desterrado, e não o capitalista palaciano de Lisboa e Valladolid.

A obra como um todo de Sérgio Buarque de Holanda está balizada pela expressão introdutória de *Raízes do Brasil*, que afirma ser o colono afligido pelo sentimento de “homem desterrado em sua própria terra”. Esta expressão foi destinada a caracterizar os portugueses dispersos no Império Ultramarino, e passou a servir como base abstrata de sustentação para uma ampla interpretação das relações homem e meio no Brasil, principalmente após o conhecimento do caráter pragmático da sociedade colonial em *Monções*. Ela também expressa o sentimento de existir para além das fronteiras, do reino e do povoado. Sentimento confuso, tal como a sociedade colonial, visto que qualquer fronteira na Colônia está sob o signo da opacidade dos limites.

⁴⁵ Ibid., p. 64.

⁴⁶ WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. P. 30.

⁴⁷ O sentido explicitado na introdução do livro é mais amplo que este, a expressão no livro é “somos ainda hoje uns desterrados em nossa própria terra”, que alude a um sentimento que do passado vem sendo gestado e se mostra vivo no presente. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 31.

O colono, embora desterrado, consegue ser feliz quando logra ganhos com pouca inversão de capital. Ele se satisfaz mesmo com esforços desmesurados para atingir valores modestos, desde que a taxa de inversão do capital se mostre muito favorável a seu ganho. Tais operações que formam as bases da economia que conduz na Colônia o incapacita de alterar a forma de habitar o seu mundo, onde o trato, como também ilustrou Sérgio Buarque de Holanda, não lembra a agricultura zelosa, mas sim os excessos da mineração, em que lavrar o solo é garantir o máximo de exploração com o mínimo de inversão.

Conforme ilumina-se o “aventureiro” como uma metáfora da sociedade colonial, competindo sua importância enquanto um “tipo social”, vemos ele servir de interpretação para chegar até as estruturas mais longevas da história do Brasil. Neste sentido, o espírito “aventureiro” passa a significar não somente a sociedade que ordena, mas a consequência de sua ação na construção da paisagem em que habita. A relação específica de ímpeto destruidor do homem com a terra estrangeira própria da exploração colonial adquire um sentido histórico singular através dele.

O par “aventureiro/trabalhador” foi desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda como tipos sociais na edição de 1936. Na nova edição, implicou metáforas sobre o homem americano, cada qual representando a herança de condutas éticas da Europa Moderna. Estes tipos formam paralelo com as metáforas de mundo, onde os seres são vistos agindo, respectivamente, no desconhecido e no inacabado. Caberia ao tipo “trabalhador” a existência segundo um conceito de mundo como o “inacabado”, experiência tida como particularmente notória com o colono de religião protestante na América. Ao português, na interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, a predominância do tipo “aventureiro” o conduziu a significar a vastidão da paisagem americana com o signo da prodigalidade do continente desconhecido. Quanto mais oculto no continente, mais se avantajavam as riquezas na imaginação do colono. Esta é a mensagem recorrente do livro *Monções*:

A história da monções do Cuiabá é, de certa forma, um prolongamento da história das bandeiras paulistas, em sua expansão para o Brasil central. Desde 1622, numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Itu trilharam constantemente terras hoje mato-grossenses, preando índios ou assolando povoações de castelhanos⁴⁸.

O “aventureiro” é a interpretação que explica o motivo dos colonos empreenderem expedições pelo continente, tendo como objetivos massacrar e escravizar populações indígenas, e

⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P. 73.

garimpar margens de riachos. O espírito aventureiro do colono persistiu inalteradamente, assim como sua economia predatória, mas sua cultura e seu cotidiano se transformaram para atender às novas circunstâncias do meio, expressadas por uma paisagem americana sempre em transformação. Desta forma, bandeirantes, monçoeiros, tropeiros e fazendeiros formaram um contínuo, remetendo a episódios da história colonial, onde o próprio “corpo” do brasileiro foi o centro dos processos, e a “paisagem” do Brasil as evidências da história ininterrupta que recua com o “colono” e alcança o “brasileiro”.

Em *Monções* compreende-se que a Colônia frente a situações de vulnerabilidade econômica, convergiu o objetivo de enriquecimento com o pragmatismo dos colonos, decisivo quando em uma situação de penúria. Esta perspectiva da evolução histórica do Brasil não se desfilhará da obra posterior de Sérgio Buarque de Holanda. Toda ela, após *Monções*, explora as consequências sociais deste senso econômico pragmático da sociedade colonial. Em artigo de Sérgio Buarque de Holanda, produzido para conferência em 1954, podemos ver que o sentido pragmático do “aventureiro” elucubrado em *Monções* ganhou recuo no tempo e distensão no espaço para significar o zelo financeiro que as operações arriscadas do Atlântico encontravam na sua fase antecedente à marítima:

Apesar de toda a grandiloquência camoneana não se encontra durante a fase verdadeiramente heroica da expansão e dos descobrimentos marítimos lusitanos, nada que deixe de obedecer a uma prosaica e meticulosa economia de meios. O próprio ato que servirá como ponto de partida dessa separação - a tomada de Ceuta aos mouros de Marrocos - só foi empreendida depois de um cálculo preciso de todos os recursos necessários e das vantagens mais que prováveis da iniciativa. Uma coragem obstinada e todavia sem ardor delirante ou intenções desmedidas parece ser em realidade a característica de todos os grandes navegadores portugueses - até mesmo de um Vasco da Gama -, com exceção apenas de Magalhaes que aliás, e certamente e não por acaso se colocou ao serviço da Espanha⁴⁹.

O piloto da nau do século XV, o sertanista do XVII, o monçoeiro do século XVIII e o tropeiro predominante no século XIX, formam a expressão, figurada, da corrente pela qual o passado distante dos soldados portugueses, transpassada pelas experiências de três séculos de adaptação e mediação cultural, fundou a estrutura espiritual da civilização no Brasil. Para Sérgio Buarque de Holanda, frente ao panorama das gerações assentadas no Brasil e a diversidade de

⁴⁹ Conferência proferida em 1954 por Sérgio Buarque de Holanda, durante o “IX^oemes Rencontre Internationales de Genève”, intitulada “Le Brésil Dans la vie Americaine”. In: SIARQ-UNICAMP: Coleção SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 23p. Pi 173 P17 p. 7.

territórios ocupados, não foi alterado o principal objetivo desembarcado com os portugueses: busca de fortuna e posteriormente sua face reversa “climatizada” aos trópicos, o “*remédio* para a pobreza”. Valer-se da obstinação por fortunas supostamente ocultas no continente deu subsídio ideológico para a economia da Colônia, estando para a economia da sociedade o “aventureiro” ao lado da inteligência da sociedade para adaptação às circunstâncias difíceis. Num panorama que abarca de senhores de engenhos a sertanistas paulistas pela “aventura e pragmatismo” do “aventureiro”, em *Monções* vê-se inserida as “monções de povoado” do século XVIII, narradas como expedições fluviais de quatro meses transcorrendo paisagens selvagens com destino às minas do Mato Grosso:

O afluxo de aventureiros para o novo estabelecimento tornava-se cada dia mais intenso e, apesar dos extraordinários riscos oferecidos pela viagem, os rios que levavam ao sertão cuiabano encheram-se de canoas. Estas, partindo de Ararituaba, seguiam o rumo traçado pelas bandeiras seiscentistas. Houve comboio, saído em 1720, em que todos pereceram. Os que vieram mais tarde encontraram as fazendas podres nas canoas e, pelos barrancos do rio, corpos mortos de viajantes. Correu ano de 1720 sem que chegasse viva alma ao arraial do Coxipó, embora inúmeras pessoas tivessem embarcado no Tietê com esse destino⁵⁰.

Os livros *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso* viriam esticar o fio desta história “filogenética”, creditando ao pragmatismo do sertanejo uma origem enraizada na visão de mundo portuguesa, ulterior à experiência colonial, que Sérgio Buarque de Holanda denominaria de “realismo fundamental” quinhentista⁵¹. Se o império português revelava que o pragmatismo do “aventureiro” recuava para antes das provações dos sertanistas, o modo pragmático de operar a economia ganhava longevidade com a expansão da pecuária e comércio de tropa pelo interior da América portuguesa.

Esta sociedade pastoril do fim do século XVIII, tecnicamente altera de sua antecessora do século XII por se valer de vias mais alargadas pelo continente e viagens em montaria⁵², deu as bases para a passagem da micropolítica⁵³ do “aventureiro” (amigo dos grandes riscos, hábil em

⁵⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P. 76.

⁵¹ A expressão “realismo fundamental” está presente no capítulo “O Semeador e o Ladrilhador” (*Raízes do Brasil*, 1995. P. 110) de *Raízes do Brasil* da edição de 1947. Consideramos este capítulo relativamente desconectado com o restante do livro. Ele viria a apontar para o que ainda de metodológico e teórico iria se sedimentar em obra posterior de Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*. Por este motivo, ele parece ser um ponto de “águas vertentes” da obra de Sérgio Buarque de Holanda.

⁵² SIARQ-UNICAMP: Coleção SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, Doc. Pi 166 P17. P. 3.

⁵³ O conceito de micropolítica que apresentamos é o formulado por Gilles Deleuze e Felix Guattari. Por ele, entende-se que para um platô da macropolítica, isto é, das instituições da sociedade (propriedade, família, Estado, etc.), existe um platô da micropolítica que compreende a forma molecular de como o poder opera na linguagem e modula as

perambular por picadas e trilhas do sertão e, principalmente, belicoso) para a micropolítica em formação do “homem cordial”: quase sedentário, mais venturoso para o negócio de compadrio, como também insidioso (um coronel e seus jagunços num conto ou novela de João Guimarães Rosa interpretaria este caráter do brasileiro que emerge do século XIX). Em palavras que nunca usou Sérgio Buarque de Holanda, o “homem cordial” é um “palaciano de varanda de fazenda”. Segundo Pedro Meira Monteiro, o “homem cordial” representa a extremidade da evolução histórica do Brasil, que favorece a visão do presente conectado ao passado colonial:

“Fundou, destarte, uma sociabilidade original, que o autor de *Raízes do Brasil* julgou por bem nomear “cordial”. Poderíamos, com algum esforço imaginativo, mas sem prejuízo teórico, ver o homem cordial como uma espécie de prolongamento na história social brasileira. Porque, se a “aventura” é uma categoria que ajuda a compreender a conduta dos homens, no plano das relações que ele estabelece com o meio e com a riqueza, a “cordialidade” permite que se compreenda sua conduta no plano das relações sociais, que, no Brasil, não se deram no mercado ou no meio público, mas no âmbito doméstico, ou a partir dele⁵⁴.”

O comentário do autor está muito preciso em relação ao texto de Sérgio Buarque de Holanda preparado para conferência posterior à reedição de *Raízes do Brasil*, em que deixou muito bem exposto a situação histórica do “Homem Cordial” como prolongamento histórico do *aventureiro*:

Em São Paulo, o tropeiro é o sucessor direto do sertanista e talvez o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se sem violência. O gosto da aventura que admite e não raro reclama a agressividade, encaminha-se pouco a pouco para uma ação mais disciplinadora. Ao fascínio dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se agora o amor às iniciativas corajosas e que nem sempre granjeiam proveito imediato. A atração da pecúnia, alcançada a prazo longo, vence a sedução da rapina. Aqui, como nas monções do Cuiabá, uma vontade mais paciente do que a do bandeirante, ensina a medir, calcular oportunidades, contar sempre com os possíveis danos e as perdas⁵⁵.

relações de força. A micropolítica comunica para além da face da opressão e domínio do indivíduo que o conceito de microfísica do poder de Michel Foucault ilumina. A micropolítica é um conceito que favorece conhecer as relações de poder pela positividade que produz subjetividades e orienta “devires”. Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “Micropolítica e Segmentaridade”, in: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, Vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 2011.

⁵⁴ MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999. P. 233.

⁵⁵ SIARQ-UNICAMP: Coleção SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, Doc. Pi 166 P17. P. 2.

No Capítulo IV desta pesquisa, voltaremos ao conteúdo deste parágrafo quando problematizarmos o caráter da disciplina na canoa dos sertanejos das monções de povoado que este fragmento alude. No Capítulo III, trataremos do conceito de fronteira, fundamental para compreender a obra de Sérgio Buarque de Holanda. Faremos isto através de uma investigação recuada, que parte de historiar a questão racial no debate histórico da primeira metade do século XX no Brasil.

Por ora, tenhamos como hipótese que as pesquisas de Sérgio Buarque de Holanda estiveram orientadas a problematizar a vida social nas regiões de fronteira da sociedade colonial, produzindo deste âmbito de estudos um conceito homônimo. O conceito de fronteira busca explicar a história que se passa no espaço de borda da Colônia, espaço de grande permeabilidade, onde a expressão cultural manifestou-se entre a estreiteza da economia colonial e a degradação da paisagem que, sempre transformada pelas demandas imediatas do mercado mundial, se desvelou no decorrer da história em expressões novas da cultura material e micropolítica da Colônia, em que a mudança tem como força imperativa a manutenção da ética colonial na sociedade, isto é, a regência na vida social do par “busca pela fortuna – *remédio* para a pobreza”.

CAPÍTULO II: O *MESTIÇO* COMO DEBATE NACIONAL

Quando, porém, se diz lá fora que, na sua população, há milhões de javaneses e mestiços deles (o que é verdade), imediatamente todos se aborrecem, zangam-se, lançando tristemente o labéu de vergonha sobre os seus compatriotas de tal extração.

Afonso Henriques de Lima Barreto, *Os Bruzundangas* (1922).

A AVENIDA DE EUCLIDES DA CUNHA

O nacionalismo no final do século XIX estimulou a busca de categorizar biologicamente o tipo fisiológico e a formação hereditária de um povo, o que a antropologia evolucionista almejou alcançar com o conceito de *raça*, cada vez mais vinculado com a narrativa de uma nação que protagoniza numa história global marcada por fronteiras étnicas. O mundo, segundo a ideologia imperialista característica do século XIX, se dividiria entre nações civilizadas e nações em estado de barbárie, o que aludia à identificação da cultura de uma sociedade e a pujança de um estado-nação (com seus exércitos, edifícios, máquinas, teatros, museus e universidades), com um conjunto de fenótipos em que as massas reverberariam as identidades⁵⁶. Através desta tensão histórica, colocava-se o racismo veiculado nas propaganda de Estado como instrumento de “sedução” às massas nacionais (operários, camponeses, etc.). Na alçada dos interesses capitalistas à questão racial, formou-se um campo interdisciplinar de estudos sociais⁵⁷, que atravessava fronteiras entre o biológico, social e geográfico, transcorrendo entre temas e disciplinas com continuidade na medida em que se tipificava o vínculo *raça* e *nação*. No século XIX brasileiro, o IHGB, fundado em 1838, operaria até o último quartel do século sem confrontar esta identidade forjada na Europa entre os conceitos, o que levou, segundo Manoel Luis Salgado Guimarães, os intelectuais brasileiros interessados em produzirem um discurso nacional brasileiro a não romperem com o vínculo significante entre nação e “*raça branca*”:

O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção⁵⁸.

A *Revista do Instituto Histórico Geográfico* produziria sem desconstruir esta conexão nação/*raça* um grande volume de pesquisas sobre as populações indígenas e afrodescendentes do

⁵⁶ “Para os governos e as classes dirigentes, os exércitos eram não só forças para enfrentar inimigos internos e externos, mas também um modo de garantir a lealdade, ou mesmo o entusiasmo ativo, de cidadãos com simpatias inquietantes por movimentos de massas que solapavam a ordem política e social. Junto com a escola primária, o serviço militar era talvez o mecanismo mais poderoso à disposição do Estado com vistas à inculcação do comportamento cívico apropriado e, não menos importante, à transformação do habitante de um povoado no cidadão (patriota) de uma nação”. Cf: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988. P. 265.

⁵⁷ Historiadores e críticos posteriormente alcunharam este campo de “cientificismo”.

⁵⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. Rio de Janeiro: *Revista Estudos Históricos*, n. 1, 1988, P. 6.

Brasil, que visavam aprimorar intelectualmente o conhecimento social e geográfico do Brasil, e promover estrategicamente um pensamento que apontasse para o futuro da nação⁵⁹.

No final do século XIX, a antropologia evolucionista viria a atrair atenção na seara das ciências mobilizadas para pensar o Estado nacional, e logo foi mobilizada para cruzar mais séries de dados positivos, dando embasamento para a constituição de um novo campo científico, que entrecruzava o biológico, o psicológico e o sociológico. Este campo, para o qual muito remeteram os propósitos da psicologia social, atinava aos interesses não somente de estabelecer a identidade racial de uma nação, mas também de compreender o comportamento das multidões, *standardizar* a família e normatizar o comportamento das mulheres e crianças, etc., ...campos que tinham grande serventia para legitimar as ações do Estado direcionadas para a repressão e implementação de ideologia nas massas populacionais. Ora, a história intelectual no Brasil foi paralela à cena europeia. Segundo Antonio Candido, a expectativa com a sociologia no Brasil na época de Silvio Romero e Euclides da Cunha esteve menos no “*cuidado da interpretação ou o rigor da inferência*” do que naquilo que podiam instrumentar o Estado a partir de uma visão coerente sobre o Brasil⁶⁰.

As multidões e as massas que se opunham aos dirigentes do Estado, junto às campanhas racistas das nações colonialistas, formaram os principais objetos de investigação da sociologia e antropologia, que atinavam para o comportamento dos grandes agrupamentos sociais. Os Estados europeus e suas respectivas colônias buscavam através desta ciência os instrumentos para a ação estratégica do Estado no controle e previsão das manifestações de agrupamentos sociais. Segundo Eric Hobsbawm, *O que motivou e determinou o desenvolvimento da sociologia no período que abordamos foi, portanto, a percepção da crise nas questões da sociedade burguesa, a consciência da necessidade de fazer algo para evitar sua desintegração ou transformação em tipos diferentes de sociedade sem dúvida menos desejáveis*⁶¹.

Dentre os sociólogos ocupados em interpretar a Europa pelo impasse político da burguesia desde que as multidões passaram a se organizar em massas (e as massas a se disciplinarem por meio de sindicatos e partidos), destacaram-se Gabriel Tarde, Gustave le Bon, e Frédéric le Play. O sociólogo francês Gabriel Tarde, investigando no fim do século XIX os conceitos de multidão e de público, os descreve e diferencia. Para ele, multidão é um fenômeno muito antigo em que agrupamentos de indivíduos simpatizam suas semelhanças (como a identidade étnica) e

⁵⁹ Ibid., p. 21.

⁶⁰ CANDIDO, Antonio. “A sociologia no Brasil”, in: *Revista de Sociologia da USP*, V. 18, n. 1. 2006. P. 279.

⁶¹ HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988. P. 239.

neutralizam suas diferenças. Este corpo não teria iniciativa fora a turba agressiva se não fosse pela ação da liderança que discursa para ela. O orador trabalha sobre os sentimentos comuns da multidão, conduzindo a ação dela, quase sempre ameaçadora ao *establishment*. Já o público surgiu como uma ideia nova, própria da modernidade. Gabriel Tarde define-o como um agrupamento marcado pela homogeneidade vinda de um pressuposto comum. Ele se forma em volta do escritor habilidoso, geralmente veiculado por um periódico, que constrói em torno de si um grupo que se sente representado, ou parcialmente representado, pelo conteúdo opinativo da sua mensagem. A opinião partilhada por um público manifesta-se verticalmente na sociedade, sendo agente de pressão, qualquer que seja sua origem: civil, do Estado, ou instituições. Os muitos públicos somados às multidões formariam o corpo da nação europeia, racialmente reunido e hierarquicamente dividido⁶². Estes conceitos comunicam muito sobre o contexto intelectual de onde emergiu as ciências sociais.

No século XIX, as ciências sociais alinhadas com o imperialismo europeu – e, por isto, quase toda a expressão dela – buscaram para a sociedade estabelecer uma lógica em que um tipo particular, o “*homem branco*”, viesse a imanar a força categórica que estabelece uma ordem esquivada aos primitivismos “destrutivos” da história da espécie humana, e, por isto, estando ele autorizado pela ciência (angariando legitimidade sempre que inventariasse o mundo pela etnografia) a dominar e reprimir os primitivismos do mundo, das multidões⁶³, dos povos ditos primitivos, das civilizações orientais, e das sociedades coloniais insurgentes.

Disciplina científica que se afunilava quanto mais se mostrasse atrelada à política burguesa, este segmento das ciências sociais tornara-se instrumento dos Estados para repressão das massas; legitimava a ação violenta do Estado contra os civis, associando a ideia de que a organização popular anti-burguesa, como foram os casos das ligas operárias, consistia num recrudescimento civilizatório tal como uma trincadura na “porcelana da civilização”; retorno do primitivismo destrutivo na *raça*, que maculava o Estado-nação tal como se contrariando a burguesia, se negasse a cultura europeia.

Ainda que nem toda ciência social reverberasse a propaganda imperialista ou convicções racistas e xenófobas, todas sem exceção viram no seu seio emergir o conceito de *raça* como uma lente para a investigação histórica, ora enfatizando o signo biológico, e ora o cultural. Intelectuais

⁶² REINIÉ, Dominique. “Introdução”. In: TARDE, Gabriel. *A opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁶³ Uma característica notória das ciências sociais deste contexto foi a ancoragem de sua competência de comunicação em metáforas biológicas. As multidões, segundo a linguagem deste contexto, “contagiavam” quando conduzidas por um bom orador. A respeito das multidões na história intelectual do Brasil, Cf. LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. P 68.

brasileiros estavam atentos à eminente sociologia europeia que apresentava ao mundo disciplina e independência para estabelecer-se como ciência, como julgamos representarem os casos de Gabriel Tarde, Herbert Spencer, Auguste Comte e Émile Durkheim na história da sociologia. De certo, num cenário de repúblicas jovens e pouca informação sobre as populações nacionais, a sociologia para o mundo soou como a promessa de grandes avanços da inteligência sobre a sociedade.

Estas ciências sociais em “plena moda” na última década do século XIX desembarcaram no Brasil, e aqui encontraram leitores e intelectuais que se valeram dela para pensar a civilização brasileira, como foram os casos de Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Manoel Bonfim, Edgard Roquette-Pinto, Alberto Torres e Nina Rodrigues. Contudo, a sua assimilação não foi fácil. No Brasil, a sociologia produzida para a realidade europeia não forneceu os termos práticos para classificar sua população. Junto a sua introdução no Brasil, desvelou-se a necessidade de, em nome dela, buscarmos o próprio caminho epistemológico: não contávamos com qualquer vislumbre de homogeneidade racial para aplicar os modelos europeus.

Na Europa, os discursos ideológicos do Estado sobre os seus territórios esforçavam-se por criar representações das populações nacionais como um conjunto de massas racialmente homogêneas divididas por fronteiras regionais que encontravam pela unidade do Estado um sentido positivo para a convivência. Nada seria mais avesso do que a “*mestiçagem*” integrando a identidade nacional ao conteúdo destes discursos que tinham burgueses e massas de operários como destinatários. Ela seria tida como um problema de sociedades de outros continentes, interpretada como um fato negativo e remetida diretamente ao signo da degeneração.

A história “pseudobiológica” da formação das “*raças europeias*”, tais como vinham teorizando⁶⁴ pela antropologia evolucionista não pensara a formação histórica pelo intercâmbio sexual de comunidades étnicas que resultassem numa indefinição racial. Na órbita do imperialismo europeu, seria ocioso ou perigoso e, de toda forma, avesso aos valores burgueses, uma ciência que instrumentalizasse o Estado para ser receptivo com o intercâmbio das *raças*.

Euclides da Cunha provavelmente foi o primeiro a escrever sobre esta dificuldade. Para Antonio Candido, Euclides da Cunha inaugurou pela sociologia uma “*fórmula bem brasileira de estudos sociais*”, em que o testemunho do presente e a intuição pessoal caso reunidos configuravam um percurso de reconstrução do passado⁶⁵. Em *Os Sertões*, a narrativa das muitas gerações cruzadas entre *raças* culmina em significar a duração da história. No Brasil de Euclides

⁶⁴ Ibid., p. 27.

⁶⁵ CANDIDO, Antonio. “A sociologia no Brasil”, in: *Revista de Sociologia da USP*, V. 18, n. 1. 2006. P. 272.

da Cunha, a indefinição da *raça* implicou uma história aberta, igualmente indefinida. A gama de variações raciais e de costumes da população brasileira fazia difícil para qualquer intelectual a tarefa de produzir um retrato genérico da sociedade pela ficção da sua composição racial, implicando para o presente a latência de um passado que nunca concluiu. Desta tese, central em sua obra, brotaria com vigor um código narrativo singular na história intelectual do Brasil, que vincula a formação da *raça* com a história em processo, “in media res”.

Leitor de Ludwig Gumplowicz, Gabriel Tarde e Auguste Comte, Euclides da Cunha em seu livro *Os Sertões* se valeu daquilo que havia de metodologia positivista para criticar a modernidade nos trópicos. Neste livro, tipifica-se o sertanejo do semiárido como um tipo *mestiço*, fruto do cruzamento das “três raças” (branco, indígena e africano) em proporções desiguais⁶⁶, reunidas na adaptação à natureza do meio agreste, ao mesmo tempo em que o detinha quase isolado dos fluxos incessantes de populações do litoral⁶⁷.

Euclides da Cunha, de certa forma, investira o sertanejo do semiárido que testemunhara em Canudos do signo literário do “bandeirante paulista” que ele pôde conhecer em livros de história e documentos da Colônia⁶⁸. Narrara a identidade de ambos sugerindo a conexão direta na história entre suas populações: defendeu em *Os Sertões* se tratarem os povoadores do interior do Brasil de descendentes dos sertanistas paulistas fixados na terra desde o século XVII, que povoaram com ranchos de gado o interior da Colônia: *Os homens do Sul irradiam pelo país inteiro. Abordam as raias extremas do Equador. Até aos últimos quartéis do século XVIII, o povoamento segue as trilhas embaralhadas das bandeiras*⁶⁹.

Com esta explicação, Euclides da Cunha adicionou um fundamento antropológico *difusionista* para sua tese. O sertanista paulista e o vaqueiro “dos chapadões” e “margens de rios” dariam sequência durante a Colônia ao isolamento em relação ao litoral e a incorporação em maior grau do indígena na sua genealogia. Expressando de forma acentuada os traços marcantes de sua ancestralidade, para Euclides da Cunha decorreu da endogenia condicionada ao sertanejo paulista pelo meio (os “sertões”) a suposta valentia belicosa dele para se expandir no território em busca de riquezas, fazendo guerras, e ignorando Portugal⁷⁰. Este sertanista “indômito”, que representaria em *Os Sertões* o espírito geral da expansão “de três séculos” pelo continente adentro, perdera-se

⁶⁶ Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial*, recorreu ao mesmo fundamento histórico sobre a população brasileira, de que sua população se desenvolve de modo diverso em função da proporção das *raças* entre si numa especificação regional.

⁶⁷ LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. P. 40.

⁶⁸ O levantamento de documentos históricos de *Os Sertões* contou com a colaboração de Theodoro Sampaio. A este respeito, Cf. FREYRE, Gilberto. “O Perfil de Euclides da Cunha”, In: *Parcerias Estratégicas*. V. 1, n. 4, 1997. P. 77.

⁶⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: editora UBU e SESC Edições, 2016. P. 91.

⁷⁰ Ibid., p. 90.

em São Paulo onde as migrações europeias “azedaram” o cadinho brasileiro, mas na história do Brasil recuperava-se sua raiz através do sertanejo que ele testemunhara no semiárido baiano:

É que já se formara no vale médio do grande rio uma raça de cruzados idênticos àqueles mamelucos estrênuos que tinham nascido em São Paulo. E não nos demasiamos em arrojada hipótese admitindo que este tipo extraordinário do paulista, surgindo e decaindo logo no Sul, numa degeneração completa ao ponto de declinar no próprio território que lhe deu o nome, ali renascesse, sem os perigos das migrações e do cruzamento, se conservasse prolongando, intacta, ao nosso tempo, a índole varonil e aventureira dos avós⁷¹.

Estariam com o sertanejo os valores positivos de um passado longo, que permitiriam “re-aprumar” a nação: encontrar o prumo da *raça* “do futuro” brasileira, prometendo, com o devido tempo transcorrido, a perspectiva positiva de se tornar o tipo dominante brasileiro, adaptado ao meio e de caráter temperado pela ancestralidade longa que conecta o presente aos primórdios do povoamento colonial do interior do Brasil. Igualmente *mestiço*, o habitante do litoral não encontraria a sorte que Euclides da Cunha reservou aos sertanejos. Em sua tese, tudo diferencia o sertanejo do habitante do litoral, que ele acusou de estar, desde a Colônia, aniquilando a formação da *raça* brasileira pelo fluxo incessante de estrangeiros que comprometiam o espírito do país, levando-o a “*degeneração*”⁷². Portanto, para ele, a “história” que enviava uma mensagem para o futuro não estava lá, mas no exemplo da constituição centrada em si do brasileiro dos recônditos do *sertão*.

Para Euclides da Cunha, a razão deste conflito estaria na tese de que o *mestiço* “do litoral”, por ser invadido pelos valores estrangeiros, imitar sem cessar os costumes europeus, compromete sua harmonia com o meio⁷³. Desta forma, embora o sertanejo e o litorâneo fossem igualmente mestiços, só ao habitante do litoral Euclides da Cunha vê o signo da *degeneração* da *raça* que a sociologia europeia propagava haver. Ao sertanejo, harmonizado com o meio e de “*índole*” temperada pela história, manteria com ele a possibilidade aberta de guiar a civilização brasileira à direção um estágio final, ao molde das nações europeias⁷⁴ com suas *raças* nacionais, capazes de se expressar nos termos de identidade do dado biológico com a civilização.

Esta angariação do *mestiço* ao status de *raça* nacional inventada por Euclides da Cunha foi meio engenhoso de apropriação das disciplinas sociais europeias, usadas exclusivamente para

⁷¹ Ibid., p. 103.

⁷² Ibid., p. 114.

⁷³ Ibid., p. 113.

⁷⁴ LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. P. 88.

legitimar a presença opressiva do homem branco em todo o globo, para que gerasse interpretação diversa, coerente com as expectativas sobre a civilização nos trópicos que estavam penetradas no imaginário intelectual brasileiro. Nas mãos de Euclides da Cunha, as ciências sociais europeias se transformavam em instrumentos para pensar o Brasil pela sua própria tipologia racial, o que desmanchou, por curto tempo, a tutela europeia destas ciências e, implicitamente, estabeleceu crítica à pujança colonialista dos europeus frente a todo o resto do mundo.

Euclides da Cunha após 1930

Passadas duas décadas da publicação de *Os Sertões*, Paulo Prado em *Retrato do Brasil* apresentou o *mestiço* nos termos de Euclides da Cunha. Inventaria um brasileiro pioneiro: *mestiço*, tristonho, sensual e ganancioso. Na perspectiva histórica de Paulo Prado, este tipo social seria produto da evolução endógena de uma sociabilidade de heterogenias que se complementavam positivamente numa ordem hierárquica (indígena, africano e europeu) que adjungiria ao tipo racial “acabado” do brasileiro. O brasileiro de Paulo Prado se concluía, desta forma, tal como o de Euclides da Cunha, na positivação das energias desequilibradas⁷⁵.

Paulo Prado, além de garantir a sobrevivência da interpretação de Euclides da Cunha na sua tese, fiou sua interpretação do Brasil com a crítica de Euclides da Cunha sobre o brasileiro do litoral, desenvolvendo no seu ensaio da “tristeza brasileira” a imagem do sol que se estende por todo o país, iluminando antes uma “*raça triste*” do que uma alegre, e revelando o traço essencial do “espírito do povo”: triste, pois dividido entre a sua falta de cerne nacional no litoral e, no interior, desolado pelos limites psíquicos da sua existência errante no sertão⁷⁶.

Gilberto Freyre foi um leitor atento de *Os Sertões*. Em artigo, “O Perfil de Euclides da Cunha”, ele interpreta a obra de Euclides da Cunha vendo num panorama geral dela o empenho do autor em extrair um significado histórico da paisagem brasileira do semiárido, em que a paisagem abandonada e sua sociedade “esquecida” viriam a afirmar uma herança positiva capaz de “salvar” a nação de suas dependências com o litoral⁷⁷.

Visto com o cuidado para não simpatizar obras marcadas pela diferença, Euclides da Cunha, Paulo Prado e Gilberto Freyre fizeram, a seus modos, oposição ao ideário imperialista de que a civilização ocidental se degenera nos trópicos. Mesmo que não tenham dito em suas

⁷⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ed. UBU e SESC Edições, 2016. P. 78.

⁷⁶ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Duprat-Mayença, 1928. P. 126.

⁷⁷ FREYRE, Gilberto. “O Perfil de Euclides da Cunha”, In: *Parcerias Estratégicas*. V. 1, n. 4, 1997. P. 66.

interpretações do Brasil que os trópicos são forças amenas na história (muito pelo contrário), em nenhum deles se tratou do clima tropical como força que tornava inepta a civilização. Vejamos o que entendeu Gilberto Freyre sobre a evolução do europeu habitante dos trópicos:

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas de duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar; governando antes a África⁷⁸.

Para Gilberto Freyre, como vemos, o português manifestou na América desde o princípio a sua desenvoltura adquirida “além mar”, valendo-se dela para adaptar-se ao mundo estrangeiro e ao clima quente. Isto levaria a desestabilização dos traços “germânicos”, e a indexação na sua cultura civilizatória de hábitos e técnicas adquiridos do contato com o mundo estrangeiro⁷⁹. Pode-se dizer que para Gilberto Freyre, o europeu “amolecido” pela África trocou uma positividade por outra, sem prejuízo para a civilização. Paulo Prado diria que o europeu passou por um alumbramento quando desembarcou nos trópicos. Para ele, que estereotipa o encontro cultural de sociedades por papéis desiguais de um jogo sexual estimulado por tabus e recalques, a colonização do Brasil condicionou-se pelo trauma do contato do português com a sociedade indígena, replicando no interior da sociedade colonial “em formação” a assombração do primeiro contato:

Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado - e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido. O indígena, por seu turno, era um animal lascivo, vivendo sem nenhum constrangimento na satisfação de seus desejos carnavais⁸⁰.

⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Ed. Global, 2006. P. 66.

⁷⁹ Somos convencidos de que Sérgio Buarque de Holanda nutriu-se desta importante contribuição de Gilberto Freyre para o pensamento social brasileiro quando teorizou o assentamento da sociedade ibérica nos trópicos americanos.

⁸⁰ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Duprat-Mayença, 1928. P. 33.

Retrato do Brasil apresenta em toda sua tese a vulgarização da psicanálise, impelindo o Brasil para um divã onde traumas sexuais de seus primeiros tempos foram decisivos na história⁸¹. Apesar de partir de diferente epistemologia em relação a Euclides da Cunha, a teoria racial de *Retrato do Brasil* não difere muito da de *Os Sertões*: Paulo Prado não dissidiu a respeito da dualidade interior-litoral e da tese do protagonismo da ascendência indígena no sertanejo. Contudo, a tipificação das *raças* que ele teorizou, sobressai no seu relevo à explicação de Euclides da Cunha, lembrando com mais proximidade esta passagem breve de *Capítulos de História Colonial*, livro de Capistrano de Abreu publicado em 1907:

O negro trouxe uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático. As suas danças lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarrs e foram verdadeiras rainhas. O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos, resumiu em 1711 o benemérito Antonil⁸².

Aproximando-se do comentário de Capistrano de Abreu sobre a questão racial na história colonial, segundo a tese de *Retrato do Brasil*, o português, os indígenas e os africanos constituiriam uma nova *raça* a partir de seus traços originários mais marcantes. Desta forma, através do recorte psicanalítico de *Retrato do Brasil*, o português, diante dos indígenas, contrastou nele o seu pudor, isto é, da sua matriz cultural, uma vez que a sua existência na América se dava “sem vigília”, onde poderia praticar fetiches sexuais sem que o coibisse as regras de Portugal que estabeleciam punições para os acusados de cometerem atos sexuais não previstos nos regimentos católicos. Diante do novo, o europeu nos trópicos que analisa Paulo Prado, como é aquele de Gilberto Freyre, não foi a expressão de uma civilização antiga; foi, antes, aquele que emerge do choque cultural das “durezas do espírito europeu” com a “lascívia do indígena”. Ele é, neste enfoque, na suas melhores expressões, respectivamente, do “bandeirante” e do “senhor de engenho”, a síntese que vê no decorrer de séculos pender a balança do encontro de fronteiras entre sociedades para o resultado positivo. Portanto, entre estes intelectuais, antes de ser uma expressão degenerada da

⁸¹ Franz Boas censurou a aplicação da psicanálise freudiana para a etnologia e história, que tudo indica que vinha se popularizando na década de 1920. Segundo Boas,

“Embora possamos dar boas-vindas à aplicação de cada progresso no método da investigação psicanalítica, não devemos aceitar como um avanço no método etnológico a mera psicologia do indivíduo para fenômenos sociais, cujas origens podemos demonstrar serem historicamente determinadas e estarem sujeitas a influências que não são de modo algum comparáveis àquelas que controlam a psicologia individual”. In: BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2004. P. 52.

⁸² ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Ed. do Senado Federal. 1998. P. 28.

civilização, o europeu dos trópicos, dentre os quais eles acreditam que o português foi prodígio, foi a resposta positiva de uma nova civilização.

Paulo Prado contornou a imagem imperialista da degeneração do europeu pelo clima quente e a mistura sexual com os indígenas tratando-o como o agente dominante da construção de positivities “desequilibradas”, mas vantajosas para serem aproveitadas pela “*raça* do futuro”. Frente às semelhanças entre o *mestiço* de Paulo Prado e o *mestiço* de Euclides da Cunha que apontamos haver sobre a positividade do “desequilíbrio”, cabe fazer a distinção mais clara de seus contextos. Valeu para Paulo Prado a nova cena nas ciências sociais fortemente subsidiada pelas obras de Émile Durkheim e Sigmund Freud. A sociologia direcionada à investigação do fenômeno das massas e populações nacionais desde então não se fez mais ciência dócil e segura para simples afirmações peremptórias sobre os fatores geográficos e biológicos incidindo na sociedade, como foram os supostos trabalhos os quais Euclides da Cunha viu exagerarem um fator ou outro na formação do povo brasileiro. Afora o campo da sociologia, a “explosiva” psicanálise passaria progressivamente a pressionar as ciências sociais a se adaptarem enquanto disciplinas capazes de elucidar o comportamento social a partir dos interditos da comunicação para uma determinada sociedade. Segundo Antonio Candido, em artigo de 1959, a história da sociologia no Brasil como disciplina acadêmica iniciaria nesta fase:

O decênio de 1930, rico e decisivo, pode ser considerado fase transitória para o atual período que, iniciado mais ou menos em 1940, corresponde à consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação⁸³.

Neste novo momento, mais do que naquele referente a Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, os estudos sociais se deterão em procurar os caracteres essenciais e/ou originais da formação histórica do Brasil. Contudo, cabe fazer justiça aos anos derradeiros da “fase ensaística” da história intelectual brasileira. Em 1929, Manoel Bomfim iria publicar ensaio histórico, muito sintonizado com a interpretação de Paulo Prado, em que veio a negar com veemência (e pedantismo) toda manifestação “darwinista” da sociologia brasileira, apresentando pelo corpo de argumentos de seu texto que já se começava no Brasil a interpretar pela relatividade de *raça* e cultura⁸⁴.

⁸³ CANDIDO, Antonio. “A sociologia no Brasil”, in: *Revista de Sociologia da USP*, V. 18, n. 1. 2006. P. 271.

⁸⁴ BONFIM, Manoel. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

Nesta cena intelectual brasileira que ganha fôlego na década de 1930, intelectuais se distinguiram ideologicamente segundo a relação que entenderam haver na história de uma *raça* em relação a outra. Dentro deste contexto, José de Alcântara Machado em *Vida e Morte do Bandeirante*, ainda que muito atrelado à homenagem da classe dirigente de São Paulo, conseguiu desdobrar a investigação histórica para fora do diletantismo linhagista ou ensaísta e proporcionar conhecimento novo sobre a vida dos viventes pobres da São Paulo colonial. Entre vários pontos que fazem deste livro um interessante estudo da formação da sociedade colonial no Brasil, vemos nele como José de Alcântara Machado encarou o debate recorrente entre ensaístas brasileiros sobre as qualidades divergentes dos habitantes do interior e do litoral:

Entre o marinheiro e o sertanista são transparentes as afinidades. Resultam das muitas que aparentam com o sertão o oceano. Não há tentar um paralelo já realizado numa página de Rui. Diante do oceano, como diante do sertão, é o mesmo assombro, é a mesma impressão de infinito e de eternidade, é a mesma vertigem. Só eles, imensos e desertos, podem saciar a fome de liberdade sem limites que devora o homem, o nomadismo ingênito que atormenta, o orgulho de bater-se, fraco e pequenino, contra os elementos desatrelados, e de vencê-los. Em paga dessas volúpias sobre-humanas apoderam-se de todo e para a vida inteira de seus apaixonados⁸⁵.

Ainda que a defesa do valor andarilho atribuído aos sertanistas para seu emprego mire na analogia com a população navegante do Império português, não se insinuou na obra de José de Alcântara Machado que o estado de espírito dela tenha penetrado na população do litoral do Brasil, reservada ao signo da falta de cerne nacional, a mácula apontada nos antecedentes históricos de *Os Sertões*. O que se insinuou em *Vida e Morte do Bandeirante* foi o nada óbvio: de que o temperamento dos navegantes se transmitiu diretamente para a população do planalto paulista, sem intermediários. Compreendido isto, vê-se que a valoração do navegante não levou José de Alcântara Machado a desconiliar com a tese de Euclides da Cunha, pelo contrário, criou um novo elo que recuava dos paulistas do XVII aos navegantes portugueses do século XVI. Esta tendência de leitores de Euclides da Cunha de desconfiar do litoral, contudo, não impediu que o estigma de inferioridade nacional impetrado ao povo do litoral caísse nas vésperas da década de 1930 como uma banalidade literária.

Quase três décadas da publicação de *Os Sertões* a tese da falta de cerne nacional do habitante do litoral encontrou sua primeira fissura com a publicação de *Casa Grande e Senzala*.

⁸⁵ MACHADO, José de Alcântara. *Vida e Morte do bandeirante*. Ed. Livraria Martins, 1955. P. 238.

Coube a Gilberto Freyre tirar do habitante do litoral o lugar de empecilho à formação nacional que Euclides da Cunha reservara a ele:

Muito do que Euclides exaltou como valor da raça indígena, ou da sub-raça formada pela união do branco com o índio são virtudes provindas antes da mistura das três raças que dá do índio com o branco; ou tanto do negro quanto do índio ou do português⁸⁶.

O argumento de Gilberto Freyre, apesar de certo na abordagem intimatória, se mostrou ligeiramente injusto com o autor de *Os Sertões*. Para Euclides da Cunha, o brasileiro *mestiço* existe como uma ideia abstrata na medida em que se reconheceu dele os muitos cruzamentos que entrelaçam coativamente o indígena, o africano e o europeu⁸⁷. A mensagem de Gilberto Freyre, contudo, era necessária. A tese de *Os Sertões*, sem embasamento de dados de que os povos do semiárido, à imagem futura dos paulistas do século XVII, não tinham expressiva contribuição dos africanos na sua formação mestiça, enquanto que os povos do litoral, assediados pelos estrangeiros que “desnaturavam” o veio nacional, contavam com expressiva contribuição africana, constituía-se numa atitude abreviadora da história africana no Brasil⁸⁸. O ocultamento deliberado da história africana em *Os Sertões* fez dele base para argumentos de conteúdo racial que muniram a historiografia paulista até o final da década de 1930.

Neste sentido, Gilberto Freyre, ao censurar a tese de Euclides da Cunha, fez contraponto no debate nacional sobre a importância do africano na formação racial do brasileiro. A este respeito, deve-se dizer que Gilberto Freyre não alterou a postura fundamental de Euclides da Cunha: assimilou dele a oposição à hipótese taxativa da *degeneração* do gene europeu na mestiçagem, creditando a ela a formação de uma nova *raça*. Mas, neste turno, salientando a participação do africano na positivação do *mestiço*. Não significava para Gilberto Freyre, em seu estudo sobre o Brasil colonial da zona da Mata nordestina, uma mera tomada do partido de “pupilos” de Nina Rodrigues ao se contrapor neste assunto a Euclides da Cunha: nesta altura, Euclides da Cunha era uma referência obrigatória para intelectuais de campos ideológicos, políticos e epistemológicos, divergentes. Por isto, estamos de acordo com Luiz Costa Lima quando ele afirma que “*Euclides funcionava como modelo tanto político como literário, tendo o empenho nacionalista como sua categoria abrangente*”⁸⁹. Pensar o Brasil, pelo ensaio ou

⁸⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Ed. Global, 2006. P. 107.

⁸⁷ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ed. UBU e SESC Edições, 2016, p. 77.

⁸⁸ Gilberto Freyre não foi o primeiro a estabelecer a crítica direta ao desprestígio dos afrodescendentes em *Os Sertões*. Edgard Roquette-Pinto em *Seixos Rolados* (1927) havia a cinco anos atrás censurado *Os Sertões* por diminuir a importância do afrodescendente na formação racial do sertanejo do Semiárido.

⁸⁹ LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. P. 22.

monografia, até o começo da década de 1930 foi em grande medida fazê-lo sob os auspícios de *Os Sertões*. Para ser mais preciso, pensar a sociedade no Brasil até 1950 acompanhou a generalização do conceito de *mestiço* de Euclides da Cunha. Quatro décadas depois de *Os Sertões*, Sérgio Buarque de Holanda estaria cotejando o debate nacional do *mestiço*, isto é, construindo interpretação a partir do significado que se mobilizava através dele na cena intelectual das décadas de 1930 e 1940 sempre que a questão desenvolvida em sua obra atinasse para a questão da formação racial da sociedade colonial.

O sucesso de *Casa Grande e Senzala* esbarrara em *Os Sertões*. Para todos os efeitos, estes dois livros conviveram sem dificuldades nos gabinetes de leitura da década de 1930. Poderíamos dizer isto a respeito do leitor Sérgio Buarque de Holanda, pois ele manifestou pensamento “fronteiriço” entre estes dois autores. Ao modo de todos os historiadores entretidos com a “interpretação do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda viu nas singularidades portuguesas a anunciação de uma nova cultura colonial; e, conjunto a muitos dos historiadores paulistas da temática “bandeirante”, Sérgio Buarque de Holanda viu um processo singular surgir na história colonial do Brasil a partir da conquista portuguesa do planalto de São Paulo. Ao buscar uma originalidade cultural neste episódio da história, a sua investigação entrou na avenida de *Os Sertões*, trilhando a guia da tese sobre a qualidade racial do sertanejo do semiárido do Nordeste, uma vez que Euclides da Cunha já havia comparado os paulistas do passado com os sertanejos do semiárido de seu tempo. Para um como para o outro, o processo por gerações que ocupam o mesmo território acarretou na intimidade do habitante com o meio.

Tratamos pouco de Capistrano de Abreu. Entretanto, ele teve uma grande importância para a interpretação do Brasil e pesquisa histórica para este contexto. Notamos, por exemplo, que quando as questões foram os costumes e cultura na sociedade colonial, a obra de Capistrano de Abreu impunha-se como referência. Contemporâneo a Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu colocou os costumes no centro do problema histórico ao ver neles as potências culturais para o povoamento colonial do continente: *Sob aquela latitude, naquela altitude, fora possível uma lavoura semi-européia, de alguns, senão todos os cereais e frutos da península. Ao contrário, o meio agiu como evaporador; os paulistas lançaram-se a bandeirantes*⁹⁰. Para Sérgio Buarque de Holanda, na década de 1940, defender uma tese sobre a formação do Brasil que, a partir de pressupostos diferentes, encontrava semelhança com a da formação do sertanejo de Euclides da Cunha, encontrou semelhança na via de pesquisa histórica aberta por Capistrano de Abreu:

⁹⁰ ABREU, Capistrano. *Capítulo de História Colonial*. Brasília: Ed. do Senado Federal, 1998. P. 108.

inquirir os hábitos e costumes através do problema antropológico e a metodologia histórica de investigação.

Entre todas as interpretações sobre o Brasil até a década de 1940, da geração de Euclides da Cunha e da geração de Gilberto Freyre, a “muito afirmada” singularidade do português remeteria ao caráter da dominação colonial sobre a América enquanto “Babel de povos” em processo de “entropia étnica”. As evidências históricas do convívio de etnias no interior das fazendas da colônia e da assimilação dos costumes da população indígena projetavam nestes estudos, invariavelmente, o português como condição para tais características da colonização. Seria, portanto, como um denominador comum de todas as interpretações do Brasil na primeira metade do século XX, a premissa de que o português fosse o principal responsável pela edificação da sociedade colonial sob o fundamento da mistura cultural. Este “denominador comum” de interpretações em ensaios e monografias sobre a formação histórica do Brasil diz muito respeito a Sérgio Buarque de Holanda, pois ele sustentou a singularidade da sociedade colonial pela hipótese da fácil assimilação do português de culturas de matrizes alheias à sua. Ele considerou a assimilação cultural em diferentes graus na sociedade colonial, concebendo no colono do planalto paulista o lugar de maior gradiente de assimilação da cultura indígena, e produto completo de uma sociedade mista⁹¹. Por este ponto de partida, lembrava o planalto paulista de Sérgio Buarque de Holanda o vigor metodológico do culturalismo de *Casa-Grande e Senzala* e o problema histórico de Euclides da Cunha, da formação da sociedade imersa no interior do continente.

Ainda que a obra de Gilberto Freyre é o grande exemplo literário de estudos sociais da geração de intelectuais da década de 1930, é necessário lembrar, que Sérgio Buarque de Holanda tinha incursionado caminho epistemológico próprio, a partir de seu contato direto com a literatura de outros círculos intelectuais. Segundo a pesquisadora Mariana Françoze, o conceito de cultura de Sérgio Buarque de Holanda derivava da etnografia alemã⁹², que investigava a expressão material das culturas para obter conhecimento sobre as “sociedades primitivas”. Para ela, Sérgio Buarque de Holanda em *Monções e Caminhos e Fronteiras* fez menção ao conceito etnológico de cultura material ao investigar as técnicas e objetos do passado, principalmente no que implicou a fronteira da Colônia com as sociedades indígenas:

⁹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 1995. P. 101.

⁹² Segundo Mariana Françoze, em *Caminhos e Fronteiras* a presença da etnologia alemã abunda no livro, sendo que as referências recorrentes que Sérgio Buarque de Holanda fez foram: Karl von Martius, Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich, Max Schmidt, Theodor Koch-Grünberg e Fritz Krause. Cf. FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um Outro Olhar: etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado/UNICAMP, 2004.

O autor utiliza em larga escala os relatos de cientistas-viajantes alemães que estiveram na América do Sul até o início do século XX. Além de usar estas fontes alemãs para escrever tais obras, Sérgio Buarque se inspirou, para fazer sua pesquisa, em preocupações da etnologia alemã com temas como a linguagem, a cultura material e as diversas técnicas utilizadas na vida cotidiana⁹³.

Há um argumento que distingue Sérgio Buarque de Holanda de outros autores de seu tempo: quando se tratou de garantir a sobrevivência do indivíduo embrenhado no interior do continente e na garantia da continuidade de todo empreendimento colonial, não deduziu qualquer vantagem da cultura europeia frente às culturas autóctones americanas, conforme vemos neste fragmento:

A capacidade de resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos; a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminantes, nessas veredas estreitas e rudimentares⁹⁴.

Sérgio Buarque de Holanda sustentou que as dificuldades dos primeiros paulistas em implantarem a economia colonial no planalto os impulsionou para as “soluções criativas” em salvaguarda da vida social, advindas do maior intercuro com as populações nativas. Nesta linha, ainda que numa ponta ideológica oposta, ele esteve argumentando no fio de Paulo Prado e José de Alcântara Machado, os quais há quase duas décadas haviam extraído da pobreza dos habitantes do planalto paulista colonial os antecedentes históricos para sustentar o mito regional republicano bradado pelo PRP (partido Republicano Paulista) sobre a proeminência de São Paulo em relação aos outros estados da Federação, conforme acompanhamos neste fragmento de *Vida e Morte do Bandeirante*:

O sertão, ao contrário, conhece a pobreza dos que demandam o Brasil com os olhos na fortuna, e se contenta em pedir-lhes a robustez e a audácia que lhes sobram; e, sabendo-os impacientes, acena-lhes com a miragem da riqueza fácil e imediata, ao alcance das mãos ávidas, nas florestas abundantes de índios predestinados ao cativeiro, nas minas resplandecentes de gemas e metais de prol, no viso luminoso das serranias que as fábulas sobredouram⁹⁵.

⁹³ Ibid., p. 17.

⁹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P. 43.

⁹⁵ MACHADO, José de Alcântara. *Vida e Morte do bandeirante*. Ed. Livraria Martins, 1955. P. 237-8.

Sérgio Buarque de Holanda, conforme vimos a respeito de sua biografia e do conjunto de sua obra, expressou em toda ela o seu riso e crítica à ação autoritária. Embora o autor trate de temas preciosos de segmento conservador da intelectualidade brasileira, ele não se confunde com a apologética paulista. Muito pelo contrário, se indispõe com ela. Como entender, portanto, o seu esforço por fazer de sua pesquisa histórica uma antropologia histórica do paulista? Se este argumento do mito paulista ficava esvaziado em seu estudo, em nada mitigou o enfoque do autor na cultura do planalto paulista.

A historiografia brasileira da primeira metade do século XX em um só coro reconheceu no português o lugar de artífice de uma sociedade que reúne muitos povos sob um regime de governo. Esta afirmação peremptória funcionou como uma premissa e a ela Sérgio Buarque de Holanda não fez exceção. Em sua obra se vê o empenho por explicar que tipo de relação formava-se entre as evidências de desordem da América portuguesa, como a violência, má edificação e “imaginação estreita” do colono, e o lugar proeminente do português de condutor de uma sociedade sem qualquer cerne que aponte para a superação da economia predatória. A referência de Sérgio Buarque de Holanda à escalada dos portugueses ao planalto paulista é uma das passagens em que esta relação surge:

Vencida porém a escabrosidade da Serra do Mar, sobretudo na região de Piratininga, a paisagem colonial já toma um colorido diferente. Não existe aqui a coesão externa, o equilíbrio aparente, embora muitas vezes fictício, dos núcleos formados no litoral nordestino, nas terras do massapê gordo, onde a riqueza agrária pode exprimir-se na sólida habitação do senhor do engenho. A sociedade, constituída no planalto da capitania de Martim Afonso, mantém-se, por longo tempo ainda, numa situação de instabilidade ou de imaturidade, que deixa margem ao maior intercurso dos adventícios com a população nativa. Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento; não na grande propriedade rural, que cria indivíduos sedentários⁹⁶.

Além de deixar claro sua posição de extrair alguma positividade da desordem do mundo americano colonial conduzido pelos portugueses, Sérgio Buarque de Holanda apresentou o debate, a esta altura “esfriado”, sobre as diferenças entre a sociedade do planalto paulista e a sociedade colonial do litoral açucareiro. Entendeu ele que a escalada da Serra do Mar e o envolvimento do homem com as paisagens que correm para o interior iriam indispô-lo à rotina no latifúndio do engenho⁹⁷. Ao evocar o tema das dificuldades do meio e tratar das diferenças internas da

⁹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P. 42.

⁹⁷ Caberia a nós mediarmos o entendimento de Sérgio Buarque de Holanda com o fato de que o modelo de negócios no planalto paulista e o intercâmbio comercial dele, como aprendemos com a atual historiografia brasileira, pouco se

sociedade colonial do Brasil, manifesta-se o interesse direto de Sérgio Buarque de Holanda pela hipótese, recorrente no ensaísmo brasileiro, de que sobressaltos dificultosos do meio impulsionariam o grupo adventício a explorar os limites de sua cultura. Esta hipótese, desenvolvida para o caso do português que subiu a serra do Mar, afirmava que se acentuava a tenacidade de “caçador de riquezas” do homem ibérico, e desenvolveria nele competências para habituar-se a natureza americana, alterando, com isto, as bases de sua cultura. Este é a tese de *Os Sertões* laureada pelo público que, como ressaltamos, remete ao paulista colonial quando elogia o sertanejo do Semiárido. Afora estes traços gerais que imprimem as letras mais fortes deste debate, vale dizer que a contraposição “interior-litoral”, muito tematizada nos ensaios do início da República, e que após o estrondo de *Casa-Grande e Senzala* ficou “em xeque”, tinha sobrevida nesta discussão historiográfica, sendo encontrada pulverizada em todo o assunto que buscasse distinguir a sociedade colonial entre a vagância dos sertanistas e o hábito conservador do fazendeiro da zona da Mata.

Atentemos agora para um argumento de Sérgio Buarque de Holanda neste fragmento que comunica o argumento historiográfico “mitologizante” da singularidade paulista. Para ele como para aqueles historiadores com quem debateu, ironizou e até divergiu calorosamente, o paulista emergiu da pobreza e impotência de se valer do comércio colonial do açúcar. A sua andança pelo continente, segundo esta tese, se deveu pela necessidade de superar os limites impostos pela condição marginal sua em relação à economia do Atlântico. Por isto, quando Sérgio Buarque de Holanda afirmou que *a mobilidade dos paulistas estava condicionada, em grande parte, a certa insuficiência do meio em que viviam*⁹⁸, insuficiência esta sentida pelos núcleos coloniais que não atingiram a estabilidade da implantação das roças e engenhos de açúcar, ele esteve apontando para as soluções que a parcela de colonos que se viram relativamente isolados dos centros comerciais assumiram para poder garantir seus projetos de enriquecimento e o domínio dos seus territórios. Esta seria a tensão que toda sua obra narraria.

O RACIALISMO DOS HISTORIADORES BRASILEIROS

Não é exagero dizer que para intelectuais ocupados com o pensamento social brasileiro até a década de 1950, as *raças* trariam consigo características marcantes, contribuintes da psicologia

diferenciou daquilo que víamos no restante do continente. Cf. BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões: processo de mercantilização de São Paulo colonial, 1680-1721*. São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutorado em História Social, 1995; VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na Órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a união ibérica (1580-1640)*. São Paulo: USP, Doutorado em História, 2010.

⁹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P. 42.

do brasileiro. Neste seio intelectual, Cassiano Ricardo afirmou que o africano contribuiu com a “vocação” ao trabalho “servil” e o indígena com a “obediência” e “disposição para lutar” pelo colono⁹⁹. Embora muito estereotipada e racista, sua declaração sobre as *raças* na formação histórica do Brasil, não está disparatada do horizonte de seu contexto intelectual. Neste contexto, portugueses, indígenas e africanos ganhavam contornos estereotipados em toda interpretação sobre o Brasil, qualquer fosse ela a posição política do intelectual brasileiro.

Para intelectuais brasileiros, dentre os quais não conhecemos nenhuma exceção, o português não diferiu essencialmente do português de Cassiano Ricardo: caberia a ele ordenar este mundo valendo-se de sua suposta “singularidade enquanto colonizador”: seria a *raça* flexível, capaz de fazer fluírem as *raças* numa sociedade de cruzamentos de *raças* hierarquicamente dispostas umas às outras:

Pouco importava que a escravidão separasse, através de tamanha distância social e econômica, o branco do negro: havia uma ligação profunda, assim na mistura copiosa de duas tintas humanas como no leite de democracia, que era qualquer coisa de telúrico e subterrâneo na constituição do novo plasma social¹⁰⁰.

O português colonial de Cassiano Ricardo teria com o africano uma relação em que uma *raça* se disporia a outra num espírito de concordância tal como uma alegoria de “classes felizes”, satisfeitas com suas participações na produção da riqueza. As interpretações divergiram substancialmente sobre as relações étnicas na sociedade colonial, estando neste ponto a interpretação de Cassiano Ricardo no extremo de um polo ideológico conservador. Embora coubesse fazer um arrazoado de posições ambíguas de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda¹⁰¹, o português da Colônia apresentado em *Marcha para Oeste* não se confunde com o de suas obras. As interpretações do Brasil sob o paradigma de *raças* e da epistemologia em questão não diferiram muito para ideologias distintas no que tangeu a singularidade do português para adaptar-se a novas circunstâncias de vida.

⁹⁹ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1942 (2ª edição). Pp. 229-230.

¹⁰⁰ Ibid., p. 49.

¹⁰¹ Segundo Thiago Lima Nicodemo, Sérgio Buarque de Holanda, já então historiador prestigiado, apresentava em entrevistas concedidas sempre que o questionaram por sua obra *Raízes do Brasil* o desconforto de justificá-la, defendendo-a da interpretação comum de que o “homem cordial” se tratava de um elogio a singularidade do brasileiro, em vez de o compreenderem como uma chave analítica dos entraves para a modernização do Brasil (Cf: NICODEMO, Thiago Lima. “O Cânone da Impermanência”, in: *Revista IEB*, n. 49, mar/set, 2009, pp. 157-8). Para entender o contexto em que o autor de *Raízes do Brasil* procura desvencilhar seu livro de interpretações que ele não comunica sobre a cordialidade, devemos atentar para o que Paulo Prado e Cassiano Ricardo, nos seus respectivos contextos históricos (o primeiro membro do PRP e o segundo “getulista”), vinham propondo a respeito do lugar comum da “ternura brasileira”. Estes intelectuais criaram imagens do brasileiro como resposta para a procura dos elementos de sentido nacional que integram o brasileiro enquanto comunidade.

Para estas interpretações, negativas ou positivas, da história colonial, compreender a *mestiçagem* no Brasil sempre partiu da premissa de que ela remetia à singularidade portuguesa no contexto europeu. A dissonância quanto a especificidade portuguesa surgiria aos poucos, mas somente ganharia ímpeto para confrontar toda a história intelectual de um país na década de 1960, quando o português deixou de ser o demiurgo da sociedade *mestiça* para voltar a ser o traficante de escravos e senhor de latifúndios¹⁰².

A explicação filogenética

Embora Gilberto Freyre fora um notório africanista, e muito embora tenha manifestado posição conservadora em relação a instituições¹⁰³, ele pode ser relacionado com mais coesão a dois intelectuais muito proeminentes que não pertencem a nenhum destes grupos de intelectuais. Como defendemos, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre podem ser pensados conjuntamente por uma análise comparada que problematize o conceito de *raça* em suas obras.

O carácter circunstancial que atualmente se encontram as categorias em voga deste contexto, como *raça*, por exemplo, trazem problemas que, se não compreendidos pela sua expressão “da época”, trarão dificuldades para aqueles que arriscarem a desembaraçar as categorias raciais destas obras de suas faces tratadas como progressista nas universidades. Por estarmos no século XXI, faz-se necessário entender como pôde um pensamento que se valeu de concepção racial da humanidade perdurar como pensamento progressista sobre o Brasil no século XX. Compararemos agora o significado da presença do conceito de *raça* em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, com o seu completo esvaziamento em *Raízes do Brasil*, de 1947.

O livro *Formação do Brasil Contemporâneo* é constituído de três tópicos panorâmicos que juntos comunicam a história da sociedade colonial do Brasil do final do século XVIII. O primeiro tópico é “Povoamento”, seguido de “Vida material” e “Vida social”. A ordem destes tópicos expressa analogia com o desenvolvimento dos muitos temas do livro: a exposição do argumento se faz pela introdução de dados filogenéticos que fornecem o escopo ontológico ao problema histórico, como, por exemplo, a composição racial das sociedades e os caracteres geográficos do Brasil. Neste modelo, logo após delineado a expressão substantiva das variedades humanas e

¹⁰² Segundo Alberto Luiz Schneider, o livro *Race Relations*, de Charles Boxer viria em 1962 a confrontar o lusotropicalismo, apresentando um Império português hierárquico, racista, e impiedoso. Cf. SCHNEIDER, Alberto Luiz. “Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): *raça* e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 26, N° 52, 2013. Pp. 253-273.

¹⁰³ Gilberto Freyre eleito deputado pela UDN-PE em 1946 para o Congresso Constituinte, Apoiou o “salazarismo” na década de 1950 e apoiou o golpe civil-militar de 1964.

geográficas que compõem a sociedade colonial, o prosseguimento se dá por incorporar o argumento material, da produção de mercadoria e intercâmbio de produtos, podendo estar combinada com o dado ambiental, das condições ecológicas para a fixação e reprodução de tal sociedade. Surge, nesta ordem, entre a introdução sobre as bases filogenéticas do povoamento seguido da apresentação dos principais fatores concretos referentes ao regime de existência, a interpretação em *Formação do Brasil Contemporâneo* da dominação colonial visto na sua duração histórica.

A argumentação pela evolução filogenética, pode ser constatada quando Caio Prado Júnior interpreta a evolução histórica das técnicas de transporte da Colônia. A explicação filogenética, conforme descrevemos neste modelo, tem a predileção de abrir a explicação, mas após sua exposição, a ela pouco espaço se concede frente a explicação “materialista”, isto é, da economia vista pelo regime do emprego das forças. Vemos este modelo de explicação no fragmento a seguir:

Para estas vias de comunicação, fluviais, terrestres e marítimas, que acabamos de ver; e para as distâncias enormes que cobrem seus trajetos, contados por centenas de léguas, de que meios de transporte e condução dispunham os colonos? É para a navegação, particularmente a fluvial, que estavam melhor aparelhados. Corria-lhes nas veias o sangue de dois povos navegadores: portugueses e tupis; mas é a estes últimos que se deve o melhor que neste terreno a colônia possuiu. Podia ela vangloriar-se de uma variedade enorme de embarcações, de todos os tipos e dimensões, e admiravelmente adaptadas à diversidade de fins a que se destinam. Desde a canoa indígena até a jangada de alto mar – empregada aliás na pesca, e só excepcionalmente no transporte – e a lancha e tantas outras, divididas cada qual em outros muitos subtipos. Mas todas estas embarcações servem antes para a navegação fluvial ou litorânea: baías, estuários, praias. Para a cabotagem propriamente, e para uma costa difícil e extensa como a que possuímos, os colonos estão muito mal preparados. (...) neste terreno, só houve progressos apreciáveis depois da transladação da corte e o estímulo que traz para o comércio a abertura dos portos; bem como, para a técnica da navegação, o exemplo e a concorrência estrangeiros¹⁰⁴.

Assim que inicia o argumento sobre a perícia e experiência de um povo a respeito da navegação, sugerindo que o encontro das sociedades portuguesa e tupi adviria um fato positivo que perduraria por todo o período colonial, esta explicação é ultrapassada por outra estrutural, que leva em conta a dificuldade de navegação na costa brasileira e a ausência de instrumentos de navegação necessários para trajetórias afastadas da costa. O encontro das duas sociedades

¹⁰⁴ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1965. P. 257.

caracterizadas por *raças* viria a criar uma “prole” de embarcações criativas ajeitadas para as dificuldades locais, mas sem inclinação para superar obstáculos como longas viagens pela costa brasileira. Fica da explicação uma mensagem direta: a economia mundial do capitalismo mercantilista, acima da cultura e povoamento do Brasil, foi o fator determinante de toda história colonial.

Cabe notar fato elucidativo sobre o problema racial na interpretação histórica de Caio Prado Júnior. Caio Prado Júnior, que se valeu das categorias raciais e desenvolveu argumentos a partir delas, não se aprofundou de fato nestas categorias, visto que seu método impôs um limite de importância para a explicação filogenética das manifestações culturais, resguardando a história em seus processos mais longos de ser interpretada como determinada pelo que se conhece das raízes de uma sociedade. Conforme veremos, Sérgio Buarque de Holanda, abdicou de interpretar a *raça* como tópica do estudo da cultura na história. Entretanto, concedeu importância para o argumento da “procedência filogenética” da “cultura em formação”, manifestando com isto a preocupação comum com o pensamento racial de se estabelecer do entroncamento da cultura com a genealogia um eixo estrutural da histórica.

A hipótese do sufocamento da cultura

Hoje podemos dizer que infelizmente alguns clássicos da nossa história intelectual, como *Casa-Grande e Senzala*, *Raízes do Brasil*, e *Formação do Brasil Contemporâneo* foram obras que não contribuíram muito para combater o racismo. Gilberto Freyre, ainda que tenha tratado extensamente sobre a cultura africana no Brasil, ele promoveu ao indivíduo afrodescendente uma interpretação onde só pôde ser compreendido por sua funcionalidade numa sociedade vista pelo exótico, como “feudo tropical”, e seu papel passivo na formação da população etnicamente mestiça: *É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente*¹⁰⁵. Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, salvo sua posição irônica em relação as teorias raciais¹⁰⁶, não

¹⁰⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Ed. Global, 2006. P. 399.

¹⁰⁶ O historiador Thiago Nicodemo atentou para a crítica que Sérgio Buarque de Holanda publicou no *Diário Carioca* em 1951 sobre o conjunto da vasta obra de Gilberto Freyre, acusando-o de ser branda com o regime escravocrata canavieiro do Brasil colonial (Cf. NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de Historicidade na Interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *História e Historiografia*. Ouro Preto: n. 14, 2014. P. 45.). Ainda que esta crítica apareça com transparência no artigo, a relação estabelecida de longa data entre os historiadores não pode ser simplesmente julgada como posições de antagonismo. Enquanto Sérgio Buarque de Holanda tinha seu *Raízes do Brasil* sendo preparado para o lançamento pela editora José Olimpo, Gilberto Freyre fazia parte do “conselho editorial” da editora e, segundo Marcus Vinícius C. Carvalho, influíra para a publicação de *Raízes do Brasil*, livro até então assentado em teses básicas de *Casa-Grande e Senzala*. Devemos ponderar que muito do que se conhece da

enxergou qualquer protagonismo dos afro-brasileiros: pelo contrário, ele entendeu que as culturas de raízes africanas não foram determinantes na história do Brasil. Lido no século XXI, estas posições chamam a atenção visto a reivindicação de intelectuais e coletivos civis por um “arquivo¹⁰⁷” de estudos sociais que coloquem como prioridade o enfoque dos afro-brasileiros como agentes da transformação histórica.

A respeito do vazio sentido pela ausência temática da escravidão africana em *Raízes do Brasil*, podemos argumentar para sua justiça que a metáfora do aventureiro quando aponta para o futuro, explicando os motivos da fragilidade das instituições republicanas e convicções democráticas no Brasil, está relacionando a escravidão do passado com o espírito tacanho das classes dirigentes de seu presente. Não obstante o “aventureiro” expressar o espírito de uma sociedade escravagista, a insuficiência do assunto na obra de Sérgio Buarque de Holanda é motivo para lamentarmos hoje: ainda que este juízo seja anacrônico em relação ao contexto de produção do livro, observamos que o destaque que *Raízes do Brasil* viria a alcançar nas universidades brasileiras até o final do século faria com que a ausência da temática explícita da escravidão fosse sentida cada vez mais pelo leitor.

Este mesmo leitor também se incomoda com Caio Prado Júnior, que fizera opção oposta a de Sérgio Buarque de Holanda. *Formação do Brasil Contemporâneo* talvez seja o livro que mais contribuíra até esse momento para o conhecimento da violência profunda da escravidão no Brasil. Entretanto, é necessário uma análise atenta para perceber esta contribuição; isto porque Caio Prado Júnior para pensar a instituição da escravidão, não se desvinculava de uma sociologia que argumenta “evocando *raças*¹⁰⁸” numa perspectiva negativa da cultura africana no Brasil. Na obra de Sérgio Buarque de Holanda, o conceito determinista de *raça* é afastado enquanto categoria de “interpretação histórica”, como bem diz o seu protesto contra aquilo que ele afirmou ser um mal-entendidos sobre o que ele pensa:

Julgo perfeitamente acertada, por outro lado, a crítica dirigida por Gilberto Freyre à possibilidade da explicação racial – no sentido biológico do termo – para o

crítica de Sérgio Buarque de Holanda a Gilberto Freyre surge na década de 1950 quando ele se opõe a valorização positiva das relações raciais no Brasil historicamente construídas sob a escravidão, por aquilo que comumente se designou de lusotropicalismo.

¹⁰⁷ Na acepção foucaultiana do termo que apresentamos na introdução.

¹⁰⁸ Caio Prado Júnior esteve à parte de um vasto campo das ciências sociais interessadas na especificação dos tipos raciais, que neste momento já auferem o significado muito familiar ao que hoje denominamos de etnia (conforme vemos na terminologia racial posta em prática por Florestan Fernandes na década de 1940). Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, ele manteve as categorias raciais – negro, branco e índio – como categorias acabadas que funcionam pela distinção mútua das diferenças, que, de forma geral, derivam da naturalização do senso comum europeu sobre a representação de parcelas da diversidade humana. Interpretava, portanto, próximo ao senso comum no que dizia respeito a questão racial.

desapego do colonizador português ao trabalho duro e lento na terra. Essa explicação parece admiti-la Sérgio Milliet, quando declara que “talvez primassem os [motivos] de ordem racial, como sugere Sérgio Buarque de Holanda”. Peço perdão para dizer que jamais sugeri qualquer explicação racial e houve no caso uma interpretação errônea ou, na melhor das hipóteses, imprecisa de parte do *Roteiro do Café*. Não vejo realmente como as explicações raciais possam por si sós levar a grande coisa no estudo dos fatores culturais¹⁰⁹.

Contudo, não se trataram de interpretações extravagantes do leitor de seus textos estes “mal-entendidos”. Toda a obra de Sérgio Buarque de Holanda está cosida de relações de identidade entre cultura e grupo étnico. Isto porque abdicar de pensar a *raça* biológica não o tencionava a desviar-se das investigações em que a cultura surge manifestada como prerrogativa de um segmento da sociedade colonial, constatação que faz pelo seu conceito de fronteira. Esta compreensão do conceito de *raça* seria vista no livro de 1957, *Caminhos e Fronteiras* quando, para tratar da nova fase, “monçoeira”, da sociedade paulista colonial, ele utiliza a ideia racial para expressar a transformação filogenética da cultura de uma sociedade:

Na história do bandeirismo, tomado em sentido restrito, é lícito omitir-se, sem perda essencial, o capítulo das monções. Estas principiam a aparecer quando aquele já entrava em declínio, e aparecem servidas por instrumentos diferentes, guiadas por métodos próprios e movidas até certo ponto por uma nova *raça* de homens¹¹⁰.

Neste livro, a despeito de valer-se do termo *raça* para manter a coesão semântica entre cultura e sociedade, Sérgio Buarque de Holanda demonstra não sustentar um pensamento racial brasileiro como interpretação. Em *Raízes do Brasil* tal desembaraço quanto a problemática racial não se efetivara completamente. Neste livro reescrito em 1947, a *raça* está implicada quando se buscou situar uma matriz cultural da Europa, América e África, na composição da sociedade colonial. Ainda que acentuasse na obra de Sérgio Buarque de Holanda a postura antirracista, em função de sua posição antinazista, mantêm-se ainda opaca na parte da obra de Sérgio Buarque de Holanda produzida na década de 1940 o limiar de uma ciência relativista que não concebe a cultura como genuína da *raça* com a explicação racial da história da cultura, ao ponto de que em *Raízes do Brasil* a explicação não se desvencilha “da linguagem” da explicação racial:

¹⁰⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. “O problema da cultura”, in: *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011. p. 191.

¹¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994. P. 135.

À influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios. Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial¹¹¹.

Neste fragmento Sérgio Buarque de Holanda referiu a expressão social do afrodescendente como determinada pela cultura colonial e a instituição escravagista. Não se falou de *raça*, mas o estereótipo ágil com que logo classifica toda expressão da cultura africana no Brasil parece sugerir a intenção deliberada do pesquisador de não aprofundar sua investigação para a história dos africanos no Brasil. Se, hoje, este é um grande vazio na obra de Sérgio Buarque de Holanda, seguramente neste contexto foi percebido. Junto com o conceito de *raça* parece que toda uma parte da história era escamoteada da investigação de Sérgio Buarque de Holanda, justo aquela que Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior dissertaram extensamente nos âmbitos que ainda viriam a se tornar como sendo “história da escravidão” e “vida social”.

Caio Prado Júnior esmiúça este vazio

Segundo a interpretação filogenética da cultura que surge fragmento anterior de *Raízes do Brasil*, os atributos culturais do indivíduo afrodescendente na Colônia contribuíram para a consolidação histórica de uma cultura destituída de ímpeto energético da edificação (demiúrgica) de um mundo baseado em virtudes morais do indivíduo burguês, estando ela “fora de um lugar próprio” em relação ao “mundo colonial” que criou o “aventureiro”. Portanto, não representou a cultura africana no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda a disposição ontológica para alterar suficientemente a ética ibérica no Brasil. Nesta história, abaloada pela escravidão, a cultura do afrodescendente não floresceria conforme na África, a não ser onde ela extravasasse, para o âmbito do cotidiano, que hoje compreenderíamos inserido na “micropolítica”, o que para Sérgio Buarque de Holanda somente dizia respeito a penetração da cultura africana nos âmbitos doméstico e religioso, sem desdobramento significativo para além destas esferas da vida.

Muito embora Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda tenham tratado da história dos africanos na América de modo muito díspar, ambos deram a devida atenção para o sufocamento da cultura africana na história do Brasil. Posiciona-se com eles Caio Prado Júnior, quem soube denunciar como nenhum outro os impactos da escravidão. Para estes três historiadores, marcados por diferenças substanciais entre si, traça-se entre eles ponto em comum ao considerarem, ainda

¹¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 61.

que em diferentes graus, a existência (hipotética) do “inatismo” da cultura na *raça*¹¹². Este ponto de vista em comum levou todos eles a considerarem a escravidão um fator de inibição das matrizes culturais dos povos escravizados no Brasil, conforme vemos em Caio Prado Júnior neste fragmento de *Formação do Brasil Contemporâneo*:

O cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que não quero subestimar, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador. E aponta por isso apenas, muito timidamente, aqui e acolá. Agem mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que se lhe sobrepõe¹¹³.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o afrodescendente é compreendido como “pária social” da sociedade colonial, a quem não houve concessão para sua promoção social. Expõe-se longamente neste livro a violência dos regimes perpétuos de trabalho compulsórios que o escravo foi submetido e, por ela, se argumenta que foi ao indivíduo de cor preta alijada qualquer chance de apropriação cultural dos códigos da cultura dominante, tais como a “formação moral e intelectual¹¹⁴”, configurando mais um meio eficaz de criar obstáculos para o seu acesso à classe patrimonial da Colônia.

As dificuldades que a Colônia criou para a posse de terra aos indivíduos pardos e pretos se realizou no cotidiano pelo exercício de reiteração ideológica, de assimilação da cor da pele à força física destinada ao trabalho na lavoura, garimpo e guerra. Os habitantes do Brasil assim identificados se tornaram, devido a microfísica do colonialismo, a imagem da força disponível para todo tido de obra: execução de atos de violência, edificações, mineração, e agricultura. Eram os escravos, conforme lemos em *Formação do Brasil Contemporâneo*, seres onipresentes na economia colonial¹¹⁵, vitimados no cotidiano por agressões incessantes pelas quais se buscou aniquilar seus espíritos (sufocando a cultura africana), e cercear suas forças vitais para fim de direcionarem elas ao desempenho vigoroso no trabalho. Extraía-se sua vida quando lavrava a terra, enquanto sua relação alienada com a terra¹¹⁶ era de igual signo de exploração até a exaustão:

¹¹² O vínculo cultura e *raça* pela ideia do inatismo, isto é, pela ruptura com a experiência de um nível de conhecimento, foi o que suportou a interpretação racialista no culturalismo – mesmo após o declínio mundial da explicação evolucionista. Estes três historiadores não negaram a hipótese desta relação.

¹¹³ PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1965. P. 270.

¹¹⁴ Ibid., p. 274.

¹¹⁵ Ibid., p. 277.

¹¹⁶ Segundo os estudos de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Artur Ramos, a cultura agrícola do quilombo e as hortas dos escravos nas fazenda operavam por fundamento avesso ao colonial. Exerciam a agricultura de subsistência e de curiosidade com o ecossistema da paisagem.

A terra inexplorada, e seus recursos, acumulados durante séculos, jaziam à flor do solo. O trabalho para tirá-los de lá não pedia grandes planos nem impunha problemas complexos: bastava o mais simples esforço material. É o que se exigiu de negro e de índio que se incumbiriam da tarefa¹¹⁷.

Afora outras questões que seriam pertinentes aprofundar sobre a obra de Caio Prado Júnior, como levantamos sobre o comprometimento entre as categorias cultura, evolução e *raça* na obra de Sérgio Buarque de Holanda, em *Formação do Brasil Contemporâneo* configurou o grau mais elevado do argumento racial do livro a violência sexual na sociedade colonial. Neste livro, o que se afirmou muitas vezes foi que a relação entre as *raças* na América se deu, antes de tudo, por uma relação violenta de inibição cultural em que a miscigenação impôs o predomínio ideológico da população branca sobre as demais. A este respeito, vale o que Ecléa Bosi, estudando a classe operária pela problemática da cultura popular e a cultura de massa, entendeu para a questão da inibição cultural dada numa sociedade de classes marcada pela violência exacerbada:

Quando duas culturas se defrontam, não como predador e presa, mas como diferentes formas de existir, uma é para a outra como uma revelação. Mas essa experiência raramente acontece fora dos polos submissão – domínio. A cultura dominada perde os meios materiais de expressar sua originalidade¹¹⁸.

Tanto para Caio Prado Júnior como para Sérgio Buarque de Holanda, a escravidão estancou qualquer possibilidade de culturas africanas no Brasil contribuírem decididamente para a evolução histórica da civilização brasileira. Conforme vimos, para estes historiadores, a hipótese de que a cultura africana foi sufocada pela escravidão, foi uma acusação dos crimes perpetuados na história colonial. Ao Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda considerarem irrelevante a cultura africana na história colonial, frente a todas as evidências da presença ostensiva dos africanos na história do Brasil, eles, efetivamente, incorporaram a posição de Gilberto Freyre para quem a escravidão impactou de tal forma a cultura africana no Brasil que não é possível desvincular a expressão cultural africana no Brasil do regime de coerção da sociedade colonial. Estes três historiadores, por entenderem desta forma, consideraram o grande espectro cultural africano no Brasil pela relativização de sua manifestação: reconheceram que o afrodescendente contribuiu substancialmente para a cultura do cotidiano, e que a força que erigiu edifícios e lavrou campos foi proveniente da motricidade de seus corpos¹¹⁹. A parte da relativização de “cultura e

¹¹⁷ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1965. P. 271.

¹¹⁸ BOSI, Ecléa. “Cultura e desenraizamento”. In: *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ed. Ática, Org. Alfredo Bosi, 1992. P. 16.

¹¹⁹ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1965. P. 270.

raça” colocada em prática por estes historiadores, foi reconhecer que as populações subjugadas pela escravidão não encontraram espaço para desenvolverem suas culturas originárias, aniquilando as chances de seu desenvolvimento em condições de liberdade, restando delas somente a semelha de existências ceifadas pela violência do domínio colonial que impôs o controle extenuante sobre os corpos de populações subjugadas, assim como sobre a duração de suas vidas. No estrangulamento das possibilidades que o regime colonial impõe a todos, sem exceção, a cultura indígena e africana se manifestaram, durante a longa história da escravidão e genocídio, naquilo que fora assimilada pelo colonizador, ou que manteve resguardada da vigília colonial nos momentos de repouso na senzala:

Ao contrário do que sucedeu aos holandeses, o português entrou em contato íntimo e frequente com a população de cor. Mais do que nenhum outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso¹²⁰.

Sérgio Buarque de Holanda não iria além de comentários sobre a escravidão como este que a tese do “aventureiro” permitiu refletir. A respeito da história das consequências da escravidão, ela está muito mais desenvolvida no estudo de Caio Prado Júnior do que em relação a seus colegas historiadores. Caio Prado Júnior entendeu que dentre dispositivos de segregação social que estruturaram a sociedade brasileira, a *raça* foi também uma questão de posição social. No “sistema colonial” de *Formação do Brasil Contemporâneo*, as *raças* estão identificadas com a desigualdade social pela qual a Colônia teve sua existência condicionada. Foi “*mulato*” se fez sentido para a posição social “ser *mulato*”, isto é, ao sabor da conveniência da microfísica colonial, caso um indivíduo de cor parda viesse a ser admitido em um cargo da Colônia, então ele poderia sofrer pressão social para “deixar de ser *mulato*”, e passar a “ser branco”¹²¹, evitando o desgaste (o escândalo):

Aceitava uma situação criada pela excepcional capacidade de elevação de um mestiço particularmente bem dotado; mas o preconceito era respeitado. Aliás esta elevação social de indivíduos de origem negra só se admitia nos de tez mais clara (...). O negro ou mulato escuro, este não podia abrigar quaisquer esperanças, por melhores que fossem suas aptidões: inscrevia-se nele, indelevelmente, o estigma de uma *raça* que à

¹²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 64.

¹²¹ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. P. 109.

força de se manter nos ínfimos degraus da escala social, acabou confundindo-se com eles¹²².

Dado o valor da explicação filogenética para Caio Prado Júnior como introdução do argumento, para ele não interessava discutir se os povos pelas suas *raças* configuravam caracteres inatos para o desenvolvimento de competências culturais; o que o guiou no debate sobre a formação da população multirracial brasileira foi reconhecer que o preconceito racial não é só fruto da desigualdade social como também é reprodutora desta desigualdade. Não será, desta forma, a *raça*, mas o preconceito racial um fator determinante na história brasileira. Para Caio Prado Júnior, estaria na reiteração de qualquer discurso discriminatório a rotulação do indivíduo, promovendo o reforço da violência que fratura a sociedade em classes, dificultando, para o interesse da classe dominante, o convívio aproximativo entre os indivíduos¹²³.

Deste argumento de Caio Prado Júnior exploramos uma consequência que julgamos importante: o preconceito racial, ao favorecer a posituação das relações desiguais na sociedade, naturalizando a distância entre a classe dominante e a população pobre condicionou a categoria de *raça* a significar o dado empírico da desigualdade na sociedade. Não é por poucos motivos que *raça* no Brasil (e no mundo) agregou muitos significados ao ponto de se tornar um conceito perigoso quando projetado para significar as comunidades humanas.

¹²² Ibid., p. 272.

¹²³ Idem.

CAPÍTULO III: O CONCEITO DE FRONTEIRA EM *MONÇÕES*

Ancora una volta, dunque, come in tanti altri casi, siamo di fronte a due Mediterranei: il nostro e l'altrui. Da una parte vi è la transumanza, dall'altra il nomadismo.

Fernand Braudel. *Il Mediterraneo*. (2016).

EDIFICANDO FRONTEIRAS

Intelectuais do começo do século XX identificados com a sociologia estudavam as sociedades por um retrato positivo de seus caracteres que julgavam mais marcantes, do ponto de vista da “linha de passe” entre cultura e *raça*, permitindo-os argumentar com critérios frouxos sobre o lugar de especificada sociedade, entre a “polidez e cálculo da civilização”, e a “vileza e feitiçaria da barbárie”. De certa forma, a “sombra” de Arthur de Gobineau¹²⁴ poderia ser sentida sempre que os conceitos de *raça* e civilização fossem apresentados. Esta conduta de investigação promovia nos estudos sociais o conhecimento da natureza das sociedades numa ordem transcendental, em que seu pendor de um polo alentava para o recrudescimento da civilização à barbárie, e de outro alentava para a civilização que evolui pelo gesto amistoso de assimilar o gosto e a cultura capitalista da Europa. Este “pêndulo” oscila fortemente no começo do século XX, e seu desgaste já se sente gradualmente no modo como Franz Boas se desviou deste paradigma com o método comparativo e o “relativismo cultural”¹²⁵, corroborando fortemente para o aparecimento de uma nova relação de tipo “*raça* e civilização” a partir da década de 1930.

As instabilidades do colonialismo do século XX surtiram efeito no conceito de cultura, passando este a evidenciar lugar da diferença que se opera pelos conceitos de *raça* e cultura enquanto “relatividade” ao invés do “inatismo” expressado pelo paradigma “civilização x barbárie”, que sustentara o lugar da diferença como radicalidade inconciliável. Esta mudança epistemológica é impactante porque ela desmontava as barreiras na ciência para comparar sociedades primitivas com civilizações modernas.

No novo contexto que se inaugura, recorrentes acontecimentos na geopolítica mundial teriam desnudado a barbárie praticada em nome da expansão imperialista pelo globo da civilização ocidental, projetando a Europa para uma crise do ideário de civilização de “*avant guerre*”¹²⁶. Nas ciências sociais, promovera-se revisões teóricas sobre os conceitos de cultura e *raça*, o que fez pender a epistemologia ocidental para o relativismo, trazendo para a própria ideia de “relatividade” o vigor de um pensamento crítico.

¹²⁴ Segundo Franz Boas, “Desde a ambiciosa tentativa de Gobineau para explicar características nacionais como decorrentes da origem racial, e desde o reconhecimento da importância da hereditariedade como determinante das características de cada indivíduo, a crença em atributos hereditários e raciais conquistou muitos adeptos” Cf. BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2004. Pp. 59-60.

¹²⁵ Id., 2004.

¹²⁶ Anterior a 1914.

A transformação do conceito de cultura do determinismo (evolucionista) a partir da popularização da perspectiva do relativismo (culturalista) foi um processo que gerou conceitos intermediários, tal como entendemos ter sido o caso do conceito de fronteira de Sérgio Buarque de Holanda. No Brasil, na década de 1940 a linha de passe desta transição epistemológica dava sinal de estar concluída, e o conceito de cultura já pendia vigorosamente para os aspectos sociais que estabelecem a diferença num plano de relatividade culturas x meio(s). Embora os conceitos de *raça* e cultura referentes a estes dois paradigmas convivessem na história intelectual desse período, a justificativa de um estudo pela diferença entre civilização e barbárie saíria decisivamente de cena no decorrer do século XX. Não que o imperialismo tenha aberto mão ingenuamente deste bastião da ideologia de Estado-nação, mas, frente aos crimes europeus e norte-americanos na África e América – estes os quais só prescreviam nos tribunais –, e diante da necessidade de reconhecer os novos Estados-nações, qualquer diplomacia seria lubrificada se um Estado graúdo reapresentasse com um gesto mais respeitoso a um jovem país, o que evitaria conflitos inoportunos e talvez possibilitasse o encorajamento da jovem nação a eliminar de sua cultura nacional a velha “barbárie” que confrontava o gosto e o poder da civilização europeia.

Contextos políticos são amarrados com a voz dos intelectuais. Crer nisto justifica o nosso comentário acima e outros que virão nesta dissertação. Com o novo paradigma “culturalista”, de que povos primitivos e civilizações orientais e indígenas não são essencialmente bárbaras, mas sim muito diferentes, o burguês europeu garantiu que na ciência houvesse a manutenção de sua ideologia imperialista, projetando para os estudos sociais, no lugar do determinismo racial, o estabelecimento de níveis civilizatórios mediados por uma “fronteira”, relativa, entre civilizações.

Nesta nova cena, não mais se encontravam os respaldos da antropologia evolucionista para organização dos discursos a serviço do poder. Entretanto, aos estudos que a certa altura passaram a ser chamados de “culturalistas”, coube a sorte de sua “prima mais velha”: mal começaram os intelectuais a interpretar a cultura pelo relativismo, nela encontraram não apenas uma ferramenta poderosa capaz de comunicar as sutilidades da diversidade da humanidade, mas também usina de munição para os discursos estadistas de incitação do povo à violência fascista.

Estudos sociais da década de 1930 restabeleciam a cultura sob outra conceituação, mas persistiam buscando teorizar o Estado-nação pela questão evolucionista que especulava sobre se as sociedades reagem positivamente ou negativamente ao diálogo entre “dois lados de uma fronteira”. Sérgio Buarque de Holanda, no artigo “O mito do século XX” (1934) se viu do outro lado “do fronte” de uma série de autores que ele estereotipou como “darwinismo social”, vulgarização da sociologia caracterizada pelo acirramento do ponto de vista burguês e o disparate

pseudocientífico. Nesta década, a literatura científica turvada de preconceitos e malícias vinha ganhando espaço nas estantes das livrarias europeias¹²⁷, principalmente na seara da “psicologia social”, propulsão a alcançar destaque na década de 1940 também.

Sérgio Buarque de Holanda ironizou este amplo debate contemporâneo que viu se desenrolar na Alemanha e no Brasil, afirmando que aquilo que houve de maior potência cultural na Europa foi a fecundidade entre a cultura gótica e a cultura do mundo antigo¹²⁸. Contudo, esta linha argumentativa adotada por ele reservou margem suficiente para expressar a ideia de que países possuem maior ou menor fecundidade naquilo que implica uma identidade europeia, tornando possível a interpretação de que a França e a Alemanha são regiões mais equidistantes entre os “blocos culturais¹²⁹”, estando elas por isso mais autorizadas para responderem por uma centralidade da “cultura europeia”. Este mesmo argumento que apontou para “zonas de fronteiras” com culturas sólidas distinguidas para além de suas bordas, está presente em *Raízes do Brasil*:

A Espanha e Portugal são, com a Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteira, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário¹³⁰.

Ainda que Sérgio Buarque de Holanda não tenha desenvolvido seu argumento no sentido de afirmar uma identidade europeia prevalecente à moda “difusionista” de um círculo cultural¹³¹, a hermenêutica da cultura que possibilita pensar esta questão, a partir de um breve desdobramento retórico e lógico, permite, como previsto, naturalizar o que é cultural ao ponto de afirmar uma generalidade sobre a sociedade. Neste momento, contrapondo-se a algumas mitologias burguesas, Sérgio Buarque de Holanda argumentou que, no caso alemão, o crescimento do “nacional socialismo” vinha clamando pela rejeição violenta *contra todo o lastro de ocidentalismo que não*

¹²⁷ A respeito do que era uma estante de viés acirrado com o ponto de vista burguês, alguns livros indicados por Sérgio Buarque de Holanda sugerem uma amostragem: Lapouge Chamberlain, Gobinau, Madison Grand, Lothrop Stoddard, Arthur Rosenberg, e Gottfried Spengler [acréscimo nosso]. Dividindo espaço nas estantes com os livros culturalistas, os livros evolucionistas do século XIX podiam ter suas leituras atualizadas.

¹²⁸ COSTA, Marcos (org.). “O mito do século XX”. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011. p. 56.

¹²⁹ Sérgio Buarque de Holanda não utiliza esta expressão neste argumento, ainda que viesse, para se referir a plasticidade da cultura Tupi, a utilizar a expressão similar “círculos culturais” por meio de nota de rodapé de *Raízes do Brasil*, no Capítulo “O semeador e o ladrilhador”. Esta expressão surge nos estudos etnográficos do padre Wilhelm Schmidt, “Kulturkreise und Kulturschichten in Südamerika”, *Zeitschrift für Ethnologie* (Berlim, 1913), que Sérgio Buarque de Holanda veio a traduzir para o português. A ideia de círculo cultural que fica sugestão implica que culturas quando vistas em colisão expressam territorialmente as sociedades.

¹³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 31.

¹³¹ As teses difusionistas não solaparam com a antropologia culturalista. Mostraram-se adaptadas para o diálogo com o relativismo, como bem acompanhamos na ideia de “círculo cultural”, de Wilhelm Schmidt. Cf. SCHMIDT, Wilhelm. *Etnologia Sul-Americana*. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

*pôde nunca absorver*¹³², isto é, aquilo que, sendo da Alemanha, o governo autoritário classificasse como alienado da identidade alemã, propagando versões históricas que escamoteassem parte da sua cultura para a outra borda da fronteira nacional.

Vê-se em toda a obra de Sérgio Buarque de Holanda escrita na década de 1930 formulada a hipótese de que a cultura de uma sociedade se conhece localizando as suas “fronteiras”. Considerar na análise o paradigma relativista de culturas foi o que o permitiu pensar a fronteira como conceito interno de uma sociedade. Antes mesmo de se debruçar sobre a história do Brasil, foi no ensaio sobre as relações da cultura da antiguidade com a gótica e a geopolítica da Europa no século XX, que Sérgio Buarque de Holanda pôde angariar um conceito de fronteira que na sua trajetória de historiador revelaria determinante para interpretar o intercâmbio cultural na América colonial. Nos anos após a publicação de *Raízes do Brasil*, a antropologia viria acrescentar para o autor a sensibilidade de compreender o valor pela sua relatividade e o interesse por investigar, arqueologicamente, a cultura material da sociedade colonial.

Notamos que, na década de 1930, Sérgio Buarque de Holanda demonstrou ter formado posicionamento crítico para as teorias sobre “ação, *raça* e cultura em pelo menos três momentos anteriores a *Raízes do Brasil*: seus artigos como correspondente de *O Jornal* na Alemanha (1929-1931), no seu artigo “O mito do século XX” (*Folha da Manhã*. São Paulo, 29 de dezembro de 1934) e no ensaio “Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social” (revista *Espelho*. Rio de Janeiro, Março, 1935). No tópico a seguir da análise, trataremos de seu testemunho em artigos de jornal sobre os costumes liberais na Alemanha da República de Weimar, e sua face reversa com a ascensão do nazismo. O objetivo que buscamos alcançar delongando a investigação na trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda na década de 1930 foi conhecer o “terreno” teórico em que pisava antes da publicação de *Raízes do Brasil*, de 1936¹³³.

O testemunho da Alemanha

¹³² COSTA, Marcos (org.). “O mito do século XX”. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011. p. 56.

¹³³ Para um estudo da trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda na década de 1930, conferir as publicações de Antonio Arnoni Prado, Antonio Candido, Brasílio Sallum Jr, Leopoldo Waizbort, Maria Odila Leite da Silva Dias, Mariana Françaço, Nestor Goulart Reis Filho, Pedro Meira Monteiro, Robert Wegner, Thiago Lima Nicodemo. Estes autores publicaram sobre Sérgio Buarque de Holanda nos seguintes coletâneas de artigos: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: EDUSP; IEB, 2012; *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ed. Ática, 1985; *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas/ Rio de Janeiro: Ed. Da Unicamp e EdUERJ, 2008; *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

Nascido em 1902, Sérgio Buarque de Holanda vivera como jovem da elite paulistana. Estudou nas escolas prestigiadas de São Paulo, como foram os colégios Caetano de Campos e o Colégio São Bento. Na década de 1920 Sérgio Buarque de Holanda, então moço, passara a ser conhecido como crítico literário e integrante do grupo de editores das revistas *Klaxon* e *Estética*. Após o ginásio optou por estudar direito no Rio de Janeiro, se alocando em um círculo de intelectuais próximos ao que o acolhera em São Paulo. Em 1929, ele iria para a Alemanha como correspondente de *O Jornal*, imprensa do grupo Diários Associados pertencente ao empresário e jornalista Assis Chateaubriand. Neste periódico por um ano e meio, entre 1929 e 1931, contribuiu com matérias que visavam notícias e relatos sobre a Alemanha, Polônia e Rússia¹³⁴. Uma vez na Alemanha, Sérgio Buarque de Holanda passaria a escrever também para a revista *Duco*, fornecendo para estas mídias matérias que tendiam para a divulgação do Brasil na Alemanha, como “potencias comerciais do Brasil-Europa”, “cotidiano urbano de Berlim” “preconceitos europeus sobre o Brasil” e a “ascensão do fascismo”. Cabe a nós ressaltar que Sérgio Buarque frequentara a Berlim de anos inquietos, onde muitos círculos intelectuais vanguardistas fomentavam um ambiente rico de intelectualidade e radicalismo.

Na Alemanha, Sérgio Buarque de Holanda vivenciara o espírito de tendência liberal, de recuperação ágil da economia pós-guerra, e da sociedade aberta para a assimilação cultural dos Estados Unidos. Em suas matérias, ele relata uma paisagem berlinense de artistas, máquinas que ocupam o lugar dos trabalhadores, direito pleno de igualdades de gênero, tolerância em relação ao adultério¹³⁵. Ao mesmo tempo, observou nesta Alemanha o movimento ultraconservador dos “nazi” organizar atos públicos, estilizando-se tal como paradas militares¹³⁶:

A despeito de sua ideologia nacionalista e reacionária, os nacionais socialistas insistem em ostentar princípios apaixonadamente anticapitalistas. Esse aparente ecletismo exprime-se na bandeira do partido, inteiramente vermelha como a dos comunistas, mas com o “*swastika*” ou cruz gamada – o símbolo dos povos indo-europeus do antissemitismo e do nacionalismo – no lugar do martelo e da foice, desenhado sobre um losango branco¹³⁷.

A respeito da experiência de Sérgio Buarque de Holanda na Alemanha, Antonio Candido conta em seu texto “Sérgio em Berlim e depois” acontecimentos da viagem de Sérgio Buarque de

¹³⁴ SOUZA, Antonio Candido de Mello. “Sérgio em Berlim e depois”. In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2011. P. 244.

¹³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23 ago.1929. 1p. (artigo escrito em Berlim). SIARQ, Pi 26 P13.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Nacionalismo e monarchismo na Alemanha”, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02 abr.1930. 2p. (artigo escrito em Berlim). SIARQ-UNICAMP, Pi 43 P13.

Holanda que pode conhecer devido a amizade entre os dois intelectuais¹³⁸. À margem do conteúdo do belo texto de Antonio Candido, seguimos um caminho detido naquilo que os artigos de Sérgio Buarque de Holanda deste período dizem sobre sua experiência. Conforme vemos na série de artigos de Sérgio Buarque de Holanda sobre a ascensão do nazismo nos anos em que estivera como correspondente na Alemanha, sabemos que sua posição de observador dos acontecimentos estava marcada pela oposição às manifestações fascistas da Europa.

Pouco tempo após seu regresso da Alemanha, a sua posição antifascista e cética com as elites se anunciaria definitivamente no ensaio “Corpo e Alma do Brasil”:

No caso do fascismo, a variedade brasileira ainda trouxe a agravante de poder passar por uma teoria meramente conservadora, empenhada no fortalecimento das instituições sociais, morais e religiosas de prestígio indiscutível, e tendendo, assim, a tornar-se praticamente inofensiva aos poderosos, quando não apenas o seu instrumento. Com efeito tudo faz esperar que o “integralismo” será, cada vez mais, uma doutrina acomodatória, avessa aos gestos de oposição, que não deixam ampla margem às transigências, e partidária sistemática da Ordem, quer dizer, do Poder Constituído. No plano teórico, ele fica satisfeito em ser perfeitamente insignificante, por menos que confesse. O que deseja no íntimo, e algumas vezes até com desconcertante ostentação, é a chancela, o *nihil obstat* da autoridade civil. Segue nesse ponto a grande tradição brasileira, que nunca deixou funcionar os verdadeiros partidos da oposição, representativos de interesses permanentes ou de ideologias¹³⁹.

Na sua trajetória profissional, ficaria evidente sua posição contrária ao autoritarismo do Estado em pelo menos dois momentos: Em janeiro de 1945, quando contribui para a realização do “Primeiro Congresso de Escritores”, evento que tinha caráter político oposicionista ao Estado Novo e uma pauta de reivindicações que envolvia o direito ao trabalho intelectual¹⁴⁰. Sérgio Buarque de Holanda, neste ano, chegou a ser eleito diretor da “Associação Brasileira de Escritores”, enlaçando sua trajetória intelectual com a principal cena nacional de debate entre intelectuais comunistas (filiação ao Partido Comunista Brasileiro e “disciplinados” pelo programa estético soviético *zdanovista*, que lançou suas diretrizes no Congresso de Escritores da URSS, de

¹³⁸ SOUZA, Antonio Candido de Mello. “Sérgio em Berlim e depois”. In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2011.

¹³⁹ COSTA, Marcos (org.). “Corpo e Alma do Brasil”. In: Sérgio Buarque de Holanda. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011. P. 76.

¹⁴⁰ NICODEMO, Thiago Lima. “Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil”. In: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. MARRAS, Stelio (org.). São Paulo: EDUSP; IEB, 2012. p. 115.

1934¹⁴¹) e intelectuais de outras frentes (liberais, socialistas e católicos)¹⁴². O Congresso de Escritores foi assunto comentado em três entrevistas de Sérgio Buarque de Holanda e representa, junto com a fundação da Associação brasileira de Escritores em 1942 e a fundação do Partido Socialista Brasileiro, em 1947, fase de intensificação de atividades política do historiador. Pela importância que o Congresso dos Escritores assume em sua lembrança, consideramos ele um fato importante para o seu posicionamento político enquanto intelectual.

Intervalo entre duas décadas que coincide com o início das crônicas para jornais de Rubem Braga, marcadas pela linguagem antiautoritária, nesse período, alguns intelectuais brasileiros começaram a temer que suas condições de classe interceptassem suas sensibilidades para com o “sentimento do povo”. Rubem Braga, nas crônicas “Batalha no Largo Machado” (1935), “O Conde e o Passarinho” (1935), “Os Mortos de Manaus” (1940), “Cristo Morto” (1945) e um “Pé de Milho” (1945), deixa testemunho deste sentimento do intelectual que vigorou neste período. Sentimento este de perceber a vida em conflito que, frequentemente, se manifesta entre os hábitos urbanos confrontados com a cultura rural predominante do país; percepção do real que surge pelo gesto vigilante e individualista de se aproximar do povo sem deixar de ser um intelectual destacado dele.

Para uma intelectualidade desta década que conhecesse o fardo de contrariar um regime autoritário, aproximar-se da sensibilidade do povo e poder falar dela sem ser “através dela” era um grande desafio da inteligência no Brasil, onde ser instruído gerava um muro entre ele e a sensibilidade mais partilhada no Brasil do século XX: a cultura analfabeta. Luiz Roncari, comentando aspecto do conto “São Marcos”, de *Sagarana* (1946), interpreta nele o embate entre uma “alta e uma baixa cultura” neste conto de João Guimarães Rosa. Segundo ele, tratava-se de uma questão muito enfrentada na década de 1930 por escritores brasileiros, e que levantava questão sensível sobre a “formação nacional”:

A questão versava sobre a possibilidade e a validade dos contatos e trocas culturais, principalmente com as manifestações populares, não-cultas, e de como fazê-lo. Enquanto o processo histórico europeu criou condições de aproveitamento da cultura folclórica e popular para o enriquecimento da alta cultura, desde os movimentos românticos até a contemporaneidade do século XX, ao mesmo tempo que, com as revoluções burguesas e através de um sistema educacional e cultural eficaz, difundiu a

¹⁴¹ REIS, Zenir Campos. “O mundo do trabalho e seus avessos” [1985]. In: *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ed. Ática, Org. Alfredo Bosi, 1992. P. 54.

¹⁴² A respeito do espírito de agremiação entre escritores comunistas no Brasil nas décadas de 1940 e 1950, Cf. LIMA, Felipe Victor. *Literatura e Engajamento na Trajetória da Associação brasileira de Escritores* (1942-1958). São Paulo: FFLCH, Tese de Doutorado, 2015.

alta cultura entre as novas camadas trabalhadoras, o processo social brasileiro, por nunca ter de fato superado as suas estruturas coloniais, não possibilitou esses dois movimentos e, aqui, eles se tornaram problemáticos (e ainda o são).¹⁴³

Na órbita do ano de 1945 encontram-se três livros importantes na literatura brasileira que exploraram a dificuldade de tradução entre a expressão intelectual e o sentimento do povo: *A Rosa do Povo*, *Lira Paulistana*, e *Sagarana*¹⁴⁴. Segundo Cristiano Jutgla, o sentimento de conflito com o mundo no ano de 1945 marca com caracteres circunstanciais o texto de *A Rosa do Povo*:

Em um ambiente agudo, de expansão de ideologias autoritárias e totalitárias, que vem a público, em 1945, *A rosa do povo*, de Carlos Drummond de Andrade, cuja leitura deixa entrever, em uma perspectiva temática, diversos pontos de crítica a fatos centrais, tanto no Brasil como no mundo ocidental, tais como a guerra, a injustiça social, a concentração de poder, a alienação do trabalho, a solidão nas metrópoles, a fragmentação do sujeito¹⁴⁵.

Poderíamos, sem grande embaraço, estender este gesto de encarar a realidade como um campo fraturado de conflitos no livro *Lira Paulistana*, e interpretar de *Sagarana* a ausência de conflitos sociais abertos de tipo urbano/rural como a resistência contra a melancolia da vida urbana na modernidade – este sentimento corriqueiro de impaciência com o mundo que estes poetas enfrentam violentamente. Embora seja difícil falar de um teor político aberto para *Sagarana*, João Guimarães Rosa partilharia, junto aos livros de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, do contraponto ao projeto nacionalista autoritário que se equilibrara entre as décadas de 1930 e 1940¹⁴⁶. A parte desta década da obra de Sérgio Buarque de Holanda se envolveria totalmente com estas questões. A segunda edição de *Raízes do Brasil*, de 1948, como bem notou Thiago Lima Nicodemo acentuaria o caráter combativo ao autoritarismo, *A ideia principal defendida por Sérgio é que a história modernizada e universitária que se desenvolvia àquela altura no Brasil deveria ser combativa em relação aos seus próprios usos autoritários e*

¹⁴³ RONCARI, Luiz Dagobert de Aguirra. *O Brasil de Rosa* (mito e história no universo rosiano). São Paulo: Ed. UNESP, 2004. P. 113.

¹⁴⁴ Embora publicado em 1946 pela Editora Universal, foi escrito por João Guimarães Rosa em 1945 a partir da revisão de seu manuscrito intitulado *Contos*, este já conhecido em 1937 por ocasião de concurso literário, e a escrita de novos contos, conforme sabemos por carta dele ao escritor João Condé.

¹⁴⁵ JUTGLA, Cristiano Augusto da Silva. *Lírica e autoritarismo em A rosa do povo, de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Tese em Literatura Brasileira, FFLCH-USP, 2008. P. 35.

¹⁴⁶ Considerando que a análise comparada do trabalho de um historiador com o de poetas e romancistas contemporâneos pode se mostrar difícil, pretendemos tornar esta associação mais clara na medida em que, no panorama das etapas deste estudo, apresentarmos regiões de contato entre gêneros textuais diferentes que coexistem no contexto histórico. Conforme transmitido na introdução, nos valem do conceito de “plural do texto” para seguir a investigação nesta linha transversal aos gêneros textuais.

*nacionalistas*¹⁴⁷. Neste sentido, o livro *Monções*, publicado neste mesmo ano de 1945, engendra sentidos comuns com esta literatura se lido sob este signo do anti-autoritarismo que o autor partilhou com seus colegas intelectuais.

A FRONTEIRA EDIFICADA

Existiu na hipótese determinista de que sociedades respondem positivamente ao confronto “entre mundos” a subserviência ao mito burguês de que a civilização ocidental está predestinada a exorcizar a barbárie do globo. Segundo este mito, a cultura europeia é mais evoluída em decorrência da *raça* que a determina e que garante para a nação a “senda inquebrantável” da civilização. Passada a catástrofe da Primeira Guerra Mundial e todos os impactos das selvagerias do colonialismo, na década de 1930, as ciências sociais se mostrariam mais disciplinadas contra abusos em seu nome. Fato que nunca alterou o jogo entre poder e ciência; mudaram-se as bases epistemológicas da ciência e preservou-se a sua subserviência ao Estado e à classe dirigente para quando fosse convocada.

Visto desta forma, onde se assume que as ciências comunicam pelo que está em jogo, surge o cenário em que o trabalho intelectual não pode ser tomado como impassível aos interesses de classe. Nele, o relativismo da cultura, segmento das ciências sociais que se difundiu rapidamente nas universidades pelo enfoque inovador que oferecia sobre a sociedade, podia ser manipulada para preservar as conclusões imperialistas: assumindo-se a hipótese de que a cultura determina a *raça*, fala pela “nação” e é a única garantia contra a barbárie, o Estado poderia legitimar violências assombrosas e crimes em seu nome, como o caso do nazismo bem ilustrou.

Nesta década, Sérgio Buarque de Holanda, pensava a cultura dialogando com a complexidade do encontro das “matrizes culturais”. Conforme vimos anteriormente no artigo “O mito do século XX”, Sérgio Buarque de Holanda apresentou a Europa como um continente fortemente tensionado por uma grande fronteira entre duas tradições culturais: entre o Mediterrâneo, tradicionalmente convergido para a herança antiga, e a Europa continental, revivescente da herança teutônica. Neste artigo, tal divisão entre duas tradições históricas segmentadas pela geografia europeia posicionou os países Inglaterra, França e Alemanha como privilegiados na história da civilização ocidental por estarem em localizações centrais nas zonas de fronteira de intercâmbio dessas tradições. Em um artigo de Sérgio Buarque de Holanda escrito em

¹⁴⁷ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de Historicidade na Interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *História e Historiografia*. Ouro Preto: n. 14, 2014. P. 51.

Berlim, quando ele foi correspondente de *O Jornal*, podemos ver sua posição manifestada quando comenta a opinião de intelectuais brasileiros sobre a suposta autonomia alemã em relação às culturas europeias:

Assim nada mais absurdo do que a tendência de certos sub-filósofos brasileiros para a exaltação do pensamento alemão em prejuízo dos outros e mesmo contra os outros. Sobretudo contra o pensamento francês. É uma tendência que contraria violentamente o sentido de uma cultura naturalmente receptiva e universalista, que confessa honestamente as suas dívidas e abomina todos os exclusivismos¹⁴⁸.

Seguramente, tal posição de “porta estandarte” de professores brasileiros em relação à cultura alemã incomodou Sérgio Buarque de Holanda; ele, que dominava o idioma, vivera na Alemanha e frequentara cursos durante sua estadia, tinha opinião positiva sobre a cultura universitária alemã, mas ia na contracorrente de todos que valoravam a ideia de pensamento nacional sólido nas suas próprias bases e independente do intercâmbio global do conhecimento. Sua posição em relação a cultura alemã diante do mundo diz muito sobre o conceito de fronteira que alimentou em toda sua obra. Sérgio Buarque de Holanda, em 1934, para criticar os discursos de seus contemporâneos que, aderindo ingenuamente aos preconceitos nacionais europeus para justificar posições frente aos acontecimentos da história recente tornavam-se defensores de uma bibliografia preferida, propôs que a civilização europeia não poderia ser mais do que o convívio das diferenças, isto é, do próprio intercâmbio cultural:

“Os que assim julgam esquecem muitas vezes que nem o mundo antigo, nem o gótico, formaram só por si a Europa e que justamente do diálogo entre os dois princípios que nasceu tudo quanto há de grandioso e de fecundo na civilização de que nos orgulhamos. Pode-se culpar a Reforma por ter quebrado a harmonia que, apesar de tudo, ainda poderia subsistir com esse diálogo. Mas não foi o mundo mediterrâneo que, com a contrarreforma e o jesuitismo, fechou as portas a qualquer entendimento?”¹⁴⁹

Visto o panorama de estudos publicados na década de 1930, Sérgio Buarque de Holanda mostra enfoque no conceito de fronteira. Este foi o conceito que lhe permitiu conhecer o intercâmbio de culturas na América colonial, e que abria a ele oportunidade para se opor aos mitos nacionalistas apologéticos da clausura de culturas aos signos da *raça* e da nação. O teor relativista da ideia de penetrações de culturas no interior de uma sociedade subvertia o conceito nacionalista

¹⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Quinze anos depois", *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02 abr.1930. 2p. (artigo escrito em Berlin). SIARQ-UNICAMP, Pi 47 P13.

¹⁴⁹ COSTA, Marcos (org.). “O mito do século XX”. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011. P. 56.

de fronteiras, e Sérgio Buarque de Holanda, de alguma forma, percebeu isso quando dissertou sobre o intercâmbio entre a Europa do Mediterrâneo e a Europa continental sem incorrer no estancamento de identidades nacionais para elas. Enquanto vivia na Alemanha, Sérgio Buarque de Holanda problematizou a fronteira de nacionalidades para o conhecimento de sociedades, o que no futuro viria a ser aproveitado em seus estudos históricos na década de 1940. Com a publicação de suas primeiras monografias, vê-se que o conceito de fronteira seria a principal categoria que operava no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda para tratar do encontro da “história europeia” com as histórias indígenas americanas nos espaços homônimos “de fronteira”.

O procedimento de comparar sociedades pelas mediações de suas culturas possivelmente foi a opção analítica mais duradoura no método de Sérgio Buarque de Holanda. Nós a encontramos na década de 1930 estando vinculada a uma epistemologia que não prosseguirá junto àquela que o distinguirá como historiador. Tratava-se da sociologia que ancorava o pensamento analítico de Sérgio Buarque de Holanda nesta década. O que viria a ser a epistemologia em que se embasou Sérgio Buarque de Holanda na década de 1940 foi o oposto destas teorias, muito embora ele não tenha abdicado das suas primeiras referências. *Raízes do Brasil*, livro fruto de duas décadas, cada qual com sua versão, evidencia o confronto entre um método que afirma conhecer a identidade nacional pela unidade da cultura, e outro que sugere que melhor a conhecemos quanto mais a espraíamos, evidenciando as muitas fronteiras culturais de uma sociedade que se quer coesa.

Raízes do Brasil foi escrito com categorias que emergiram dos estudos sociais sobre as identidades nacionais, o que veio a causar uma década depois da primeira edição algum embaraço epistemológico a Sérgio Buarque de Holanda. O historiador alertara os leitores mais críticos em prefácio da edição de 1947, que abster-se completamente dos elementos que presidiram à escrita da obra seria escrever um novo livro¹⁵⁰. Conforme será exposto, a generalização das abstrações “aventureiro/trabalhador” pela alusão à península e ao continente europeu recalcou na identidade ibérica alguns caracteres sociais que se puderam notar em outras sociedades europeias afora Portugal e Espanha, e que isto corroborou para naturalizar traços culturais sob o signo da identidade de um povo. Sérgio Buarque de Holanda exercitaria seu conceito de fronteira de muitas permeabilidades, afirmando que em alguns aspectos de um povo, como o culto à personalidade e a falta de rigor de instituições, faziam da Inglaterra parecida a Portugal¹⁵¹. A ideia por trás da

¹⁵⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 25.

¹⁵¹ Ibid., P. 47.

afirmação de que a territorialidade se define por “blocos culturais” que estabelecem entre si fronteiras predominou em *Raízes do Brasil*, na primeira quanto na sua segunda edição.

Diante da necessidade de se posicionar sobre o intercâmbio das culturas no Brasil, e visto a necessidade de preservar minimamente *Raízes do Brasil* no processo de sua reedição, Sérgio Buarque de Holanda permitiu na sua revisão que se mantivesse a “sombra” do ensaísmo sociológico que na primeira edição operou por tipificações e impressões gerais sobre a psicologia de um povo. Diante da “condição fronteira” entre o positivismo e o relativismo que se encontram as edições de *Raízes do Brasil*, a obra tem possibilidade de interessar mesmo aos leitores mais céticos quanto à naturalização do personalismo ibérico, pois do seu ensaio conhece-se uma síntese arguta sobre o antagonismo entre “espírito nacional” e “vida social”, e do seu texto o documento de um dos mais importantes manifestos intelectuais pela transformação do Brasil. Fazemos a análise da segunda edição do livro para conhecer esta questão.

AS DUAS DÉCADAS DE UM LIVRO

A epistemologia “positivante” em *Raízes do Brasil*, de 1936, verifica-se nas passagens em que o livro disserta sobre a identidade da sociedade brasileira pela constatação positiva dos diferentes caracteres que formam sua unidade, e que ganham importância pela sua permanência no tempo e difusão no espaço. Anterior a este livro, no ensaio “Corpo e Alma do Brasil” Sérgio Buarque de Holanda escreveu sobre a formação nacional, valendo-se para isto de um campo entrecruzado de várias linhas científicas, pelas quais argumentou que o homem brasileiro que vinha se constituindo no século XIX foi um tipo que ele, apropriando-se de designação dada com outro motivo por Ribeiro Couto, chamou de “cordial”. Nesta linha tipificante de investigação da sociedade, o indivíduo nacional está descrito como um tipo que tem aversão a ritualismos sociais que explicitem a desigualdade: o brasileiro, do bronco sisudo para o bronco que em público se comporta com garbo e harmonia¹⁵², não suporta em nenhum caso códigos de hierarquia que atentem contra o compadrio, sofrendo, em suas palavras, de um “horror à distância” imposta por formalidades. Todas as conclusões que o levaram a pensar o brasileiro como um tipo social singular pela sua história se deram pela constatação positiva de seus comportamentos mais arraigados, sobreviventes a mudanças no curso da história:

É nesse ponto que o “homem cordial” enxerga uma possibilidade de articulação entre os seus sentimentos e as construções políticas liberais. Patenteia-se nesse caso a

¹⁵² Estas expressões são de nossa responsabilidade e utilizamos elas como sinónima do “homem cordial”.

importância extraordinária do exame dos fundamentos antropológicos das sociedades para a compreensão das teorias de Estado¹⁵³.

Apresentando elementos antecedentes da primeira edição de *Raízes do Brasil*, o ensaio “Corpo e Alma do Brasil” se vale de diferentes recortes investigativos sobre a sociedade, tais como a linguística, a sociologia das religiões, antropologia da vida doméstica¹⁵⁴, o exame comparativo dos costumes nacionais (como a comparação da sociedade brasileira com a japonesa¹⁵⁵), as instituições do Estado, etc.¹⁵⁶; estes elementos são apresentados como dados positivos sobre a sociedade, e são postos a funcionar articulados como faces de um só objeto, a personalidade nacional, conforme a perspectiva da “psicologia social”. O “tecido” de linhas argumentativas com qual Sérgio Buarque de Holanda abordou a sociedade pela sua cultura no ambiente público, na religiosidade e vida doméstica, permitiu que ele concebesse uma interpretação do brasileiro. Com este objetivo, denominou a especificidade da sociabilidade brasileira pela noção de “homem cordial”, que remeteria ao tipo nacional que emergiu no século XIX e que Sérgio Buarque de Holanda entendeu ser a matriz cultural que penetra na cultura política do período republicano.

Sérgio Buarque de Holanda esteve por este trilha iniciando a investigação dos motivos profundos, apriorísticos¹⁵⁷, que norteariam toda sua interpretação do Brasil, assentando as bases dos estudos históricos que ele viria a escrever. A relação de “Corpo e Alma do Brasil” com o livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, fica evidente se levado em conta que nesse ensaio já se manifestava a estrutura analítica que procura evidenciar os motivos originais da formação do Brasil defendidos no livro. Entendemos que o ensaio “Corpo e Alma do Brasil” antecedeu a tese de *Raízes do Brasil* porque concluiu com uma crítica ao liberalismo, ideologia que em *Raízes do Brasil* viria a ser apresentada desajeitadamente amarrada com a cultura nacional, expressando a ideia de um “liberal brasileiro”, antagonista da “coisa pública” sempre que esta ameace a política de privilégios que ele zela.

¹⁵³ COSTA, Marcos (org.). “Corpo e Alma do Brasil: ensaio de Psicologia Social”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011. Pp. 72.

¹⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Ed. Global, 2006. P. 84.

¹⁵⁵. Comparar países ocidentais com o Japão foi um modelo de análise recorrente nos estudos sociais.

¹⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Corpo e Alma do Brasil: ensaio de Psicologia Social”, In: *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011. Pp. 63-4.

¹⁵⁷ A respeito da importância da afirmação declarada do *a priori* para a interpretação, Luís Costa Lima entende que “Os *a priori* são apenas formas possibilitadoras do conhecimento, que dependerá da elaboração ativa pela mente dos estímulos provocados pela experiência. Do ponto de vista concreto, não há um primeiro entre o *a priori* e a experiência. O *a priori* é primeiro no sentido de que não só aguarda mas prepara a experiência; a experiência contudo é primeira porque sem ela o *a priori* giraria no vazio, impossível por si de engendrar”. Cf. LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. P. 47.

Conforme era a tendência intelectual da sociologia no Brasil dos anos 1930, uma teoria sobre a sociedade deveria se basear na verificação empirista do dado social. O pesquisador deveria produzir informações que permitissem conhecer a sociedade por diferentes faces dela, e concluir sobre ela através de uma interpretação. A crítica da sociedade pela investigação do comportamento do seu povo foi o que levou Sérgio Buarque de Holanda a interpretar o caráter das instituições nacionais. Para ele, o “homem cordial” seria a explicação para a deficiência das instituições nacionais, e o pouco compromisso da burguesia brasileira com as constituições que defendiam, e com princípios republicanos e democráticos. Toda manifestação institucional no Brasil encontraria seu limite na cultura, mas também na classe dirigente, a qual ele acusa de lucrar com a deturpação do significado das instituições desde a sua origem, o “*mal entendido de uma aristocracia rural*”. A consequência desta relação entre instituições modernas de Estado e sua direção por agentes que operam para garantir privilégios da classe dos proprietários imprimiria o caráter “patrimonialista” a tudo que é propriamente de caráter público, cerceando o espaço institucional do Estado com negócios particulares: a evolução histórica entre nós mostraria a dificuldade constante de fixação de qualquer ordem homogênea e estável que saísse do núcleo patrimonial, da troca de favores do “homem cordial”. A este respeito, Maria Odila Leite da Silva Dias comenta este desdobramento do “aventureiro” na obra de Sérgio Buarque de Holanda: “Assim, em *Raízes do Brasil* aparece a metáfora do homem cordial como a indicar um processo em que a persistência do uso costumeiro, de facções familiares e de particularismos dificultava a consolidação do estado e do domínio de leis gerais¹⁵⁸”. Este tipo de mentalidade, avessa ao Estado de direito, seria empecilho para a formação de convergências de interesses comuns¹⁵⁹, desdobrando na precariedade do bem público (sua infraestrutura e seu conceito)¹⁶⁰ por toda a história do Brasil:

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo

¹⁵⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Negação das negações”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Ed. Da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. P. 330.

¹⁵⁹ WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Ed. UFMG, 2000. P. 30.

¹⁶⁰ Multidão e público parecem formar dois lados da mesma coisa a partir do século XVIII e, por paradigma histórico, a partir da revolução francesa. Gabriel Tarde explica no ensaio “O Público e a Multidão” que não houvera uma palavra para público no grego clássico e que o uso desta palavra para tal como tido no fim do século XIX esteve condicionado pela história recente, para aquilo que consideramos próprios da modernidade (Cf.: TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 10). Embora o conceito de “coisa comum” não carregue de uma ideia nova, sua associação com a ideia de público e com o drama moderno das multidões parece fazer do espectro do “comum” inquietante na modernidade. Socialismo, fascismo, comunismo, “*welfare state*”, neoliberalismo, etc., todas as ideologias se encasularam em torno da associação do público dimensionado, desta vez, pela ideia de população massificada, com o “comum”.

de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo¹⁶¹.

Feitas estas considerações podemos compreender como, já no intermédio do ensaio, Sérgio Buarque de Holanda expõe a face institucional do suposto “horror à distância” no panorama geral da vida social de uma sociedade que valora um tipo de liberdade do indivíduo que o projeta para se valer do Estado para atender os seus interesses privados, e compromete ao abandono o bem público quando este deixa de sustentar o privilégio para a classe dirigente:

Só assimilamos efetivamente esses princípios até o ponto em que coincidam com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, em que confirmavam nosso instintivo horror às hierarquias e em que nos permitiam tratar com familiaridade aos governantes, (...) ¹⁶².

A comparação das edições de 1936 e 1947 de *Raízes do Brasil* revela um ângulo dos processos de transformação do próprio Brasil. Para Brasílio Sallum Jr, o conceito de democracia em *Raízes do Brasil* de 1936 refletiu o contexto dos anos 1930 de “reação antiliberal” em que ganharam espaço no Brasil ideologias “de estado nação” variadas¹⁶³. Segundo Luiz Lafetá, a década de 1930 foi quando o jogo ideológico no Brasil se deu mais às claras:

O decênio de 30 é marcado, no mundo inteiro, por um recrudescimento da luta ideológica: fascismo, nazismo, comunismo e liberalismo medem suas forças em disputa ativa; os imperialismos se expandem, o capitalismo monopolista se consolida e, em contraparte, as Frentes populares se organizam para enfrentá-lo. No Brasil é a fase de crescimento do Partido Comunista, de organização da Aliança Nacional Libertadora, da Ação Integralista, de Getúlio e seu populismo trabalhista. A consciência de luta de classes, embora de forma confusa, penetra em todos os lugares – na literatura inclusive, e com uma profundidade que vai causar transformações importantes¹⁶⁴.

Em 1937 o golpe de Estado que deu origem à ditadura do “Estado Novo” viria a dialogar com ironia ao recém-lançado livro de Sérgio Buarque de Holanda. Após a redemocratização da República em 1946 o país estava mudado, e a edição de 1947 de *Raízes do Brasil* iria refletir esse

¹⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 44.

¹⁶² Ibid., p. 66.

¹⁶³ SALLUM Jr, Brasílio. “Sobre a Noção de Democracia em *Raízes do Brasil*”. In: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. MARRAS, Stelio (org.). São Paulo: EDUSP; IEB, 2012. p. 52.

¹⁶⁴ LAFETÁ, João Luiz. *1930: A Crítica e o Modernismo*. São Paulo: Ed. 34, 2001. P. 28.

novo momento, sendo por isto os dois livros artefatos de contextos distintos¹⁶⁵. Vemos que na década de 1940 Sérgio Buarque de Holanda não se ocupou mais de investigar a cultura nacional pela constatação positiva dos costumes, e que seu discurso verteu a balança do ensaio para a monografia.

Sérgio Buarque de Holanda provavelmente percebeu o rumo conservador em que se estreitava os métodos de estudo social dirigidos a investigar a identidade nacional pela psicologia de um povo. Nos convencemos disto porque no decorrer da década de 1940 ao escrever *Monções* (1945) e, principalmente, ao “refundar” *Raízes do Brasil*, em 1947, Sérgio Buarque de Holanda nos revela um processo de revisão epistemológica em episódios. A nova edição, pesasse permanecer tributária do método sociológico de análise, para todos os efeitos, era engenhosamente esguia à centralidade do conceito de *raça* e nação que a sociologia era mobilizada a promover. Em prefácio, Sérgio Buarque de Holanda comentou a revisão do livro: *reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me*¹⁶⁶.

O conceito de fronteira de culturas que emergiu do entroncamento da “sociologia das identidades nacionais” e a antropologia relativista que Sérgio Buarque de Holanda promoveu em *Raízes do Brasil* no intermédio de duas décadas, permitiram a ele estudar a cultura material e técnicas do colono e do indígena sem hierarquizar numa perspectiva de valor um lado em relação a outro. Tratando-se do autor, como neste caso, os livros são documentos de seu pensamento e da linguagem de seu tempo. Por isto, entendemos que *Raízes do Brasil* de 1947 está tão próximo de *Monções* de 1945, como está da primeira edição de 1936. Buscaremos explicar esse processo de construção do conceito de fronteira da obra de Sérgio Buarque de Holanda abordando mais dois aspectos deste contexto da intelectualidade brasileira: o mercado editorial brasileiro e o debate nacional do *mestiço* no conceito de fronteira de Sérgio Buarque de Holanda na década de 1940.

*Taumaturgia brasiliana*¹⁶⁷

¹⁶⁵ SALLUM Jr, Brasílio. “Sobre a Noção de Democracia em *Raízes do Brasil*”. In: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. MARRAS, Stelio (org.). São Paulo: EDUSP; IEB, 2012 p. 53.

¹⁶⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 25.

¹⁶⁷ Taumaturgia aqui está no sentido atribuído por Sérgio Buarque de Holanda, em Prefácio para a segunda edição de *Visão do Paraíso*. Neste prefácio, taumaturgia identifica a escrita da história que, ao invés de “exorcizar” o passado, cultua-o, aprofundando-o num significado singular. A atenção a esta expressão foi feita por Thiago Lima Nicodemo. Cf. “Sérgio Buarque de Holanda” In: *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. PERICÁS, Luis Bernardo; SECCO, Lincoln (Orgs.). São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

Segundo Nestor Goulart Reis, crescia entre os historiadores desde meados do século XIX o interesse pelo Brasil oculto na história, dos *sertões* e das selvas, o que prometia alcançar o “Brasil verdadeiro”:

De José de Alencar a Silvio Romero e Mário de Andrade, da direita mais retrógrada à esquerda mais elaborada, todos começam a intuir que a “identidade nacional” no passado do Brasil e as possibilidades do futuro deveriam necessariamente envolver melhor compreensão dos povos do sertão¹⁶⁸.

Este interesse vinha com uma contrapartida: precisava-se da publicação de documentos e, do lado dos intelectuais, perícia e disciplina metodológica capazes de investigar um grande volume de documentos ainda pouco conhecidos. Repetindo a eclosão de pesquisas sobre o Brasil dada na década de 1840 após a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro¹⁶⁹, o interesse pela edição e publicação de documento foram tidos na década de 1930 como meio de avançar o conhecimento sobre o território nacional e encontrar analogia das impressões do presente no passado.

Sérgio Buarque de Holanda, protagonista desta intelectualidade interessada em fontes primárias sobre o passado colonial, em retrospectiva sobre a historiografia brasileira em artigo de 1951 desta primeira metade de século, sugere que a publicação de documentos do âmbito da administração das vilas nos planaltos da capitania de São Paulo promoveu o “surto” de estudos sobre o “passado paulista” e a “expansão geográfica do Brasil colonial¹⁷⁰”. Podemos subentender nesta relação observada por Sérgio Buarque de Holanda o atendimento da indústria gráfica do Brasil para as demandas do “mercado peticionário” dos intelectuais, sempre entusiasmados com documentos publicados, monografias, ensaios, cronistas da monarquia, e diários de cientistas e artistas que estiveram no Brasil nos séculos coloniais e monárquico. Em entrevista de Antonio Cândido para Heloisa Pontes, ele relata que na década de 1930 a indústria editorial foi impulsionada para atender publicações que tinham o Brasil como temática,

Quanto aos estudos brasileiros, a coleção Brasileira, criada em 1931, foi seguida por outras, como Documentos Brasileiros, a partir de 1936, dirigida por Gilberto Freyre para a Editora José Olympio. Ou a Biblioteca de Divulgação Científica, dirigida na Civilização Brasileira por Artur Ramos, e outras menos importantes. O

¹⁶⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. “Sobre o sementeiro e o ladrilhador”. In: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. MARRAS, Stelio (org.). São Paulo: EDUSP; IEB, 2012. P. 46.

¹⁶⁹ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, n. 1, 1988, Pp. 5-26.

¹⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”. In: MONTEIRO. Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Ed. Da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. P. 604.

Brasil começou a se apalpar. Lembro de Afonso Arinos afirmar, num artigo, que raros países demonstravam tanta curiosidade sobre si mesmos quanto o Brasil naquela época. Lembro também de um artigo de Plínio Barreto, de 1937 ou 38, no qual dizia que na geração anterior todo jovem sonhava entrar na vida intelectual com um livro de poesias. Mas depois de 1930 o sonho era publicar um livro de sociologia... A voga dos estudos sociais correspondia ao grande desejo que o Brasil tinha de se conhecer¹⁷¹.

O interesse intelectual por “problemas brasileiros¹⁷²” promoveu uma série de edições, sendo que algumas editoras, neste contexto, criaram coleções dedicadas a esta temática, como foi o caso de três importantes: *Documentos brasileiros* da José Olimpo, *Biblioteca Histórica Brasileira* Livraria Martins Editora, e a *Coleção Brasileira* da Editora Nacional. As raízes modernistas na década de 1930 não esbarrariam neste “vigoroso” mercado editorial promovido por um minúsculo grupo de uma pequena classe social: fundavam-se instituições de pesquisa e ensino e museus, contando com colaborações de professores estrangeiros. Em São Paulo, a promoção de políticas culturais e a criação de instituições teve entre os idealizadores intelectuais modernistas da década de 1920 e poderosos burgueses da década seguinte; foram criadas em São Paulo a Escola Livre de Sociologia e Política (1933), e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (1934). Em 1937 o apoio da secretaria de cultura da cidade para a criação da “Sociedade de etnologia e Folclore”, que tinha na direção Mário de Andrade e no secretariado Dina Lévi-Strauss, viria a ser mais uma manifestação de política cultural dos modernistas articulados com o Estado. Com a chegada de Prestes Maia na prefeitura, o Estado Novo se impõe e as instituições modernizantes cessam abruptamente levando à debandada de intelectuais de São Paulo.

Passados alguns anos desta crise política, os intelectuais foram voltando para São Paulo. Dentre estes, esteve Sérgio Buarque de Holanda, que desembarcou em 1946, encarregado de dirigir o Museu Paulista, após a aposentadoria de Affonso Taunay. A ida de Sérgio Buarque de Holanda para o Museu Paulista teria o efeito de transformá-lo em uma instituição moderna de pesquisa. Já contava com a experiência no programa criativo e renovador de Rubens Borba de Moraes para a reforma institucional da Biblioteca Nacional¹⁷³. No Museu Paulista, uma de suas

¹⁷¹ PONTES, Heloisa. “Entrevista com Antonio Candido”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 47, vol. 16, São Paulo, 2001.

¹⁷² Segundo Antonio Candido, a expressão “realidade brasileira” foi frequente entre intelectuais desta década, chegando a ser banalizada nos jornais. Cf. CANDIDO, Antonio. “A sociologia no Brasil”, in: *Revista de Sociologia da USP*, V. 18, n. 1, 2006. P. 284.

¹⁷³ Segundo Thiago Lima Nicodemo, Sérgio Buarque de Holanda e Rubens Borba de Moraes se transferiram juntos após o fechamento da Universidade do Brasil para assumirem os respectivos cargos da Biblioteca Nacional: Divisão de Consultas e Divisão de Preparação. Cf. NICODEMO, Thiago Lima. “Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil”. In: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. MARRAS, Stelio (org.). São Paulo: EDUSP; IEB, 2012 p. 113.”

primeiras medidas foi a contratação dos etnógrafos alemães Herbert Baldus e Harald Schultz. Com estes pesquisadores integrados ao Museu Paulista, Sérgio Buarque de Holanda atualizou os estudos antropológicos da instituição em direção a uma vertente que se voltava para a investigação da cultura material, episódio importante porque vem logo em seguida à revisão dos estudos antropológicos em sua pesquisa histórica de *Monções*. Sobre este caráter direcionado, explica-nos Mariana Françaço:

Chegamos assim a uma importante conclusão. Os etnólogos alemães citados por Sérgio Buarque, que em sua maioria atuaram entre a segunda metade do século XIX e o início do XX, tinham como arcabouço teórico as ideias de duas correntes diferentes para as quais a cultura material era um conceito central. Acreditava-se, então, que o conjunto de objetos e técnicas da vida material serviam para caracterizar uma cultura e o modo de vida de um povo. Os aspectos da vida social como o parentesco, a religião e os mitos eram também estudados, mas a cultura material servia de instrumento privilegiado para se averiguar o estágio de desenvolvimento de um povo e as influências que este recebera do contato com outro povo¹⁷⁴.

Nesta altura de sua trajetória intelectual, Sérgio Buarque de Holanda havia adquirido conhecimento detalhado sobre o acervo de duas importantes coleções de documentos, objetos e livros, do Museu Nacional e do Museu Paulista. Visto o fácil acesso a coleções importantes de documentos e livros, e o conhecimento de metodologia de pesquisa histórica referente ao período em que trabalhara como assistente de Henri Hauser, na Universidade do Distrito Federal, Sérgio Buarque de Holanda se tornara um dos intelectuais brasileiros com mais recursos para realizar pesquisas históricas de grande envergadura. Não foi por menos que seu discurso junto a essas instituições se tornou preponderantemente monográfico, permanecendo de ensaísmo somente a liberdade estilística que aprendera nos anos de 1930.

Monções, baliza de Raízes do Brasil

Devido à trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, de domínio da sociologia e da antropologia histórica, identificamos que em *Monções* como na nova versão de *Raízes do Brasil*, a hipótese de que matrizes culturais mediadas por “fronteiras” operam dialeticamente para determinar as consequências positivas para a sobrevivência da sociedade. Analisando estes livros,

¹⁷⁴ FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um Outro Olhar: etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado/UNICAMP, 2004. P. p. 102.

veremos que “fronteira” e “mobilidade” são conceitos que Sérgio Buarque de Holanda conjugou como se visualizasse uma fita de Mobius¹⁷⁵ entre o determinismo e o relativismo.

Na obra de Sérgio Buarque de Holanda o problema histórico está direcionado para o encontro de dois povos, limiar onde ocorrem os aproveitamentos e as perdas de uma cultura com a outra. Uma vez que ele se voltou ao estudo da história do Brasil, fez central nas suas pesquisas o intercâmbio de cultura material, como exemplifica o caso de sua investigação sobre os métodos de agricultura praticada no Brasil, o declínio do uso do arado por colonos alemães, que passavam a utilizar instrumentos rudimentares de agricultura e executar a queimada de preparo do solo, a chamada *coivara*.

Sob o conceito de fronteira, em *Monções* sociedades indígenas e a sociedade colonial são encaradas pela mobilidade de suas culturas. Segundo a tese do “aventureiro” presente em *Raízes do Brasil*, todo colono americano de origem ibérica conduziria sua sociedade baseando-a na economia frágil de convívio hostil com a natureza silvícola, o que não gera a transformação camponesa de sua natureza. Pelo contrário, mantendo viva a natureza, só que desta vez amortizada pela exploração econômica da terra sem o cuidado de conservação de sua fertilidade e equilíbrio. Conforme a tese central, a procura pelo “aventureiro” da riqueza pródiga é o mesmo instinto que o leva a “abocanhar” a cultura indígena. Vê-se em *Monções* que para Sérgio Buarque de Holanda foram as tecnologias indígenas assimiladas porque se apresentam como riquezas para uma economia movimentada pela apropriação de tudo que é pródigo:

Um fato positivo, em todo caso, é que, recorrendo à matéria-prima indígena, os primeiros colonos e seus descendentes também mantiveram a técnica de construção naval dos naturais da terra. Não se pode afirmar que, durante a era colonial, o imigrante europeu tenha acrescentado grande coisa à arte de navegação interior, tal como já a encontrara, praticada entre o gentio. Não só no fabrico das embarcações, como na mareagem, os usos estabelecidos, antes do advento do homem branco, puderam, assim, sobreviver longamente à subjugação dos antigos moradores¹⁷⁶.

Apesar de que a língua, o matrimônio, os instrumentos de caça, agricultura e cozinha e, por fim, como acreditou Sérgio Buarque de Holanda existirem¹⁷⁷, as trilhas que aprofundavam pelos

¹⁷⁵ Fita de Mobius é a forma geométrica de uma faixa torcida e com as extremidades emendadas. Segundo o artista plástico Nuno Ramos em artigo para a revista *Piauí* (Nº 86, 2013), essa forma sugere a ideia de impossibilidade de discriminar o começo do fim e da aparência de haver dois lados tendo apenas um.

¹⁷⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. Pp. 56-7.

¹⁷⁷ Convenceu-se desta hipótese, assim como partilhou desta mesma posição com Afonso de Taunay, tal como podemos verificar na marginalia da edição de *História Geral das Bandeiras Paulistas* presente na biblioteca pessoal

*sertões*¹⁷⁸ terem caráter da espoliação de culturas indígenas, o português, pelos motivos práticos de sobrevivência diante das condições de risco em que se colocava, se apropriou da cultura indígena, identificando-se pela “fronteira” emergida entre a sociedade colonial e a indígena.

A cultura peregrina dos indígenas de que se apropriaram os portugueses logo no início do povoamento colonial, os capacitaram para longas travessias com quais pudessem realizar o comércio com a região da Prata e o Rio de Janeiro, e o sequestro de indígenas para preencher postos nas fazendas da Colônia. Com a descoberta posterior do ouro no Brasil central, a cultura material da Colônia, que no planalto paulista se manifestou tão indígena quanto europeia, viria a conhecer o limite deste convívio:

É evidente que essa comunidade de 3 mil ou 4 mil homens concentrados em uma breve faixa de terra que as aluviões auríferas delimitavam, apartada dos povoados paulistas por uma áspera navegação, em que se gastava mais tempo do que de Lisboa ao Rio de Janeiro, não poderia perdurar longamente sem base econômica segura. Uma existência de índios coletores e caçadores, que era a rigor a que suportariam agora os moradores do arraial, só se pode conceber em espaços consideráveis e só se concilia com um gênero de vida andejo e inconstante. A fixação definitiva, em tais distâncias, de aventureiros instáveis, acostumados de longa data à atividade errante de predadores de índios bravos, não se podia fazer senão paulatinamente, e na medida em que se fossem criando ali condições capazes de admitir certa sedentariedade¹⁷⁹.

A convivência de culturas no grande interior brasileiro, por mais que manifestada pela “fronteira” entre matrizes culturais muito diferentes, em todos os casos mostrou um alto nível de intercâmbio de saberes práticos e instrumentos. A propósito disto, o livro *Monções* está fundamentado na tese de *Raízes do Brasil* de que a sobrevivência era um desafio de todos, e que os objetivos coloniais de enriquecimento pelo esforço aventureiro nunca foram abandonados, nem mesmo quando a vida em seu nome conotava a penúria do cotidiano. Sua tese, desdobrada dessa, do pragmatismo “aventureiro” da Colônia, viria a se justificar pela ideia de “fronteiras

de Sérgio Buarque de Holanda. In: TAUNAY, Afonso Escagnolle de. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Tomo I. São Paulo: tipografia Ideal, 1924. P. 142.

¹⁷⁸ “Há, ainda hoje, veredas indígenas de muito trânsito, onde se deparam, aqui e ali, instrumentos de cozinhar e moquear, canoas, choças, redes, cabaças de apanhar água; tudo rigorosamente previsto para as conveniências de um constante percurso. A presença de tais petrechos faz supor, naturalmente, cuidadosa escolha local – sítios onde existiam rios piscosos, ou lagrimais, ou barreiros que atraem a caça. Vários desses lugares privilegiados serviriam, com o tempo (em São Paulo só a partir do século XVIII), para neles se estabelecerem pousos reyunos, de onde saíam depois alguns povoados prósperos”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P. 45.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 80.

permeáveis”, que supõe a existência de valores culturais e morais autocentrados na sociabilidade colonial em meio a grande intercâmbio cultural.

A metáfora do aventureiro e o conceito de fronteira formam o *pathos* pelo qual Sérgio Buarque de Holanda se distanciou da psicologia social e relativizou o conceito de cultura, o que viria a possibilitar a ele conhecer da sociedade colonial a disposição para imbricar em si todas as técnicas, gostos e saberes que lhe eram funcionais para garantir os princípios econômicos que regem sua vida. Foi nesse módulo de interpretação que conflui paradigmas científicos (positivismo e culturalismo), que Sérgio Buarque de Holanda consolidou seu conceito de fronteira. Descobre-se em *Monções* para além do que se discorreu em *Raízes do Brasil* que o colono que penetrou no interior foi determinado pela sua formação autocentrada de habitante da fronteira que deve ser pragmático para sobreviver às adversidades frequentes numa existência voltada quase exclusivamente para a “busca de fortuna e “*remédio*” para a pobreza”. Esta viria a se tornar uma importante interpretação de sua obra historiográfica. A interpretação pelo conceito de fronteira e o pressuposto do pragmatismo permitiu a Sérgio Buarque de Holanda destacar da sociedade colonial a disposição para imbricar em si todas as culturas que lhe eram funcionais para garantir os princípios econômicos da Colônia.

CAPÍTULO IV: A PAISAGEM BRASILEIRA COMO CÓDIGO NARRATIVO

No Meio do Brasil havia um rio

Que não tinha margens.

Rio Imenso.

A água corria, corria. Correu tanto

Que um dia secou.

Raul Bopp, “História do Brasil em Quadrinhos” (1973).

Aquela casa de janelas com dor-de-dente

Amarrou um coqueiro do lado.

Raul Bopp, “Favela” (1928).

A PAISAGEM COMO INTERPRETAÇÃO

A representação das relações dialéticas entre cultura e meio na história intelectual do Brasil até a primeira metade do século XX se realizou através de um código narrativo em vigor desde o romantismo, que combinou o testemunho da paisagem brasileira com o destaque na sua elaboração narrativa de ícones de sua paisagem. Este velho código narrativo foi muito pautado nos estudos sociais dos anos de 1930-1940 e acreditamos que ainda mostre o seu vigor na nossa atualidade, o que nos estimula a compreender sua difusão na linguagem e o alcance das interpretações pautadas por ele.

O leitor do século XXI, habituado com imagens que os livros de história apresentam da economia brasileira em suas fases históricas, provavelmente se sentirá instigado a somar com as imagens presentes nestes livros o seu repertório mental de paisagens. Nos termos da paisagem enquanto código narrativo da interpretação do Brasil, a nossa atualidade fornece as imagens simbólicas de um rebanho nelore do Centro-oeste sobre um campo de braquiária; uma foto de satélite de Rondônia revelando o aspecto geométrico da fronteira rural vista dos limites da atmosfera; máquinas agrícolas computadorizadas trabalhando à margem de bordas retilíneas de grandes florestas; a bacia do rio Doce “cauterizada” de lama tóxica; a edificação da usina Belo Monte na Bacia do rio Xingu, colocando em risco o ecossistema, e fazendo do povoado do município de Altamira a zona de maior número de ocorrências de assassinatos de toda a América em 2015. Qualquer imagem contemporânea comporta a evidência da continuidade e inércia de uma economia que, embora constantemente reinventada, se manifesta como *alma mater* da civilização brasileira.

Estas imagens abissais de nossa atualidade expressam valor negativo sobre o futuro de nossa civilização, e quando enredadas por este código narrativo, são internalizadas para a literatura dos estudos sociais brasileiros, que sempre se valeu da paisagem brasileira para interpretar a história. O processo de incidência da paisagem da atualidade na compreensão histórica do Brasil deve-se à importância que atingiu na literatura moderna brasileira as teses sobre as relações dialéticas entre cultura e meio. A importância deste código narrativo na história intelectual do Brasil e seu vigor na atualidade parece a nós razão suficiente para uma investigação arqueológica dele.

Claude Lévi-Strauss foi um provável leitor de *Monções*¹⁸⁰. Em sua obra de testemunho de viagens pelo Brasil ele mistura o gênero ensaísta e o relato memorialista. Todavia, parece ser também obra culta, visto que suas impressões gerais estão muito próximas do que já havia sido escrito por Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, e Sérgio Buarque de Holanda. O relato memorialista de Claude Lévi-Strauss forneceu a ele recursos para comparar o presente com imagens pertencentes a distantes posições da cronologia da história brasileira, como as estradas de ferro e o comércio de canoas para Cuiabá. A interpretação podia com agilidade criar uma imagem das estruturas econômicas de longa duração:

Mortos, os povoados fluviais liquidados pela estrada de ferro, mas dos quais subsistem, aqui e ali, vestígios que ilustram um ciclo abortado: de início, pousada e galpões às margens, para permitir aos pirogueiros pernoitar protegidos das emboscadas indígenas; depois, com a pequena navegação a vapor, os ‘portos de lenha’ onde, a aproximadamente cada trinta quilômetros, os vapores de roda e de chaminé fina paravam para se abastecer de lenha, e – nos locais intransponíveis por causa das corredeiras e dos saltos – os centros de baldeação¹⁸¹.

O recurso narrativo de se valer do relato testemunhal para apontar a senda da interpretação para o passado de longa duração estava interditado na forma mais explícita para estes historiadores, o que não quer dizer que eles não se valeram da experiência de viajante e o relato anacrônico para imaginarem o passado. Muito pelo contrário, Caio Prado Júnior, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, considerou o testemunho “ocular” da paisagem por viajantes naturalistas como esteio de informações confiáveis do ponto de vista histórico, que iluminam tanto a cultura colonial anterior ao Império como dialoga com o seus testemunhos

¹⁸⁰ O antropólogo Claude Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*, parece ter sido, pela sua estada no Brasil, um leitor de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, como podemos sentir em muitas passagens de seu relato memorial. O seguinte trecho ilustra a face bibliográfica de suas reflexões de viagem no Brasil:

“A meu redor, a erosão devastou as terras de relevo inacabado, mas o homem sobretudo é responsável pelo aspecto caótico da paisagem. Primeiro, desmatou-se para plantar; mas, ao fim de alguns anos, o solo exaurido e lavado pelas chuvas se esquivou dos cafezais. E as plantações foram transportadas para mais longe, para ali onde a terra ainda era virgem e fértil. Entre o homem e o solo, jamais se instaurou essa reciprocidade atenta que, no Velho Mundo, assenta a intimidade milenar durante a qual eles se amoldaram mutuamente. Aqui, o solo foi violentado e destruído. Uma agricultura de rapina apoderou-se de uma riqueza jacente e depois foi-se para outro sítio, após extrair algum lucro. É com razão que se descreve a área de atividade dos pioneiros como uma franja. Pois, devastando o solo quase tão depressa quanto o desmatam, eles perecem condenados a sempre ocupar apenas uma faixa movediça, mordendo de um lado a terra virgem e abandonando do outro alqueires extenuados. Como um incêndio no mato que antecipa o esgotamento de sua substância, em cem anos a explosão agrícola cruzou o estado de São Paulo. Ativada no meio do século XIX pelos mineiros que abandonaram seus filões exauridos, deslocou-se de leste a oeste, e em breve eu iria alcançá-la do outro lado do rio Paraná, abrindo caminho por entre uma multidão confusa de troncos derrubados e de famílias desenraizadas”. Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. Pp. 88-89.

¹⁸¹ Ibid., p. 109.

pessoais do presente. O valor que esta classe de documentos alcançou frente a estes historiadores deveu-se muito em consistirem em fontes primárias que encontram no rigor descritivo do naturalista a disciplina informativa do testemunho. O conteúdo destes diários, em traços gerais, privilegiou a narrativa do exótico, valendo-se da descrição do pitoresco e do acontecimento maravilhoso presenciado. Nestes documentos podemos destacar muitas informações apreciáveis para uma margem muito ampla de estudos. Segundo Paulo Iumatti, comentando o interesse por testemunhos de Caio Prado Júnior,

Nos relatos de viajantes e naturalistas e nas demais fontes clássica para o estudo da história do Brasil, há certo viés interpretativo que, fiando-se em observações *de visu*, conversas e impressões, procura dar conta dos aspectos culturais e psicológicos da população¹⁸².

Com o historiador Caio Prado Júnior, a disciplina de viajante que registra o meio que visita combinou com a sua cultura de leitor de cronistas do período colonial e diários de naturalistas, passando a evidenciar os caracteres que pouco se alteraram da paisagem historicamente construída. Nota-se também que a experiência de viajante de Caio Prado Júnior forneceu ritmo subjetivo (particular de sua experiência de viajante) para a narrativa da paisagem colonial. O grande ganho deste tipo de conhecimento sobre o Brasil deu-se ao confrontar o registro do seu testemunho com o dos viajantes naturalista, dos documentos históricos, permitindo conhecer empiricamente o processo da passagem do tempo histórico da Colônia à República.

O elemento em comum que assemelha o relato do documento histórico com o testemunho de viagem do autor permitiu a intelectuais se convencerem do que teve de mais permanente no processo do tempo no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda, intelectual que pelo que se diz a seu respeito nada nos leve a crer ter ele sido um viajante contumaz do Brasil, foi um leitor atento dos diários de cronistas e naturalistas do Império. Segundo Mariana França, ele se valeu mais de fontes etnológicas do que de fontes coloniais quando o assunto era descrever hábitos e técnicas indígenas:

Sérgio Buarque lançou mão do recurso, muito empregado pelos antropólogos do chamado período moderno da disciplina, de atribuir ao observador a autoridade sobre o assunto de que ele trata tendo por base sua presença concreta no momento da ocorrência

¹⁸² IUMATTI, Paulo Teixeira. “Um viajante e suas leituras”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. N° 1 ano XLIII, 2007. P. 115.

dos fatos. Deste modo a narrativa é legitimada pela presença do autor em campo, e por sua suposta capacidade científica de fazer a pesquisa a que se propôs¹⁸³.

Em *Monções*, Sérgio Buarque de Holanda buscou explicar os caracteres subjetivos (microfísicos) da formação de um povo através de suas qualidades verificáveis em documentos históricos, o que implicava valer-se consideravelmente de crônicas e diários de viajantes que estiveram no Brasil. Curioso notar que este interesse por fontes primárias de viajantes nos documentos históricos colocou Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes realizando tarefas semelhantes. Florestan Fernandes em sua dissertação de Mestrado do ano de 1946, orientada por Roger Bastide, *A Organização Social dos Tupinambá*, faria grande uso das bibliotecas brasileiras acumuladas de publicações de documentos históricos de tipo “crônicas e diários”, ao ponto de propor um estudo sociológico baseado naquilo que estas classes de documentos podiam fornecer de dado social.

A NARRATIVA DA PAISAGEM

A narrativa que se vale da impressão de traços singulares da modernidade foi amplamente usada pelos modernistas interessados em aprofundar o presente no tempo quase imemorial. Este é o caso do episódio do conto “O Burrinho Pedrês” em que o narrador descreve uma enchente que faz “saltar” da correnteza um enorme tronco, dando forma sugestiva de uma piroga. Esta canoa é ícone de um passado remoto, da época colonial. O fato de sua imagem surgir entre a água turva e agitada sugere o rio como metáfora da duração do tempo histórico:

Estacionados na rampa, esperavam que o gado tomasse coragem. A chuvinha era agora um chuveiro rarefeito; mas três regos de enxurrada desciam também, borbotando e roncando, com brutalidades fluviais. E a enchente crescia. O caudal, barrento, oscilava aos golpes, como uma coisa viva, parecendo às vezes que baixava, para subir mais. Um pau do mato – ramada, tronco e raízes – derivava tal e qual uma piroga embandeirada em amarelo; esbarrou na copa do tinguí, que submergia fixa e hemisférica; depois, virou de bordo, retomou rumo, e foi águas abaixo¹⁸⁴.

O historiador José de Alcântara Machado também se valeu da descrição estimulante à imaginação para historiar a cultura material do passado colonial paulista. Seleccionamos um

¹⁸³ FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um Outro Olhar: etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado/UNICAMP, 2004. P. 128.

¹⁸⁴ ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro, ed. Universal, 1946. P. 33.

fragmento de *Vida e Morte do Bandeirante* em que ele, descrevendo São Paulo, propõe o exercício de leitura de se obliterar o tempo que conectam o presente a um passado de 300 anos atrás:

Na cidade o fazendeiro tem apenas a sua casa para descansar alguns dias, liquidar um ou outro negócio, assistir às festas civis ou religiosas. Um pouso. Nada mais. Só nos dias santos é que *há gente na vila*, e por isso mesmo são eles os escolhidos para o praxeamento dos bens de órfãos. Lembram-se daquela casa térrea de dois lanços que, não faz muitos anos, em plena rua Direita, escandalizava com os seus ares caipiras e suas janelas cerradas os palácios vizinhos de três e quatro pavimentos e rutilantes mostruários? Lembram-se, com certeza. E talvez se lembrem do motivo por que o proprietário, sitiante no Ó ou em Parnaíba, se recusava teimosamente a vender ou transformar o prédio. É que dele precisava para assistir o enterro. Simples sobrevivência da concepção que da casa da povoação têm os paulistas da era colonial¹⁸⁵.

Segundo Alcir Lenharo, a propaganda de Estado *varguista* operou pela obliteração da longa duração do processo colonial para que fosse sintetizado em feitos épicos, reunindo numa mesma expressão, otimista, a evidência das riquezas naturais do país e o incentivo estatal para o povoamento e expansão dos negócios no Brasil central:

Os discursos proferidos por Vargas expõem elementos que perseguem a confecção da imagem da nação em movimento: ela é lida particularmente pela sua exterioridade geográfica e pela revisitação do passado do eldorado colonial (...) A imagem da nação em movimento transita do espaço edênico para o espaço das indústrias¹⁸⁶.

Conforme temos visto, a combinação do testemunho intelectual do Brasil republicano com o recuo no tempo para representar a duração na história está presente em autores muito diferentes entre si. Podemos supor que foi recurso narrativo amplamente usado nos estudos que buscaram compreender o Brasil pela sua formação histórica e pela interpretação de sua modernidade. Vejamos agora um recurso estilístico que mobiliza a paisagem a significar o tempo em processo.

As séries toponímicas

Muitos escritores brasileiros serviram-se das séries temáticas para inventariar e criar efeito de grau à linguagem popular, preocupação comum entre João Guimarães Rosa e outros romancistas da primeira metade do século XX. A seguinte passagem é um fragmento do conto “O

¹⁸⁵ MACHADO, José de Alcântara. *Vida e Morte do bandeirante*. Ed. Livraria Martins S.A., 1955. P. 58.

¹⁸⁶ LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986. P. 56.

Burrinho Pedrês”, do livro *Sagarana*. Nele, encontram-se a série temática e a versificação em prosa, operações de composição muito usadas por João Guimarães Rosa para a representação da paisagem:

Galhudos, gaiolos, estrelos, espácios, combucos, cubetos, lobunos, lombardos, caldeiros, cambraias, chamurros, churriados, corombos, cornetos, bocalvos, borralhos, chumbados, chitados, vareiros, silveiros... E os tocos da testa do mocho macheado, e as armas antigas do boi cornalão¹⁸⁷.

Este fragmento em especial é muito sofisticado porque permite lê-lo em metro dodecassílabo, remetendo para a épica latina. Contudo, as séries de toponímias em si são fáceis de elaborar e tem um efeito previsível. Entre as longas séries com que Edison Carneiro descreve a paisagem do quilombo dos Palmares, numa delas se expressou a variedade de árvores frutíferas que a floresta abriga:

A floresta estava povoada de árvores frutíferas – e ali se encontravam jaca, laranja, manga, lima da pérsia, lima de umbigo, laranja-cravo, fruta-pão, côcos da praia, abacate, pitanga, limão, melancia, mamão, ananás, abacaxi, araçá, pinha, fruta do conde, banana, goiaba, joá, ingá, cajá, genipapo, trapiá, jaracatiá, pitomba, sapucaia...¹⁸⁸.

A série é mais um entre muitos dos instrumentos estilísticos dos escritores que pensaram o Brasil na primeira metade do século XX. A narrativa que se valeu dela, como são os casos destes fragmentos, provoca o efeito de tornar a paisagem grandiloquente pela variedade do que a habita. A expressão da paisagem pela série foi um recurso amplamente utilizado por escritores dos anos de 1940, que viram oportunidade de representar pela toponímia coloquial a expressão de variedade e extensão da paisagem brasileira.

Um efeito da expressão das séries é a síncope que elas revelam com a atualidade do leitor. Este desalinhamento entre realidade-literária-sobre-o-Brasil e fenomenologia-de-habitar-o-Brasil se dá na constatação de que a paisagem que se habita não suporta a variedade agilmente expressa na série. O signo comumente gerado por estas séries é o de decadência gradual da paisagem, pois geralmente o leitor não é capaz de reconhecer na descrição por série o meio que ele conhece de testemunho e cotidiano.

Em *Monções*, a série de toponímias é um recurso presente, porém, não foi mobilizada para apresentar agilmente a variedade da vida no Brasil central, mas para expressar lentamente a

¹⁸⁷ ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Ed. Universal, 1946. P 25.

¹⁸⁸ CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares* (1630-1695). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1947. (primeira edição 1944). P. 29.

duração de uma viagem quando mensurada pelos obstáculos fluviais da travessia monçoeira. Pelo signo da série, podemos entender melhor a narrativa das 50 páginas do Capítulo “Estradas Móveis”, dentre as 202 páginas que comportam o livro, que foram destinadas a narrar sem abreviações a viagem de Porto Feliz, nas margens do rio Tietê, a Cuiabá.

Nestas páginas são descritas as atribuições da tripulação, o período de março até maio (ou junho), e junho a setembro de duração da viagem. Descreveu-se numa narrativa densa de referências geográficas as etapas contínuas de uma viagem, balizando os episódios narrados pelos rios e obstáculos que seccionam a viagem. Neste capítulo, muitas passagens são como esta que apresentamos abaixo, onde se mensuram os dias e léguas, marcados pelos acidentes que separam os trechos de rios:

Já na primeira hora e meia de navegação, as frotas saídas de Ararituaba deviam vencer a cachoeira de Canguera, a de Jurumim e a de Avaremanduava. A última podia constituir obstáculo poderoso à passagem das canoas, quando não fossem a meia carga. Toda esta parte do Tietê era, aliás, de navegação muito penosa, pois, numa extensão de seis léguas apenas, a partir de Canguera, há nada menos de doze cachoeiras. A maior delas – a de Pirapora ou Pirapó Grande – só se alcançava, em geral, no segundo dia de viagem. Aqui era aliviadas as canoas, seguindo os volumes por terra, até o ponto onde a navegação já não encontrasse maiores estorvos¹⁸⁹.

Podemos questionar o porquê de um historiador que foi pouco afeito a narrar diletantemente incursionar numa descrição paciente de travessias de cachoeiras que custavam quatro meses. Provavelmente, Sérgio Buarque de Holanda se entusiasmou pela possibilidade de convergir a investigação histórica ao interesse etnográfico. Valendo-se de uma série sem síncope geográfica, o ritmo narrativo de acompanhar a canoa do começo ao fim de sua jornada, gera significado por mimetizar com sua latência nas páginas a energia humana dispendida para tal excursão ao Brasil central. O leitor que enfrentar esta narrativa, sentará na popa da canoa monçoeira, e sairá abatido pela vertigem de se conhecer em número e sequência todos os obstáculos fluviais da viagem. Desta experiência de leitura, surge a duração significativa na narrativa para a descrição da viagem de monção.

OS ALICERCES DA CASA-GRANDE

¹⁸⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P.109.

Roland Barthes no artigo “A Modernidade em Michelet” afirmou que a história de Jules Michelet é “sensual”: sua narrativa se valeria de uma imaginação “corpórea”, em que a natureza é “constritora”, operando em prol da unidade narrativa entre a expressão do espaço e a compreensão histórica. Este seria um processo do conhecimento oposto a abstração das ciências humanas que intencionam compreender pela “descorporização” do conhecimento¹⁹⁰. A paisagem brasileira como figura de compreensão da formação histórica da sociedade brasileira surgiu em diversos momentos dos estudos sociais brasileiros como tópica de narrativa e figura de compreensão. Na década de 1940, fosse pelos vieses partidários, do romance engajado da militância comunista brasileira, estudos sociais nacionalistas, ou dos estudos que buscavam uma expressão desvinculada de direções partidárias, em todos eles significar o tempo em processo pela paisagem se tornou caso muito recorrente, e evidente código narrativo.

Dito isso, encaremos o fato de que *Raízes do Brasil* abre sua narrativa com o signo da paisagem:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências¹⁹¹.

Paisagem sendo processada, como metáfora histórica da América, parece sempre remeter a uma relação da sociedade com o território em que a população vive a crise perpetuada de impasse de sua ação de ocupação (entre as tradições em convergência).

Na obra de Sérgio Buarque de Holanda, a exemplo da narrativa da viagem monçoeira pelos acidentes do percurso, as figuras de paisagens do Brasil desempenham a função de figurar a transitividade do tempo histórico. Citamos outro exemplo: Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, ao dissertar sobre as ideias liberais na sociedade imperial¹⁹², alentou para as adaptações pelos quais passaram as “modas europeias” até se alinharem ao tradicionalismo luso-brasileiro na República. Para o efeito de expressar o tempo histórico deste processo que chega até ele, a figura que coligiu os fatos se fez em nome de ícones da paisagem brasileira: *Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa-grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes*¹⁹³.

¹⁹⁰ BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2012. P. 265.

¹⁹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 31.

¹⁹² Ibid., Pp. 83-87.

¹⁹³ Ibid., p. 87.

Gilberto Freyre teria anteriormente traçado paralelo entre a sociabilidade dos sobrados de Recife do século XIX com a da “casa-grande”. Contudo, não auferiu para uma mentalidade específica, independente da pujança dos proprietários de terras, conforme fez Sérgio Buarque de Holanda. Evidente o antagonismo das figuração da paisagem entre Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: toda narrativa histórica de Sérgio Buarque de Holanda está expressa pelo signo da mobilidade, transformação da paisagem, e improvisação da cultura; toda figura histórica de Gilberto Freyre parte da relação do tempo com a fixidez e estabilidade de uma sociedade apegada a substâncias pródigas do solo, e que constrói a história contínua de lenta acumulação material e enraizamento das artes liberais aos trópicos.

Na obra de Gilberto Freyre, a estrutura dialética imposta pela pobreza e energia “da senzala” x pujança e indolência “da casa-grande” permitiu a ele construir uma narrativa regular de contraposições que se intensificam até se deflagrarem numa expressão erótica antagônica à aridez da natureza gasta das posses do engenho. Tornou-se, pela engenhosidade desta narrativa, uma constante no pensamento de Gilberto Freyre que os alicerces de construções coloniais do Nordeste sustentem a ideia de constância e tradicionalismo da sociedade açucareira, enquanto a paisagem conservava o signo lúgubre e sensual da história processada:

O triângulo rural – engenho, casa, capela – se impôs à paisagem do Nordeste de massapê, como a sua primeira nota de ordem europeia. A água dos rios e dos riachos da região se subordinou ao novo sistema de relações entre o homem e a paisagem, embora conservando-se cheia de curvas e até de vontades¹⁹⁴.

Ícone da latência das tradições coloniais no Brasil desde *Casa-Grande e Senzala*, o engenho de açúcar, mesmo quando Sérgio Buarque de Holanda o “arrasta” para os sertões e cidades, funciona sempre como signo da presença indissolúvel na história dos motivos coloniais da ocupação da América. A “casa-grande teórica” que se faz sentir nos casarões em chapadões do interior do Brasil ainda que implicasse o abandono da simbologia marcante do engenho de açúcar (construções coloridas de cal cercadas por maquinários rudimentares, e uma população de gente trazida à força e mantida prisioneira), mostrou continuidade microfísica na violência de seus meios e ganâncias de seus objetivos. Conforme a descrição de um engenho feita por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, vemos que o espírito da “casa-grande” e a casa-grande do engenho não chegou a motivar polêmicas entre estes historiadores:

¹⁹⁴ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004. P. 59.

Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde se rezava missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre-mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela com que se recebiam os hóspedes, frequentemente agasalhados, procedia das plantações, das criações, da caça, da pesca proporcionadas no próprio lugar¹⁹⁵.

Sérgio Buarque de Holanda interpretou que a arquitetura sólida e hierarquizada dos engenhos de açúcar carregava consigo funções na micropolítica da economia do açúcar que eram dispensáveis para a economia no interior do continente. Em *Raízes do Brasil*, a narrativa da mobilidade da cultura na história ao levar esta “casa-grande da zona da Mata” a penetrar o continente americano, desenlaçou dela somente a pujança da arquitetura colonial, dispensável neste meio, sem desfazer de sua arquitetura as funções a vigília e coerção da população das fazendas.

Tal sentido, penetrante na paisagem brasileira, que emerge da arquitetura colonial, está presente em *Tristes Trópicos*, de Claude Lévi-Strauss. Neste livro de testemunho de viagem pelo Brasil, há um comentário sobre a distribuição da população no território ocupado da Colônia, onde se diz que a população pobre dividia as terras piores enquanto fazendeiros, membros da classe dirigente, dividiam as terras melhores, incorporando a seu entorno os servos¹⁹⁶, que funcionam segunda a “microfísica” de poder de tipo “casa-grande”, onde se entende que a casa do senhor de engenho, ambiente da indolência e prodigalidade, tem à sua margem as moradas da população coagida ao trabalho de subsistência, desenhando idealmente a arquitetura de vigília, hierarquia e paternalismo no Brasil.

Monocultura, escravidão, e matas virgens

Para Caio Prado Jr., a grande propriedade lavrada por trabalhadores dependentes, escravos ou assalariados, representa o sistema de organização agrária que do passado colonial ao presente vem dominando os trópicos¹⁹⁷. A ideia desta empresa colonial demonstra-se na paisagem do colonialismo, sintetizando sua ideia no “modelo freyreano”, de opressão colonial e produção de riquezas, quase unânime entre os historiadores:

¹⁹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 80.

¹⁹⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Cia das Letras. São Paulo: 1996. P. 107.

¹⁹⁷ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Livraria Martins, 1942. Pp. 114-5.

Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e como consequência necessária, daqueles fatores. Aliás em todas as colônias em que concorrem, não só no Brasil, tais caracteres reaparecem¹⁹⁸.

Para Caio Prado Júnior, a fundação da economia colonial foi tão arraigada sobre estes alicerces, que em nenhum momento houvera iniciativa na Colônia de organizar o campo para a consolidação de um campesinato. Toda empresa colonial derivaria da procura dos reinos europeus em implantar os produtos do Oriente em grande escala nas regiões tropicais da América:

A monocultura acompanha necessariamente a grande propriedade tropical; os dois fatos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial e por isso altamente lucrativos¹⁹⁹.

Da mesma opinião era Gilberto Freyre, para quem a monocultura não promovera uma sociedade rural, pois não consolidou o tempo necessário para que a vida social confluísse com a natureza onde se impõe numa relação de equilíbrio mútuo, que ele afirma ser traço das sociedades “verdadeiramente rurais²⁰⁰”. Este argumento, sobre a falta de um caráter rural na sociedade colonial, está presente em *Raízes do Brasil*. Sérgio Buarque de Holanda dirá que não foi propriamente de agricultor a mentalidade que se instalou no trópico. Alheia de qualquer imaginação de promover-se na Colônia uma classe de campesinato, a paisagem colonial americana vista por Caio Prado Júnior foi definida pelo empreendimento monocultor, trabalho escravo e solos pródigos. Seriam os produtos tropicais ante qualquer outra coisa que determinavam o regime de trabalho escravo e o grande domínio agrícola. Eles se consolidaram na principal face das paisagens coloniais. Desta forma, Caio Prado Júnior se desvencilhou de sustentar ponto de vista determinista da geografia em relação a sociedade, o que nos permite ler em *Formação do Brasil Contemporâneo* a paisagem sendo determinada pelos traços gerais e “balizas” da história do sistema colonial.

A crise da sociedade colonial na passagem do século XVIII para o XIX é precisamente descrita por Caio Prado Júnior nos seus estudos sobre a ocupação do território brasileiro. Por via do contraste dialético entre a expressão do recorte histórico breve de “fim do século”, e a

¹⁹⁸ Ibid., p. 113-4.

¹⁹⁹ Ibid., p. 116.

²⁰⁰ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004. P. 81.

expressão substancial e genérica de três séculos, Caio Prado Júnior indicia na crise do “pacto colonial” a síntese do passado de longa duração:

O resultado desta política, reduzindo o Brasil à simples situação de produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional, acabou por se identificar a tal ponto com a sua vida, que já não se apoiava unicamente em nossa subordinação de colônia, já não derivava apenas da administração do Reino²⁰¹.

Toda a investigação de *Formação do Brasil Contemporâneo* está ligada à exploração detalhista das características do Brasil no último quartel do século XVIII, momento que Caio Prado Júnior entendeu ser precisamente aquele em que houve o mais forte desgaste das relações orientadas pelo “pacto colonial”, e que mostrou surgir o vinco de um primeiro desembarque de ideias liberais na América portuguesa. Por estas razões, a importância manifestada de se narrar precisamente a paisagem deste fim de século como síntese de três séculos de colonização²⁰². O efeito de contraponto entre a longa duração da história colonial e o colapso do “pacto colonial” visto em um quarto de século permitiu a Caio Prado Júnior evidenciar as contiguidades econômicas que enlaçam o século XIX “liberal” do Brasil Império com a vida social e cultural do Brasil Colônia.

Para além da leitura das fontes, a partir de seu próprio testemunho de viajante, conforme conhecemos de seus diários de viagem pelo Brasil, Caio Prado Júnior pôde conhecer “arqueologicamente” a cultura remanescente dos tempos coloniais que alcançaram a sua atualidade²⁰³. Portanto, não somente a história de *Formação do Brasil Contemporâneo* se deteve no momento de crise do “sistema colonial” no final do século XVIII, como a sua redação insinua a persistência dos caracteres coloniais na República brasileira, da então década de 1940.

ESTRADAS, POUSADAS SERTANEJAS E CÂMARAS MUNICIPAIS

As vias de comunicação para história intelectual com que nos ocupamos foram também via de se narrar a formação histórica da sociedade brasileira. Na narrativa de *Formação do Brasil Contemporâneo*, as estradas do Brasil tem o efeito de garantir a explicação histórica para além da síntese de uma época: a visualidade do tempo em processo. Ao descrever no capítulo “Vias de comunicação e transporte” as rotas que esboçavam a territorialidade do Brasil, ele distinguiu

²⁰¹ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Livraria Martins, 1942, P. 121.

²⁰² Ibid., p. 122.

²⁰³ IUMATTI, Paulo Teixeira. “Um viajante e suas leituras”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. N° 1 ano XLIII, 2007.

caminhos que surgiram na segunda metade do XVIII, orientados por um sentido vicinal entre territórios do Brasil continental movimentados pelo comércio de gado e muare, daqueles caminhos antigos da Colônia que conectavam o litoral ao interior em função da captura de populações indígenas distantes, e aos metais e pedras preciosas que intuía haver no continente.

A economia pecuária no interior do Brasil tivera suas primeiras experiências no século XVII, nas margens dos rios em regiões de cerrado, como foi o caso dos arraiais do São Francisco. A história dos tropeiros não se desprende diretamente desta experiência, vinha, posteriormente, da abertura de rotas que conectavam o Sul do País, o Brasil central, e portos do litoral. Dependente do genocídio e êxodo indígena, assim como das queimadas regulares que garantiam o predomínio da pastagem, a pecuária surge nas regiões de fronteira como uma economia posterior aos assentamentos de faiscadores. Para Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, tratar da economia pecuária no Brasil significou debater diretamente com Capistrano de Abreu, historiador quem primeiro notou a decadência do sertanismo errante, substituído pelo vaqueiro, viajante regular em função do transporte de tropas²⁰⁴. Na esteira deste mestre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda dissertaram sobre a cultura material e o cotidiano dos tropeiros, inferindo delas o conhecimento sobre a vida social na sociedade colonial, a penetração da economia colonial no Continente, e a persistência dos costumes no tempo.

As ricas descrições das tropas por Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda revelam mais uma vez a importância das fontes de relatos de viajantes na história intelectual do Brasil, visto que estes foram, principalmente quando inseridos na cultura da Ilustração, escritores de diários que anotavam atentamente os hábitos, perícias e impressões gerais sobre a cena vivenciada²⁰⁵. Os relatos de viajantes que abundam entre os documentos coloniais trazem, principalmente quando o viajante foi um naturalista, muitos pormenores que informam o historiador sobre a diversidade e eficiência das técnicas que vigoravam na sociedade colonial, conforme neste trecho em que Caio Prado Júnior cita relato de Saint-Hillaire:

A carga de uma besta é ordinariamente de 7 a 8 arrobas nas capitanias meridionais; para o norte (Bahia), observa Martius que não vai além de 4. Isto, em confronto com o que se passa na Argentina e no Chile, onde a carga vai até 4 quintais (16 arrobas), leva o naturalista à conclusão de que o clima tem uma influência decisiva

²⁰⁴ ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Ed Livraria Briguier, 1930.

²⁰⁵ Estes historiadores, que valorizavam o testemunho ocular no documento histórico, revelariam um paralelo de seus trabalhos com a historiografia no panorama mundial que se ocupou da cultura material da sociedade. No caso de Sérgio Buarque de Holanda, sua biblioteca contém alguns títulos da temática “história da técnica” com muitas marcas de leitura: KARSTEN, Rafael. *The Civilization of South American Indians*. London: Kegan Paul, Trench & CO., Ltd., 1926; MUNFORD, Lewis. *Technics and Civilization*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1934; TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in America History*. New Work : H. Holt, 1920.

na resistência e capacidade de transporte dos muares, diminuindo com o calor. Lembremos ainda a velocidade das tropas, que não vai em regra e em média, além de 5 a 6 léguas por dia²⁰⁶.

Estas fontes ficaram mais recorrentes no século XIX, quando estrangeiros circularam com mais recorrência no Brasil após o rompimento do “pacto colonial” com Portugal. A documentação deste período da história do Brasil por viajantes fornece ao historiador a descrição precisa e pormenorizada da economia e cultura da população sertaneja brasileira. Para Caio Prado Júnior, foram documentos com informações valiosas sobre as circunstâncias econômicas da transição do regime colonial para o regime imperial de status equivalente entre Portugal e Brasil. Neste sentido, entendemos que Caio Prado Júnior estudou as vias coloniais de tráfico intercontinental e litorâneo pela impressão dos viajantes que as enfrentaram, muitas vezes com o espírito irritado tendo em vista a opinião unânime de todos sobre a péssima conservação das vias:

Em conjunto, eles percorreram pode-se dizer que toda a colônia; unindo-se as relações de st. Hillaire, Martius, Koster, Luccock, Maximiliano, e Pohl, as principais a este respeito, tem-se a descrição detalhada de todas as vias de certa importância, porque eles foram em tal matéria de grande particularidade. Fruto muitas vezes dos maus momentos que lhes proporcionavam as péssimas estradas coloniais: iam para os diários seus desabafos de viajantes mal-humorados pelas dificuldades do caminho²⁰⁷.

A conclusão genérica destes relatos foi de que os caminhos terrestres eram estreitos, sujeitos a atoleiros nas épocas de chuva; que as vias fluviais enfrentaram as sazonalidades dos volumes de água, e de que as estradas ladrihadas foram tão raras que foi possível citá-las numa breve lista²⁰⁸. A conservação das vias foi raridade, revelando a disfunção social para deliberar sobre o tema. Enquanto as estradas permaneciam como uma conquista da persistência dos pés macerando o piso, os atoleiros se multiplicavam e a vegetação cobria os caminhos, que em pouco tempo se tornavam vestigiais.

A sociabilidade do povoamento do Brasil central foi extensivamente estudada por Sérgio Buarque de Holanda. Seu livro *Monções* é até hoje o estudo mais relevante sobre a sociedade edificada em torno das canoas destinadas ao comércio com o Mato Grosso no século XVIII. Dissertação sobre as rotas fluviais que guiavam a Colônia para as minas de ouro do Mato Grosso, as estradas são introdutoriamente tematizadas para tratar da administração colonial:

²⁰⁶ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1965. P. 260

²⁰⁷ Ibid., p. 253.

²⁰⁸ Ibid., p. 254.

Nada indica que os trabalhos de reparo e conservação das estradas mais importantes – trabalhos feitos, a princípio, de mão comum, pelos moradores, e quase só até onde chega o poder efetivo das câmaras municipais – pudessem modificar apreciavelmente a fisionomia e o caráter próprio desses caminhos²⁰⁹.

Ao tratar das estradas, vemos ser tematizada no texto a manutenção do patrimônio de uso comum na sociedade colonial, o que abrange o debate sobre a infraestrutura da Colônia. Sérgio Buarque de Holanda viu exagero nas interpretações feitas por segmento da historiografia brasileira sobre o papel desempenhado pelas câmaras municipais. Estava com certa razão, visto que a historiografia de seu tempo representada por Alcântara Machado, Oliveira Viana, Taunay, Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis, tencionou por suposições sobre consistir as câmaras municipais em órgãos republicanos primitivos, mas do mesmo espírito da sua atualidade e que, no futuro delas, estaria a expressão nativista brasileira. Sérgio Buarque de Holanda se colocou fora deste debate, e coube, principalmente, a Caio Prado Júnior assentar as câmaras municipais naquilo que eram, antes de qualquer outra coisa: instituições de funcionamento muito mezinho, tal como controle de almoxarifado, contabilidade de alguns impostos, pagamento de soldos, fiscalização dos alvarás de comércio, controle alfandegário, etc²¹⁰.

A historiografia que problematizou o “uso comum” e o “bem público” no Brasil manifesta conexões paralelas do seu assunto com o “plural” da obra de romancistas nordestinos, pois estes, como foram os casos de Graciliano Ramos e José Lins do Rêgo, elaboraram a paisagem das estradas do Brasil enquanto figura da miséria de nossa concepção de “comum” e “público”.

A literatura moderna de escritores nordestinos esteve nas décadas de 1930 e 1940 voltada para a paisagem rural do Nordeste. Ora o Semiárido e ora a zona da Mata, a cena sempre envolve a sociabilidade onde os rituais e os recursos dos indivíduos reproduzem com um vigor tradicional as desigualdades entre os seres. Vê-se no romance moderno nordestino como um de seus pontos fortes, ainda que por um enquadramento regionalista, ter apresentado pela ficção as forças que atuam e que especificam a relação do homem com o meio no Brasil.

Graciliano Ramos em *São Bernardo* nos revela pelo romance o sufocamento da sociedade brasileira, imersa sempre dentro da lógica alheia a si, entre uma cerca e outra²¹¹. Nas cidades, nada podia seguir à risca efetivamente o conceito republicano de público: os espaços de convívio restringiam-se a direcionarem-se às finalidades do comércio e encontro da pequena burguesia. A

²⁰⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P. 44.

²¹⁰ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 1965. P. 315.

²¹¹ RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1988.

afirmação do público talvez esteja completamente negada, salvo naquilo que é inevitável: as estradas restariam como a representação do bem público no Brasil, pois indispensáveis: foram o precipício para suas linhas dos povos desgarrados das fazendas, e persistem sendo o espaço compartilhado mais significativo do Brasil. No Nordeste do romance *Fogo Morto*, de José Lins do Rego, os “donos da vida” quando vexados de suas pobreza, se deixam confinar nas casas da fazenda; já os pobres, temerosos de qualquer sobressalto para fora da ordem, visto a violência processada no tempo que os coíbem, não se arriscam para além das margens das estradas. O ponto de vista sobre o engenho da personagem filha do “Seu Tomás” representa este drama: *Tudo era agora aquela mansidão, a pobreza de uma casa-grande que se escondia das vistas dos outros. Sim, todos ali viviam a se esconder dos ricos e dos pobres*²¹².

Nesta investigação, em que cruzamos obras de história, crônicas e romances, notamos que o fracasso de deliberações tão simples, como a conservação de uma estrada, foram recorrentemente apontados por intelectuais numa série de casos em que, no Brasil, o privado e o público antagonizam. As estradas, sempre que foi assunto de estudos sociais, trouxeram à tona no texto a relação específica do brasileiro com o bem público, sugerindo que a partir dela irrompa no texto um código narrativo importante na história intelectual do país.

A historiografia paralela aos romances modernistas deteve sua atenção para a relação dos seres sob a égide da Colônia com as instituições da sociedade. Cruzando a crítica moderna da sociedade brasileira com a investigação histórica do passado colonial, podemos suspeitar sobre o quão pouco ancorado no uso comunal dos bens públicos estiveram as instituições do Brasil. Entendemos que, caso traçado o paralelo da crítica histórica da “cultura colonial” e “administração colonial” que encontramos em Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, com a crítica social estabelecida da literatura modernista de autores do Nordeste, nos deparamos com o signo de continuidade que conecta a Colônia em que a administração municipal da Colônia paralisava em dificuldades para realizar melhorias nas vias da municipalidade (algo, seguramente, muito simples frente a outros desafios potenciais) com a restrição do acesso dos bens públicos ao povo na República. Na década de 1940, tanto para a historiografia quanto para o romance da literatura brasileira, a relação do “brasileiro” com a coisa comum sugeriu a duração de uma especificidade, mesmo após o fim do “pacto colonial”.

Pensar a manutenção das estradas no Brasil foi, portanto, um problema central da intelectualidade desta época. Conforme vimos, as estradas tem o potencial para engrenar o debate sobre o “lugar do comum” na sociedade, e sobre que conceito de público vigora no Brasil. Afora o

²¹² RÊGO, José Lins do. *Fogo Morto*. Rio de Janeiro: José Olympo Editor, 1997. P. 165.

espaço institucional da municipalidade e da paróquia, encontram-se, adentrando o interior do continente, a civilização que perambula na natureza agreste sem deixar muito além de uma condição liminar para o deslocamento de homens preparados para a “guerra”, o que não dá garantias para a circulação de mercadorias.

Sérgio Buarque de Holanda quando dissertou em *Monções* sobre o empreendimento de navegação que demandava quatro meses, tematizou o lugar das soluções comunais na Colônia pelos desafios desta empresa, que exigia um auto grau de confiança entre os membros e fiadores destas comitivas. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda havia expressado opinião a respeito do trabalho colaborativo na Colônia. Para ele, a escravidão impactara a nossa sociedade, tornando-a psicologicamente incapaz de grandes esforços colaborativos, em grupo, como foram os casos dos grêmios profissionais que abundavam no Peru²¹³. Não seria de espantar que os engenhos estivessem preparados para realizar quase todo tipo de serviço de manutenção e confecção. A coexistência do comércio de monção com a dificuldade micropolítica da sociedade colonial para estabelecer nas praças municipais uma variada oferta de serviços e deliberar em conjunto coisas simples como a manutenção de uma estrada²¹⁴, construção de uma ponte, condições sanitárias dos abatedouros, etc., implicou a irrupção do código narrativo mais comumente subjacente à abordagem das estradas do Brasil.

Empregamos o conceito de “comum” para descrever estes lugares da economia em que a ação depende do compartilhamento de tarefas, disciplina na função e de colaboração do grupo, como ilustrou a rotina cautelosa na canoa, em que os postos da canoa deveriam ser cumpridos com perícia e empenho para que a missão de comércio lograsse chegar ao destino:

Era regra, durante as viagens, ir o piloto de pé, no bico da proa, o proeiro da mesma forma e cinco ou seis remeiros, também de pé, distribuídos pelo espaço livre de carga, que media, junto à proa, pouco mais ou menos 2,5 metros. À popa, em espaço de tamanho correspondente a esse, amontoavam-se, mal abrigados, os passageiros²¹⁵.

A canoa foi um artefato de transporte apertado, úmido, e vulnerável a assaltos e acidentes do trajeto do rio. Sem uma relação que se impusesse sobre a estratificação da sociedade para que os membros da equipe operassem empenhados, a empreitada monçoeira se veria constantemente em risco de se perder. Conforme nos apresentou Sérgio Buarque de Holanda, estas relações

²¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 57.

²¹⁴ O historiador Stuart Schwartz em *Segredos Internos*, nos relata como a manutenção das estradas se tornou uma celeuma crônica no Brasil colonial. Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Ed. Cia das Letras, 1988. P. 108.

²¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P.107.

colaborativas da expedição monçoeira não significavam a licença episódica dos platôs sociais da sociedade colonial, mas o acréscimo a ela de disciplina rigorosa ao exercício de funções que requisitavam maior atenção, o que foi, salvo exceções (como para o caso do fabrico do melaço no engenho de açúcar), estranha para o sistema de coerção ao trabalho do regime colonial:

Não se pode dizer que durante o século XVIII, quando foi mais intenso o comércio fluvial do Cuiabá, os serviços a bordo das canoas despertassem vocações numerosas. O engajamento dos homens que se empregavam na mareagem, especialmente em expedições reíguas, tem mais de um ponto de semelhança com aqueles recrutamentos militares da mesma era, tão tristemente célebres na história de São Paulo. Não se exagera ao afirmar que o duplo significado da palavra “galé” valia aqui em toda a extensão, e conta-se de muitos remadores que, trabalhando ordinariamente nus da cintura para cima, costumavam untar-se de gordura, a fim de não poderem ser facilmente agarrados quando tentassem fugir²¹⁶.

A comitiva monçoeira neste aspecto lembrou em muito a sertanista: para ambas, os postos eram parcialmente ocupados por gente desgarrada das fazendas que facilmente poderiam ser acusados de vadiagem e empregados coercitivamente nas fileiras das expedições. Tal como as expedições sertanistas, os monçoeiros levavam consigo somente o necessário, dependiam da caça e coleta, improvisavam acampamentos nas margens de rios²¹⁷, esquivando de mosquitos ao trepar redes a mais de 4 metros nas árvores, descansando ao sono leve de quem se põe alerta para o perigo imprevisível.

Entretanto, diferente dos sertanistas, os monçoeiros se arriscavam mais: ao se exporem entre as margens dos rios, colocavam-se vulneráveis ao assalto de indígenas. Os ganhos do comércio com as comunidades de mineração suscitavam no espírito desafiar os perigos, e confiar todo o capital na perícia do proeiro da embarcação, de quem se esperava ter na memória os encachoeiramentos e saltos dos rios, valendo-se disso para prevenir acidentes²¹⁸. Velhas profissões sertanistas como a do *mateiro*, e canoas bem armadas para suportar o risco do assalto indígena²¹⁹ foram as garantias para um investimento de alto risco. A sociedade que suportava tais empresas contava com ganhos daqueles que podiam lograr frente a outros que nunca terminariam a travessia. Muitas embarcações, incluindo alguns memoráveis comboios, foram interceptadas todos os anos pelos indígenas (revela-nos Sérgio Buarque de Holanda que no século XVIII foram mais

²¹⁶ Ibid., p.100.

²¹⁷ Ibid., p. 92.

²¹⁸ Ibid., p.108.

²¹⁹ Ibid., p.123.

de quatro mil os mortos na travessia²²⁰), o que levou Sérgio Buarque de Holanda a interpretar que os indígenas souberam adaptar-se à presença dos colonos ao aproveitarem da vulnerabilidade deles para a pilhagem. A lenda guaicuru transcrita em *Monções* é a fabulação do destino deste povo de comportar-se como adversários da Colônia, traduzindo em interessante paralelismo de uma economia predatória em relação à outra:

Enriquecidos desse órgão [o cavalo], puderam os guaicurus tornar-se facilmente temíveis às outras tribos, bem assim como aos cristãos. Desenvolveram-se neles, ao extremo, o gênio vagabundo, o temperamento agressivo, a vocação invencível para a rapina. É expressiva, a esse propósito, uma das tradições de sua mitologia, onde se narra a criação do mundo e dos homens. Segundo tal tradição, o Grande Espírito, ao formar os seres humanos, teve o cuidado de dar a cada povo um atributo particular, Aos brancos, por exemplo deu o gosto pelo comércio. A outros, a aptidão para a lavoura. O guaicuru, que fora esquecido na partilha, teve de sair à procura do Grande Espírito, a fim de conhecer sua sina. Correu interpellando bichos e plantas. Ao cabo da longa peregrinação, deu certo dia com o gavião caracará, que assim lhe falou:

- Queixas-te sem motivo, pois teu quinhão é o melhor. Uma vez que nada recebeste, trata de tomar o que pertence a outros. Esqueceram-se de ti, e por isso deverás matar todos aqueles que surjam em teu caminho.

O guaicuru não deixou de cumprir o conselho e, para começar, matou a pedradas o próprio caracará. Desde então pôs sempre seu orgulho em saber praticar À risca as lições do infortunado mestre. A violência, a agressividade, a rapinagem, tornaram-se, assim, virtudes nacionais, que ele procurou exercer indiscriminadamente contra todos os que se intrometiam em suas terras²²¹.

No trajeto regular alguns pousos seguros contra o assalto indígena se formavam²²². A mesma ordem que exigia a cooperação nas travessias foi a que promoveu nas pousadas sertanejas a cooperação despertada pelo avesso da rotina fluvial: pelas necessidades de descanso e boa alimentação da comitiva. Constituía estes pousos em espaços aparentados aos arraiais. Eram fazendas que reuniam condições de alimentar, hospedar, divertir, realizar missa e confissão para os navegantes. Neles, se bebia a aguardente, comia-se fartamente, tocava-se a viola, fazia-se negócios, informava-se dos acontecimentos, proseava-se e fabulava-se sobre a “cultura monçoieira”. Embora fossem poucos estes pousos na jornada de quatro meses de canoagem, eles

²²⁰ Ibid., p.131.

²²¹ Ibid., p.131.

²²² Ibid., p.115-6.

sempre surgiam em locais estratégicos, como foi o caso da fazenda Camapoã, próxima a “lagoa da Sanguessuga”, ponto que dava passagem por estrada, larga suficiente para carros de boi, conectando o rio Pardo com a bacia do rio Paraguai por trajeto de 15 km²²³:

Em poucas horas de trajeto, por entre capões de mato e campos cerrados, chegava-se à sede da fazenda de Camapoã, junto ao ribeirão do mesmo nome. Era aqui que os viajantes tratavam de reformar seu mantimento e retemperar energias para o prosseguimento da jornada²²⁴.

Nas monções como nas expedições sertanistas, alguns suavam mais que outros, uns logravam riqueza enquanto muitos outros dirigiam seu pensamento para a oportunidade de descanso, furtando-se da comitiva monçoeira. Contudo, alguns castigos, como a dureza da vida embrenhada na selva, atingia a todos igualmente, e a necessidade de sobrevivência levava a silenciar o ódio recíproco e colaborar com tenacidade no trabalho. O medo do assalto de indígenas, dos animais perigosos, do mistério suscitado da confusão dos sentidos, surtiem como disciplina para a empresa monçoeira, movida pela ganância, cautela e desafio, como se fosse um misto da travessia comercial para Potosí com a travessia dos Andes até a foz do rio Amazonas, penosamente lograda pelo espanhol Francisco Orellana. O sentido de cooperação, como se pode deduzir desta empresa, era eficaz mas socialmente frágil, fundado numa necessidade imperiosa. Pode-se entender, como fizera Sérgio Buarque de Holanda, as razões da falta de continuidade desta cultura. Movida por motivos que não eram mais encontrados, a experiência odiosa de arriscar a vida em função de um comércio “miriádico” logo foi esquecida pela memória popular, restando apenas as lendas dos seres misteriosos dos rios e a cultura de ódio aos indígenas tão característica do Brasil central:

A verdade é que as monções nunca chegaram a deixar, nos hábitos e na vida social do paulista, nenhuma dessas marcas de vivo colorido, que nascem de uma intimidade grata e quase lírica entre o homem e sua ocupação mais constante. Faltou-lhes a vida fluida, rica de formas, que brota do esforço livremente consentido e que floresce nas lendas, nos usos e nas tradições do povo. A psicologia de nossa gente rude não a acomodava aos rios, como não a acomodou verdadeiramente ao solo. Os próprios nomes que se davam às canoas das monções, pelo menos os raros de que ainda há notícia, eram lamentavelmente prosaicos e não denunciavam certamente uma raça de navegantes. Alguns – *Perova*, *Ximbó*; nomes de árvores serviçais, não de mulheres, nem

²²³ Ibid., p. 90-1.

²²⁴ Ibid., p.124.

de flores, nem de santos – pretendiam tão somente designar a qualidade da madeira de que eram feitas as embarcações²²⁵.

As canoas de monções, fora a magnificência de algumas embarcações de “uma tora só” de dimensões enormes, destinadas a abocanhar pragmaticamente a mercadoria, jamais mostrariam o desfecho artístico das embarcações dos rios do Norte de Minas Gerais e Bahia, onde as belas carrancas e hábitos regulares de festividades revelava maior penetração do hábito fluvial na cultura popular. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, uma febre tifoide em 1838 daria um golpe derradeiro nas sociabilidades e cultura do território das monções²²⁶. No Brasil central, o tempo testemunharia o desaparecimento da cultura fluvial e das gigantes perobas das margens dos rios, derrubadas e trabalhadas em canoas inteiriças. Restam, atualmente, poucos registros materiais de um século em que estes objetos decidiram o domínio colonial sobre o centro do continente.

Cabe a nós comentar que entendemos que é sintomático que a história das monções seja episódio de difícil compreensão sobre o nosso passado, uma vez que ela parece ser estranha à economia dos tropeiros que se impôs progressivamente quando a mineração de Cuiabá vinha mostrando declínio. A economia pecuária e as travessias de tropas de gado e muares pelo Brasil deixaram muitas impressões mais latentes e que nos alcançam, obliterando este passado das monções a ser reconhecido como um episódio circunscrito da história colonial, no qual a tenacidade não suscita heroísmo e a lembrança não é vivificada pelo registro da fábula.

A AGRICULTURA QUE MINERA

A profundidade do solo para Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre foi elemento decisivo sobre o tipo de ocupação colonial de um território. Sérgio Buarque de Holanda apontara em *Raízes do Brasil* (1947) o solo de pouca profundidade como razão de uma agricultura rudimentar, sem arado, e Gilberto Freyre em *Nordeste* (1937) apontou para o solo profundo do massapê como base da estabilidade dos engenhos de açúcar. Sobre o solo da zona da Mata, a sociedade que se formaria no decorrer da história da Colônia mostraria vínculo mais gregário com a terra do que de outras regiões onde a pobreza do solo condicionava o deslocamento dos colonos sobre a Mata Atlântica:

A riqueza do solo era profunda: as gerações de senhores de engenho podiam suceder-se no mesmo engenho; fortalecer-se; criar raízes em casas de pedra-e-cal; não

²²⁵ Ibid., p.103.

²²⁶ Ibid., p. 98.

era preciso o nomadismo agrário que se praticou noutras terras, onde o solo menos fértil, esgotado logo pela monocultura, fez do agricultor quase um cigano sempre à procura de terra virgem²²⁷.

Na esteira de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda investigou a história da agricultura do colonizador, perspectivando-a pela técnica e meio ambiente. No seu turno, a técnica indígena somava-se ao comércio Atlântico e a degradação irrecuperável dos recursos da terra na formulação do problema histórico:

Numa produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para as necessidades do consumo externo, teriam de prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos. Só com alguma reserva se pode aplicar a palavra “agricultura” aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valera o indígena em suas plantações²²⁸.

A resultante deste encontro de grande entroncamento cultural teria sido a criação de uma agricultura em solo americano própria para a satisfação da demanda do Atlântico, tornando a monocultura colonial na América a prática intercambiada de técnicas africanas, indígenas e portuguesas. Em termos gerais desta “fronteira” colonial, combinou-se métodos agressivos da agricultura indígena, destinada a pequenas áreas, com as metas de produção que visavam atender as demandas do mercado Atlântico. Para Sérgio Buarque de Holanda, a realidade do campo seria ditada pelos resultados de uma adaptabilidade do colono numa cena de escassez de recursos que se generalizara no Brasil, o obrigando a avançar sobre a “mata virgem”:

A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável²²⁹.

A história das técnicas no Brasil estaria para Sérgio Buarque de Holanda condicionada pelo acaso e a necessidade. O habitante da Colônia abandonava e adotava uma nova técnica, indiferente à matriz cultural de sua origem, sendo o critério que orientava o progresso técnico apenas a conveniência e necessidade momentânea. Neste sentido, muito do que se constituía como

²²⁷ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004. P. 47.

²²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Economia colonial I”. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova História*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. P. 69.

²²⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 49.

progresso técnico da sociedade tinha o risco de ser abandonado, perdendo-se a chance de se estabelecer na história uma continuidade da experiência com a técnica²³⁰. Esta é uma das principais mensagens do livro *Monções*. A este respeito, Antonio Candido em “Sérgio em Berlim e Depois” destacou a notoriedade deste enfoque de Sérgio Buarque de Holanda: *Nunca se tinha visto no Brasil uma corrente hermenêutica de tanta intensidade ligar o esclarecimento das relações sociais à aparente insignificância do gesto, do instrumento, do artefato*²³¹.

Ao Sérgio Buarque de Holanda delongar-se na descrição de minúcias da cultura material, como os sistemas de travessia de rios empregados por sertanistas no século XVII, como foi o caso dos “molhos”, mecanismo de boias trançadas numa rede que auxiliavam o viajante a atravessar o rio, ele está nos intimando a compreender que na duração longa da Colônia, mesmo uma cultura estável poderia se perder, deixando poucos registros de sua rotina, artefatos e técnicas frente aos novos que se impõem por uma economia sempre pragmática em face da precariedade e riscos de malogro dos investimentos.

A canoa de casca, artefato emblemático do ambiente “de fronteira”, foi a tecnologia ideal para enfrentar as dificuldades da selva e pouco foi alterada no decorrer das monções. Solução pragmática, podia ser fabricada em qualquer ponto da viagem desde que contasse com uma árvore de madeira adequada, isto é, de madeira leve e tronco largo. Seu peso permitia ser carregada pelos ombros, se necessário, podia ser abandonada²³². Era, pela sua configuração, ideal para a maioria dos rios brasileiros: suportava os trechos acidentados e superava passagens estranguladas dos rios²³³. A mineração do Mato Grosso contou com a tecnologia indígena de fabrico de canoas, ocasionando a elas poucas alterações. A canoa de casca foi o cerne da estrutura que, com o tempo, adquiriu quilha, mosquiteiro, cumeeiras cobertas de lonas²³⁴. Em *Monções*, a economia colonial é revelada se valendo em todos os seus episódios da apropriação da cultura indígena para manipular os ecossistemas americanos a fim de sobreviver e deles extrair riquezas. Esta constatação foi possível devido ao conceito de fronteira que Sérgio Buarque de Holanda estabeleceu. Neste sentido, a cultura indígena não somente dotara com a experiência para sobrevivência na selva o colono americano, que a esta altura expressava a mistura étnica de séculos (portanto, existencialmente “fronteiriço”), como o possibilitou fabricar utilitários adequados para a existência do “aventureiro” imerso na natureza selvagem.

²³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Le Brésil Dans la vie Americaine”. 1954. 23p. (cópia datil.) (anexo tradução c/anot.ms.; publicada no *Journal de Genève*). SIARQ-UNICAMP, Pi 173 P17, P. 3.

²³¹ SOUZA, Antonio Candido de Mello. “Sérgio em Berlim”. In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2011. P. 247.

²³² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. Pp. 48-9.

²³³ *Ibid.*, p. 47.

²³⁴ *Ibid.*, p. 60.

Até onde podemos averiguar, Sérgio Buarque de Holanda em sua obra posterior a *Monções* considerou a história da cultura material através do convívio criativo das técnicas europeias com as técnicas indígenas. Conforme a paisagem se transformou com a duração e expansão da sociedade colonial, a cultura indígena adaptada na história para a vida regular em uma paisagem selvagem, de recursos regulares, perdeu sua eficácia. A cultura monçoeira passou por este mesmo efeito do tempo histórico. Transcorrido certo tempo da atividade colonial, as canoas tal como fabricavam os indígenas deixaram de ter sua serventia ideal para a função do comércio entre o Sul e o Brasil central. Não se tratava de sua navegabilidade, que até esse momento era insuperável, mas das condições de sua produção e do conteúdo por elas transportado. Simples de produzir, podendo ser fabricadas onde quer que encontrassem uma árvore adequada, requerendo para isso pouco além de um objeto para lascar a madeira e uma fogueira, com o tempo, sua produção encontrou dificuldades. Não porque sua técnica variou, mas porque as árvores para sua produção tinham de ser suficientemente largas para transportar um volume considerável de mercadorias. Após quase um século de navegação, estas árvores desapareceram das margens dos rios.

Estes sinais da prodigalidade da natureza da qual se valeu toda a cultura indígena se dissiparam da paisagem americana colonial, tornando esta cultura pouco em pouco defasada para as finalidades coloniais de conquista de riquezas do continente. Tendo em vista que o conceito de fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda evidencia a reunião da lógica mercantil europeia com a cultura indígena, o aspecto que este conceito mais esclarece na história colonial do Brasil foi que a transformação da paisagem americana pela economia que se assentava nela impunha a defasagem cíclica das técnicas que a Colônia se valia para explorar a natureza. Em outras palavras, o conceito de fronteira aponta para as alterações profundas nos ecossistemas, levando a nova adaptação periódica da sociedade com o meio. Desta forma, o sertanista, o proeiro das monções e o tropeiro são denominações para este processo histórico da sociedade que se viu diante das situações de dificuldade precipitadas com a exaustão causada pela economia colonial.

A paisagem como código narrativo

Sempre comprometida com as garantias dos rendimentos dos produtos destinados ao mercado Atlântico, a América cada vez mais se preenchia, no ritmo e duração da economia colonial, com a paisagem degradada do Brasil. A atividade colonial foi para todos os efeitos a agricultura de tipo agressivo ao solo e de menores riscos quanto a inversão de dinheiro e bens no crédito concedido a seu manejo. Os intelectuais de meados do século XX, pelos muitos indícios na

paisagem brasileira do processo de transformação da natureza em torpor para a natureza exaurida, figuraram o tempo em processo pelo testemunho e descrição da paisagem, desdobrando dela uma metáfora do tempo histórico.

Levando em conta que a linguagem praticada por intelectuais brasileiros inferia da paisagem degradada do Brasil a marca do que há de mais perene na sua evolução histórica, entendemos que, ao tratar da agricultura colonial, Sérgio Buarque de Holanda fez da paisagem do Brasil espelho da expressão do tipo ético “aventureiro” na sociedade colonial. É isto que parece comunicar em passagem conclusiva:

O princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteava a criação da riqueza no país não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios²³⁵.

No capítulo “Herança Rural”, de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda criou a imagem histórica da Colônia prolongada no Império em que as fazendas rústicas do Brasil coordenaram a história, sendo as cidades apenas dependências das fazendas. Compreende-se as duas imagens consolidando uma unidade de sistema econômico de longo perfil histórico. A evolução urbana no Brasil no século XIX, mesmo considerando a especulação imobiliária nascente no Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, não viu uma ruptura dos cidadãos residentes nas cidades com a economia latifundiária que gestava o poder no Brasil.

Praticamente em toda a obra de Sérgio Buarque de Holanda, a paisagem brasileira surge como evidência do passado colonial. A latência do signo da exploração que as classes dirigentes exerceram sistematicamente no Brasil, da Colônia à República, está implicada a todo momento em que Sérgio Buarque de Holanda tematizou a degradação ambiental. Vê-se isto sempre que a degradação ambiental modula a paisagem brasileira enquanto código narrativo. Através deste código, sua obra tem como um dos traços mais marcantes possibilitar pensar as práticas capitalistas gestadas na modernidade do Brasil à luz do seu passado colonial.

O ABOMINÁVEL ARADO

Vincular a operação agrícola colonial com as técnicas de cultivo agrícola indígenas, conforme fez Sérgio Buarque de Holanda, não foi uma proposição inesperada para os intelectuais brasileiros. Euclides da Cunha em *Os Sertões*, argumentou que a expansão colonial sobre a Mata

²³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. P. 52.

Atlântica se valeu da cultura indígena para dominar a natureza²³⁶, infligindo na paisagem consequências que sentimos na atualidade:

Ora estas selvatiquezas [o incêndio, o garimpo, etc.] atravessam toda a nossa história. Ainda em meados deste século, no atestar de velhos habitantes das povoações ribeirinhas, do São Francisco, os exploradores que em 1830 avançaram, a partir da margem esquerda daquele rio, carregando em vasilhas de couro indispensáveis provisões de água, tinham, na frente, alumando-lhes a rota, abrindo-lhes a estrada e devastando a terra, o mesmo batedor sinistro, o incêndio. Durante meses seguidos viram, eles, no poente, entrando pelas noites dentro, o reflexo rubro das queimadas²³⁷.

Portanto, quando Sérgio Buarque de Holanda sugere que tal cultura agrícola faz parte da formação profunda do país, ele trabalha sobre um argumento há 40 anos instalado e amplamente divulgado. Sua pesquisa, todavia, alcança para além de *Os Sertões*, o mérito de fazer penetrar a operação colonial na atualidade dos usos da terra no Brasil republicano; argumentou, citando pesquisas etnográficas, que colonos imigrantes alemães também se submeteram a práticas locais de trabalho na terra, sendo as técnicas populares de trabalho na terra “rústicas” se comparadas à cultura europeia de agricultura do século XIX.

A agricultura no Brasil colonial foi descrita por Sérgio Buarque de Holanda pela rudimentariedade tecnológica dos métodos de cultivo. Segundo ele, máquinas como o arado não adquiriram credibilidade entre os camponeses brasileiros, temerosos de perderem a fertilidade do solo caso aprofundassem demais a cova. Portanto, por motivos pragmáticos, optavam pelas técnicas “da terra” de trabalho rural, que sempre remetiam à origem indígena, como a *coivara* e o “pau-cavador”.

A agricultura praticada na Colônia não encontrava freios para a degradação dos solos cultiváveis. Todavia, a agricultura europeia não soava uma boa alternativa para agricultores brasileiros²³⁸. As formigas e a profundidade rasa do solo foram *demônios* para os agricultores, e a *coivara*, técnica abominável para um agricultor europeu, era a solução a que mais se recorria para a eliminação das pragas e correção da acidez do solo. O arado, que implicava um grande esforço físico e o risco de sucumbir com a fertilidade da camada rasa do solo, passava também a ser

²³⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ed. UBU e SESC Edições, 2016. P. 63.

²³⁷ *Ibid.*, p. 64.

²³⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Pp. 50-51.

rejeitado por agricultores europeus uma vez que se tornavam habituados com o Brasil. Isto era o que analisava “etnograficamente” Sérgio Buarque de Holanda²³⁹.

A pesquisa de Sérgio Buarque de Holanda sobre o abandono dos arados por colonos europeus indica sua opinião para o posicionamento de que a cultura popular está arraigada com uma inteligência pragmática que busca sobreviver frente a adversidades²⁴⁰. Contudo, não deve ser entendido como sinal de uma fase da sociedade em que ela se encontra estancada para a inovação. A explicação do abandono do arado é uma impressão forte, que representa a continuidade das especificidades do vínculo colonial com a terra, de grande extração com o mínimo de inversão, que se valeu de todos os recursos ao alcance, técnicos e ambientais, para preservar esta balança.

Impregnaria na sociedade brasileira no decorrer de toda esta história o ideal econômico de consumir a paisagem americana, imposto pelos efeitos dos empreendimentos de baixa inversão para a produção ou conquista de riquezas. Buscar minerais, procurar novos solos agricultáveis, o comércio dos tropeiros e a cultura do café fariam uma corrente na história, onde se observou em todos eles o ideal de baixo investimento para a conquista de riquezas pródigas, levando a Colônia a adentrar mais as suas fronteiras²⁴¹.

O relato extemporâneo de Lévi-Strauss

Em *Tristes Trópicos*, livro de 1955, de gênero misto de ensaio filosófico, etnografia e diário de memórias, no capítulo “Cidades e Campos”, Claude Lévi-Strauss descreve o arredor da capital paulista, espaço de suas primeiras explorações antropológicas após ter se estabelecido no Brasil. Sobre esta região, narra como um mosaico de povos formado por brasileiros, alemães, italianos, japoneses, numa dinâmica de convívios de uma sociedade em acelerado processo de “gestação”²⁴² do capitalismo (que, desde o seu início, têm sido razão do entroncamento das histórias de muitas sociedades do mundo). No entorno da cidade de São Paulo que visita Claude Lévi-Strauss, estão imigrantes que chegaram ao Brasil em meados do século XIX, apresentando a face da cultura europeia com quase cem anos de convívio e adaptação ao Brasil, o que os tornou amalgamados com a paisagem brasileira, não os distinguindo daqueles “miseráveis camponeses

²³⁹ Ibid., p. 67.

²⁴⁰ Lévi-Strauss provavelmente lera Sérgio Buarque de Holanda quando afirmou em *Tristes Trópicos* que camponeses alemães no Brasil a mais de uma geração se misturavam com a população de modo que os tornava indistintos.

²⁴¹ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Livraria Martins, 1942, P. 136.

²⁴² LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras. 1996. P. 105.

locais²⁴³”, típicos brasileiros pobres. Para Claude Lévi-Strauss, estes camponeses imigrantes do entorno de São Paulo eram evidência da cultura do país em processo de formação.

Se em São Paulo, antigo centro da economia colonial, o imigrante era incorporado por uma dinâmica social que comprometia sua cultura pelo processo de adaptação ao meio, no Estado de Santa Catarina narrada por Lévi-Strauss, entre cidades embrenhadas na natureza hostil (tropical, úmida e fria) se concebe o oposto: o tipo de imigrantes alemães que não encontrando resistências aos hábitos de outra pátria, se resignaram conforme os costumes, mantendo uma aparência recalcada de “Alemanha do século XIX”. O intempestivo trópico narrado por Lévi-Strauss, que subverteu a cultura campesina alemã para a igualar à rusticidade dos meios de produção do camponês brasileiro, contrastaria com aquele que observou em Santa Catarina, onde os imigrantes reconstruíram, conforme seus hábitos adventícios, povoados europeus que lembravam “o século XIX” nos trópicos:

Aqui, de certa maneira eles se fundiram e se perderam entre os miseráveis camponeses locais, porém, mais ao sul, no estado de Santa Catarina, as cidadezinhas de Joinville e Blumenau perpetuam sob as araucárias um ambiente do século passado: as ruas, ladeadas de telhados bem inclinados, tinham nomes alemães; ali só se falava essa língua²⁴⁴.

O contraste figurado entre estes dois trópicos, distinguidos pela permeabilidade com o meio do imigrante europeu foi também o caso de análise de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* na “nota ao capítulo 2: “persistência da lavoura de tipo predatório”. Nos documentos de testemunhos sobre a agricultura praticada por alemães na América do Sul, Sérgio Buarque de Holanda não encontrou o tipo de Santa Catarina visto por Levi-Strauss, conservador e reprodutor das técnicas e costumes herdados, mas basicamente o tipo periférico de São Paulo. Embora Sérgio Buarque de Holanda reservasse ao agricultor europeu a possibilidade de, uma vez superada a fase inicial de conhecimento do meio, retornar aos métodos europeus de agricultura para garantir a maior produtividade, o que ele reconheceu num longo processo decorrido após a instalação do imigrante foi que a terra impôs suas contradições com as técnicas dos imigrantes, obrigando estes camponeses a adotarem os costumes locais para a produção agrícola, levando camponeses germânicos habilidosos no arado a adotarem rústicas ferramentas como o “pau-cavador”, conveniente para a agricultura em zonas tórridas e solos de pouca profundidade²⁴⁵.

²⁴³ Ibid., p. 103.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Nota ao capítulo 2: “persistência da lavoura de tipo predatório” in: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

A PAISAGEM DO “SISTEMA COLONIAL”

Pode-se dizer que Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda entenderam que a evolução histórica da ocupação do Brasil se deu por meio deste processo de esgotamento dos solos. Fechavam neste ponto posição oposta à defendida por José de Alcântara Machado, Cassiano Ricardo e Paulo Prado, para quem, ao grosso modo, a busca pela fortuna de viris colonos levou à ocupação do Brasil²⁴⁶. Se levado em conta a importância que a relação do homem com a terra tem para as interpretações sobre o Brasil destes autores, a qualificação de “mau agricultores” aos agentes coloniais foi opinião que os une fortemente. A única dissonância entre eles, neste ponto, esteve com Gilberto Freyre, por ele entender que houve no afro-brasileiro a vocação para a agricultura zelosa, opinião que ressonou junto a Artur Ramos, Edison Carneiro e Josué de Castro.

Caio Prado Júnior, assim como Sérgio Buarque de Holanda, viu razões para relacionar a agricultura rústica praticada na Colônia com a suposta pouca disposição para inovações da sociedade colonial. Sérgio Buarque de Holanda, como vimos, vinha problematizando o arcaísmo persistente das técnicas de labor agrícola que alcançaram o Brasil republicano. Semelhante ao método de investigação da história da técnica de Sérgio Buarque de Holanda, o que fez Caio Prado Júnior para encontrar evidências do conservadorismo tecnológico foi comparar os documentos históricos descritivos das técnicas rurais com a sua permanência em estágios da história que traçaram longa diacronia. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o que se firma como evidência do conservadorismo dos senhores de posses no Brasil foi a comparação de fontes descritivas das técnicas rurais que fez Caio Prado Júnior, evidenciando, pela distância temporal entre os documentos, a permanência estrutural na Colônia estrutural das mesmas técnicas:

No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é naquele período praticamente nulo. Continuava em princípios do século XIX, e mais ou menos nas mesmas condições continuará ainda por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores²⁴⁷.

Nos séculos que duraram a Colônia, não foram requeridas outras técnicas, inovadoras, permanecendo sua economia com as técnicas toscas de produção agrícola, e até mesmo

²⁴⁶ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Duprat-Mayença, 1928. P. 66.

²⁴⁷ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Livraria Martins, 1942. P. 129.

predatórias do solo. Para explicar a razão de uma economia de mercado, inserida na história do capitalismo, desdenhar tecnologias que aumentariam sua produção e se mostrar resistente a mudanças por toda uma longa época, Caio Prado Júnior sugeriu a existência de um *a priori* na estrutura produtiva dos domínios rurais brasileiros. Deste modo, buscou compreender as especificidades culturais do Brasil que possibilitaram a expansão de suas mercadorias no Atlântico sem qualquer transformação tecnológica substancial na história de seu setor produtivo. Ao procurar compreender este problema, Caio Prado Júnior vai ao encontro do significado da escravidão na economia colonial:

Mas não é só o trabalho escravo o responsável. De nível bastante superior eram a agricultura e indústrias anexas em outras colônias tropicais, contando embora com idêntica mão de obra. A razão da diferença está, não pode haver outra, na natureza do colono português, e sobretudo no regime político e administrativo que a metrópole impôs à sua colônia. Este fora sempre, pelo menos no último século, de isolar o Brasil, mantê-lo afastado do mundo, e impedindo portanto que aqui chegasse outra coisa qualquer que o os reflexos do já baixo nível intelectual do reino²⁴⁸.

Para Caio Prado Júnior, a qualidade rudimentar das técnicas de agricultura esteve relacionada às especificidades do trabalho escravo, que apontava para o obstáculo que o regime coercivo de trabalho impunha para a qualidade do trabalho. Nestas condições, se encontraram os engenhos, poderosos ideologicamente por sustentar regime opressor de coerção ao trabalho até a penúria dos corpos dos seres escravizados, e ao mesmo tempo “fraco” por não ser capaz de orientar suas técnicas agrícolas para evoluírem como um sistema guiado pela busca de produtividade e eficiência.

É perspicaz que Caio Prado Júnior, após relacionar a ineficiência das técnicas rurais nos engenhos e o limite de qualidade do trabalho no regime de escravidão, acuse, na sequência, a ausência de inovação tecnológica nas empresas coloniais pela política mercantil do Império ultramarino e o carácter conservador dos empreendimentos portugueses. Enquanto houvesse riquezas em torpor para abater, o empreendimento de baixa tecnologia encontraria êxito. Deste modo, ele viria a reconhecer que o centro do problema brasileiro estava na sobrevivência de meios de produção arcaicos no interior da economia capitalista, e que esta relação desigual não de deteve no regime de trabalho e modo de produção da sociedade colonial do Brasil, mas sim que tenha dependido da relação que historicamente esta sociedade estabeleceu com os recursos do meio (a América):

²⁴⁸ Ibid., p. 134.

A produção contou neles [os trópicos], unicamente, com os recursos naturais abundantes, com a exuberância da vegetação e as reservas secularmente acumuladas num solo virgem. Mas tudo isto estava fadado a se esgotar. Nos primeiros séculos da colonização não foi percebido que se estava desbaratando um capital, e não apenas colhendo frutos. Não se percebeu ou não havia inconvenientes imediatos: sobrava o espaço²⁴⁹.

Para Caio Prado Júnior, nada houve de decisivo na história do Brasil para o progresso das técnicas de manejo do solo e das florestas, de modo que durante toda a história colonial a sociedade continuou a fecundar o seu meio conforme o regimento arcaico da cultura de exploração do solo pródigo e o assédio por produtos coloniais do mercado Atlântico. Devido a este espírito conservador e à opressão do colonialismo, a história de três séculos da Colônia em *Formação do Brasil Contemporâneo* concluiu que nada de essencial fora alterado na cultura, no sentido econômico e no social:

Para a instalação de novas culturas, nada de novo se realizara que o processo brutal, copiado dos indígenas, da “queimada”; para o problema do esgotamento do solo, outra solução não se descobrira ainda que o abandono puro e simples do local por anos e anos consecutivos, com prazos cada vez mais espaçados que o empobrecimento gradual do solo ia alargando. Para se tornar afinal definitivo. A mata, sempre escolhida pelas propriedades naturais do seu solo, e que dantes cobria densamente a maior parte das áreas ocupadas pela colonização, desaparecia rapidamente devorada pelo fogo²⁵⁰.

A exploração das reservas de mata da fazenda à precipitavam para o colapso de sua organização produtiva, visto a impotência do colono em combater os princípios econômicos da colonização, que levavam seus empreendimentos a enfrentarem a supressão dos lucros:

Mas o vácuo de matas que se ia formando em torno dos engenhos criava outros problemas igualmente sérios. Tinha-se que ir buscar lenha a distância consideráveis; frequentemente ela se torna inacessível, e a atividade do engenho cessa. A falta de lenha é uma das causas mais comuns do abandono de engenhos: é o que informam os testemunhos da época²⁵¹.

Os engenhos tinham suas matas consumidas numa dinâmica auto sabotadora que, por sua vez, se desdobrava da inteligência específica desta sociedade para conduzir a economia. A operação de uma empresa colonial, geralmente às margens de rios, fosse na Mata Atlântica ou nos

²⁴⁹ Ibid., p. 135.

²⁵⁰ Ibid., p. 129.

²⁵¹ Ibid., p. 130.

cerrados, seria basicamente a mesma para todos os séculos de Colônia: juntava-se uma turma de trabalho, formada por escravos, capatazes e colonos, queimava-se e derrubava-se a vegetação, iniciava a plantação e criação de gado, concluindo as operações restando as instalações, edifícios e pátios ainda precários. O meio mostrava-se exaurido, e a “colônia” partia para novo terreno, deixando este arruinado, habitado por um resquício da gente desgarrada das “fazendas abandonadas”, e fazendeiros pobres resignados, gente que foi incapaz de contornar os efeitos da lógica predatória da economia da Colônia²⁵², por mais evidente que fosse. Se considerarmos que a transformação da cultura do empreendimento pioneiro não transformou a sua finalidade, o que norteia a fronteira colonizadora no Brasil é o mesmo princípio que opera nos dias atuais através da ideologia do “agronegócio”.

O TURNO PRESERVACIONISTA DE GILBERTO FREYRE

Nas décadas de 1930-40 pensar o Brasil na sua evolução histórica foi em grande medida investigar o Nordeste pela sua história colonial e tradições sertanejas, e, quase sempre, fazendo dialogar o estudo histórico com a condição pobre em que a região se encontrava na sua atualidade. Manuel Correia de Andrade, em prefácio para a 7ª edição de *Nordeste*, livro de Gilberto Freyre, sugeriu que havia obtusidade no termo “Nordeste” na década de 1930: no contexto intelectual desta década, Nordeste designava a região entre Minas Gerais até a floresta Amazônica, reunindo nestas margens grande diversidade de manifestações sociais. Ao protestar contra o estigma do semiárido “contaminar” a zona da Mata, em seu livro *Nordeste* Gilberto Freyre expressou sua indisposição com as imagens que intelectuais produziam desta macrorregião: *O nordeste do massapê, de argila, do húmus gorduroso é o que pode haver de mais diferente do outro, de terra dura, da areia seca*²⁵³. Sugere, por efeito, devido à necessidade de se pensar uma união para a diversidade, que o Nordeste é a diversidade de vidas que se unem pelo regime da grande propriedade e pela monocultura: seja a do algodão das regiões secas, ou do açúcar, no Nordeste úmido construído sobre as florestas derrubadas.

Para Gilberto Freyre, o engenho se fundamenta numa natureza toda colonial, em que despreza-se a riqueza de alimentos da mata Atlântica, vendo neles apenas o combustível para os fornos. Ao devastar a vegetação nativa, abria-se espaço para o estabelecimento de uma nova paisagem, colonial, composta de gêneros orientais como a jaqueira, a mangueira, a cana de açúcar.

²⁵² Ibid., p. 122-3.

²⁵³ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004. P. 45.

A monocultura canavieira representou no pensamento de Gilberto Freyre a quebra do equilíbrio do engenho pela intensificação das práticas depredatórias do solo e dos rios no Nordeste. Para ele, a monocultura potencializava a lixiviação dos solos, uma vez que estava conectada com a derrubada da vegetação das margens dos rios. O contexto do protesto de Gilberto Freyre é de grande valia para revermos o papel desempenhado da ideia de Nordeste para a interpretação do Brasil. O Nordeste vinha sendo, pela sua paisagem e seu povo, no olhar de intelectuais que viajaram pelo Brasil, visto como matriz das figuras ricas para significar o tempo em processo no Brasil.

Foi pouco tempo após Sérgio Buarque de Holanda publicar *Raízes do Brasil* que Gilberto Freyre apresentou, em 1937, *Nordeste*, livro dedicado a incorporar a coleção Documentos Brasileiros, da editora José Olympo. Marcado pela opção ensaística, de narrador testemunho, de estilo polêmico, *Nordeste* foi um livro em que Gilberto Freyre mobilizou suas pesquisas antecedentes de *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos* para denunciar a ação predatória do homem no Nordeste.

A atualidade do Nordeste testemunhado por Gilberto Freyre alentou para a nova fase de destruição da natureza da zona da Mata que vinha se realizando como consequência do desenvolvimento das usinas sucroalcooleira. Ainda que no decorrer dos séculos a economia do açúcar no Brasil perpetuou “uma só” ordem econômica, depredatória e sustentadora de desigualdade entre os seres, Gilberto Freyre claramente tem repulsa à economia que vê em sua vida se promover, e que destituiu o “seu Nordeste” daquilo que garantiu os prazeres de beleza idílica e de dádivas da natureza. A despeito desta obviedade, Gilberto Freyre sugere ao acusar a monocultura que “o bruto e o belo” da economia de açúcar podem ser separados:

O canavial hoje tão nosso, tão da paisagem desta sub-região do nordeste que um tanto ironicamente se chama “a Zona da Mata”, entrou aqui como um conquistador em terra inimiga: matando as árvores, secando o mato, afugentando e destruindo os animais e até os índios, querendo para si toda a força da terra. Só a cana devia rebentar gorda e triunfante do meio de toda essa ruína de vegetação virgem e de vida nativa esmagada pelo monocultor²⁵⁴.

A monocultura é para Gilberto Freyre a razão dos desequilíbrios sociais e ecológicos no Nordeste. Ele acusa a monocultura de ser a responsável pelas fomes, secas e revoluções na região. Cabe notar que a relação causal entre monocultura e latifúndio não é evocada por ele, ficando a prática da monocultura, e não a concentração de terras na figura de um só proprietário abastado, o fator responsável pelas mazelas ambientais. Portanto, o ensaio de Gilberto Freyre alardeia toda a

²⁵⁴ Ibid., p. 79.

destruição natural e desigualdade social causada pela economia colonial até aos dias de hoje, da agricultura destinada à exportação de *commodities*, ao mesmo tempo que não acusa a grande propriedade de terra, instituição que se impôs historicamente em toda a economia brasileira. Ainda que associe a monocultura à escravidão e ao latifúndio, Gilberto Freyre optou por comentar separadamente a monocultura, a grande propriedade, e o regime de trabalho escravo. Em *Nordeste*, tratando-as individualmente, Gilberto Freyre pôde dissertar sobre a monocultura na história colonial, e resguardar o éthos do engenho do alcance de sua “denúncia da depredação ambiental”.

CAPÍTULO V: A VIAGEM COMO OCASIÃO NARRATIVA

*Uma sugestão de Blaise Cendrars: Tendes
As locomotivas cheias, ides partir. Um negro
Gira a manivella do desvio rotativo em que estaes.
O menor descuido vos fará partir na direção
Oposta ao vosso destino*

Oswald de Andrade, “Falação” In: *Pau Brasil* (1924)

O QUE PROCURAM OS INTELECTUAIS QUANDO VIAJAM?

Conhecer a paisagem brasileira e seus habitantes significou para a geração modernista a construção de um ideário nacional descolonizado dos preconceitos europeus do “exotismo dos trópicos”; este foi o caminho para a formulação crítico-poética da identidade brasileira pela experiência intimista do escritor com a cultura popular e a possibilidade de síntese a partir da diversidade de manifestações da vida social do Brasil que se “confrontam” no texto escrito do intelectual viajante. Pela viagem ser a via para testemunhar o Brasil, foi ela uma oportunidade modernista:

Conhecer o Brasil e dar a conhecer o Brasil em seus relatos de diferentes tipos era parte importante do projeto modernista que, afinal, pode mesmo ser resumido como o esforço de tornar o Brasil familiar aos brasileiros, o que implicava, obviamente, familiarizar-se com ele²⁵⁵.

Segundo André Botelho, Georg Simmel definia a “viagem” *“como uma experiência de ruptura com o fluxo do cotidiano, e também com certa abertura empática em relação ao desconhecido”*²⁵⁶. Pensar o Brasil pela viagem modernista foi mediar a experiência do testemunho com cadernos de anotações, rolos de filme, desenhos, cartas remetidas, objetos colecionados. Este material, uma vez conduzido ao ambiente de ofício intelectual e lá transformado em arquivo, tornaria instrumento da inteligência do autor que dele se valeria para provocar a memória, reelaborando-a artisticamente na forma de uma narrativa. Conjunto a esta experiência criativa incide, sobre o processo, a própria biblioteca do autor, onde a memória das suas leituras encontraria a fácil consulta para a criação do “texto de viajante”, cifrado de citações que o gravitam para assumir o caráter literário.

Os escritores modernistas, ao construírem o texto de viajante numa operação livre sobre o registro de viagem, de descoberta sobre o assunto, produziram textos de gêneros mistos entre o monográfico, o ensaio, o romance, o diário, o artigo, a crônica, e o poema. O procedimento deriva desta tripla mediação, duas de leitor e outra de testemunho - biblioteca disponível ao autor com suas marginalias, registros de viagem, e a memória de viajante e leitor. Historiadores como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior se valeram em grande medida das experiências e registro de viajante. Segundo Paulo Iumatti, Caio Prado Júnior encontrou nos seus registros de viagem de

²⁵⁵ BOTELHO, André. “A viagem de Mário de Andrade à Amazônia entre raízes e rotas”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 57, p. 15-50, dez. 2013. P. 25.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 18.

observador da sociedade, conexões com a cultura colonial que o permitiram atrelar a expressão contemporânea da cultura brasileira com as evidências de suas fases do passado:

No Brasil Colônia de Caio Prado Júnior, as temporalidades da vida humana estavam sujeitas, em parte, aos ditames da natureza e do espaço geográfico. E tais temporalidades se prolongam, também em parte, até o presente, marcando a paisagem percebida pelo viajante, evocada pelo historiador e colocada numa perspectiva que insere o leitor no drama das existências decorridas, drama esse que se faz ainda atual: (...) ²⁵⁷.

A significância do passado que o intelectual conecta com a sociedade contemporânea promovia convicção para o intelectual que, no esforço por produzir uma síntese do processo histórico, valia-se do presente para intuir sobre o passado, conforme foi o caso de Euclides da Cunha em *Os Sertões* ao trazer à tona no seu debate a experiência sertanista dos paulistas interpelada pela observação dos sertanejos do norte da Bahia.

A criação intelectual sob o efeito da viagem valeu para os franceses que estiveram, nesta década, no Brasil. Roger Bastide, Pierre Verger, Pierre Monbeig e Claude Lévi-Strauss costuraram suas obras com o registro de viagem ²⁵⁸. Viajar no século XX era deparar com estas evidências inocultáveis ²⁵⁹. Segundo Lévi-Strauss, a civilização ocidental sob o capitalismo deixa dois tipos de vestígios na sua edificação vista na evolução histórica. De um lado, estariam as suas cidades, arquitetadas para desafiar o real e constituir com o ideal estético da inovação; de outro, os seus subprodutos, os dejetos e a destruição que marcam toda a paisagem fora dos centros do capitalismo. Viajar pelo Brasil para Lévi-Strauss foi incursionar pela borda destas expressões da civilização, partindo das capitais, que expressavam o vigoroso estado de expansão metropolitana, e indo em direção a paisagens abandonadas de uma sociedade rural que não se ateuve em conservar a fertilidade dos solos. Em ambos os lados da borda, o metropolitano e o rural, constata Lévi-Strauss a inventividade *bricoleur* de uma sociedade que emerge da periferia do capitalismo ²⁶⁰, isto é, que constrói a linguagem de sua existência a partir da agregação nela de fragmentos das ideologias e mercadorias que desembarcam no seu interior.

²⁵⁷ IUMATTI, Paulo Teixeira. “Um viajante e suas leituras”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. N° 1 ano XLIII, 2007. P. 114

²⁵⁸ Como podemos interpretar sobre o papel da viagem nas obras deles: BASTIDE, Roger. *Impressões do Brasil*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011; MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: ed. Hucitec/ed. Polis, 1984; LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1996; VERGER, Pierre. *Notas sobre o Culto dos Orixás e Voduns*. São Paulo: EDUSP, 2002.

²⁵⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. P. 35.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 106.

Octávio Ianni em *Enigmas da Modernidade-mundo* pensou a viagem como a metáfora do conhecimento. Para ele, a viagem, seja qual for a espacialidade que se concebe a sua trajetória está no cerne de uma abertura do “eu” para o “outro” onde o pensamento brota como desvelamento da alteridade:

Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto singulariza como universaliza. Projeta no espaço e no tempo um eu nômade, reconhecendo as diversidades e tecendo as continuidades. (...). Sob vários aspectos, a viagem desvenda alteridades, recria identidades e descortina pluralidades²⁶¹.

No pequeno ensaio “Inspirações Mediterrâneas”, escrito em 1933, Paul Valéry se valeu de eloquência imagética para conotar as impressões que mais o marcaram na infância, vivida numa vila costeira do sul da França. Tal qual para intelectuais Brasileiros, para os franceses esmiuçar a imagem foi recurso usado para descrever a representação da duração do tempo. Como a viagem de Octávio Ianni, pensar a infância no Mediterrâneo de Paul Valéry foi se dirigir para o “outro”; uma via para o conhecimento que se erige de suas memórias de infância no mar Mediterrâneo:

Mas jogar-se na água e no movimento, agir até o extremo, e da nuca aos dedos dos pés; revirar-se nessa pura e profunda substância; beber e respirar a divina amargura, tudo isso é para meu ser um jogo comparável ao amor, a ação em que meu corpo inteiro se torna sinais e forças, como uma mãe se abre e se fecha, fala e age. Aqui, o corpo se dá inteiro, recupera-se, concebe-se, consome-se e quer esgotar suas possibilidades. (...) Meu corpo se torna o instrumento direto do espírito e, entretanto, o autor de todas as suas ideias²⁶².

Através da oportunidade da viagem, a narrativa da memória de infância de Paul Valéry alcança um estágio de fluxo mental que o leva a “reviver” o estado de sensibilidade de quando era criança. A criança nadando que Paul Valéry recria a partir de sua memória permite que ele reconheça nesta memória as relações de cultura e meio do passado.

Claude Lévi-Strauss fazia opinião muito próxima com a de Paul Valéry sobre os meios pelos quais a experiência atinge a memória. Para ele, que em toda sua obra apresentou a diversidade das expressões humanas, presumir a mentalidade no passado, tal como uma viagem, seria se deter num quadro em que o familiar desaparece e uma outra leitura do real se faz possível.

²⁶¹ IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2003. Pp. 13-14.

²⁶² VALÉRY, Paul. *Variedades*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 1991. Pp. 127-8.

Nesta perspectiva, o “Novo Mundo” no Renascimento estaria muito mais inclinado a ser representado pelo desconhecido, tal como os reinos e terras bárbaras que Ulisses esteve²⁶³, do que para a América, “mundo inacabado” após a Ilustração.

Octavio Ianni em *Enigmas da Modernidade-mundo* sugeriu conceituar “viagem”, para que a partir dele se desencadeasse uma expressão narrativa como teoria da compreensão. Todas as ciências e criações poéticas seriam, nestes termos, procedimentos em que o percurso e a abstração do espaço projetariam para a viagem o papel de metáfora do conhecimento. A viagem significaria o percurso de conhecimento do outro através da elaboração espacial da “duração”. O espaço é algo de grande grau de abstração: existe sempre que determinamos uma direção, um ritmo e compreendemos plasticamente o tempo. A metafísica tradicional concebe ao tempo a propriedade do espaço de fazer movimentos de ida e volta, o que é absurdo porque não é o retorno do tempo. Frente a esta aporia, o tempo não pode ser conhecido em si mesmo. A viagem parece ser o conceito que carrega esta dificuldade humana para lidar com a duração: a todo momento se comporta como metáfora do conhecimento no tempo pelo seu movimento de fluxos e refluxos da experiência²⁶⁴.

A FUNÇÃO NARRATIVA DA PAISAGEM TESTEMUNHADA

Intelectuais da modernidade constantemente narraram o Brasil pelo signo de paisagem constituída da trama da sociedade com o meio. De modo unânime, é dado destaque em todas as interpretações para a investida violenta do homem brasileiro sobre o ecossistema da América. No livro *O Turista Aprendiz*, Mário de Andrade, atento à relação do brasileiro com a paisagem do Brasil, narra seu testemunho de um trecho do rio Solimões em que a fauna o assombra pela sua prodigalidade, ocorrendo a ele o pensamento repentino sobre o absurdo daquela paisagem coexistir com o brasileiro:

16 de junho – Madrugada sublime na tolda do vaticano. Manhãzinha paramos pra cortar canarana pros bois. Um casal de araras atravessa o rio. Bandos de borboletas amarelas na pele do rio. De repente uma azul, das grandes. Libélulas em quantidade. E os peixes salsatando nos remansos. E a quantidade de jaós, não se caça jaó por aqui? Me

²⁶³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. P. 70.

²⁶⁴ IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2003. P. 26.

chamam no pio, lhes respondo, e passo horas nestes amores sem espingarda, enquanto os matos passam rente e terras mais inquietas²⁶⁵.

A floresta Amazônica permitiu a Mário de Andrade pensar o tempo “esguio” à história, dos muitos profusos tempos, como vemos no índice “30 de julho” de *O Turista Aprendiz*, a vida na floresta antagonizada com a vida no “Sul”. Esta oposição formulada como impressão de viajante evidenciou para Mário de Andrade o contraste das vidas manifestadas no contexto nacional. São Paulo apareceria pelo contraste como “região mais espiritualizada”, isto é, no sentido atribuído, uma região que se tornou toda ela um produto da civilização:

Não sei, mas uma paisagem dos arredores de São Paulo, uma cidadinha, um rio mineiro, uma fazenda paulista, uma laranjeira, uma peroba do sul, não sei... sinto quando os contemplo, que há qualquer coisa neles que eu não compreendo, uma vida interior deles, que se resguarda, é misteriosa algumas das coisas. Isso: a alma das coisas. Desde as dunas do Nordeste a alma das coisas desapareceu²⁶⁶.

A experiência amazônica apresentava para Mário de Andrade uma forma de vida alternativa à modernidade, caracterizada por uma imaginação mais objetiva para viver rotineiramente na natureza de difícil fixação humana, conforme a *brutalidade real de “coisa” mesmo*²⁶⁷. Isto não significaria desembocar o habitante da floresta equatorial no racionalismo, mas, ao contrário, se contagiar com a “violência sensorial” de se deparar com a natureza indiferente ao homem, e que nega ao ocidental a possibilidade de se valer do seu sistema espiritual, sobretudo sua lógica, para habitar (sobreviver a) a floresta.

A respeito da ideia implicada em “região mais espiritualizada”, vemos que ela comunica objeto de atenção da historiografia brasileira: a devastação dos ecossistemas originais. Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre entenderam que a prática contínua da derrubada da Mata Atlântica na história do Brasil carregava um significado substancial para a interpretação do Brasil. Na década de 1930, o Brasil estava em plena nova fase de ocupação do interior. Derrubavam-se as matas e cerrados e ocupavam-se as terras de regiões interioranas abandonadas, e “de fronteira” com as florestas do Centro-Oeste. Ainda que nos seus fundamentos as práticas depredatórias coloniais pouco difiram do que se empregou no século XX, elas estavam contingenciadas pela própria escala e potência de seus meios. Já na década de 1930, o uso de máquinas e incêndios nas matas remanescentes ou recuperadas de toda destruição colonial viria a

²⁶⁵ ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Ed Duas Cidades, 1976. P. 102.

²⁶⁶ Ibid., p. 182.

²⁶⁷ Id., 1976.

consumar a destruição mais ampla que o Brasil conhecera até então. O estado de São Paulo reduziria a enorme Mata Atlântica de seu interior ao ritmo histórico do alcance dos trilhos de trens e rodovias avançando sobre as florestas, das quais hoje restam apenas minúsculos retalhos entre canaviais, a fronteira do Paraná, e a Serra do Mar.

Em vista de uma paisagem em processo intenso de transformação, todo intelectual que viajasse pelo Brasil depreenderia dela um vocabulário imagético da história do capitalismo em processo nas fronteiras do Ocidente. Para Paulo Iumatti, as viagens de Caio Prado Júnior entre 1940 e 1941 por Minas Gerais, cuidadosamente relatadas em diário e fotografias, apurariam nele a habilidade para formular conceitos gerais que conectavam o passado do Brasil com a expressão contemporânea da paisagem e sociedade brasileira²⁶⁸.

Por esta mesma razão, pesou também na expressão intelectual de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre a presença do narrador testemunho do Brasil em transformação. Cabe fazer uma nota aqui: esquisito a importância da fonte de testemunho de viajante na obra de Sérgio Buarque de Holanda visto que a viagem de “descoberta do Brasil”, ainda que acessível a ele e comum entre seus pares, não foi experiência deste autor. Diferente de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre seriam viajantes contumazes do território nacional.

Alguns escritores modernistas optaram por narrar, sob o módulo de testemunho, um Brasil depredado, degradado a tal ponto que estruturalmente tudo ficara à semelhança de uma “província helênica” pela imobilidade da natureza, onde o homem imprimira já de tal maneira seus efeitos corrosivos sobre tudo que é pródigo, que não resta nada para além do recalque ao signo histórico daquilo que de mais assentado resistiu ao malefício do empenho humano em destruir. Este parece ter sido o caso da paisagem brasileira representada nas obras de Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, e João Guimarães Rosa. Estes escritores não narraram a paisagem pelas fronteiras das novas frentes agrícolas do “Brasil adentro”. Buscaram, noutro sentido, voltar-se para os confins de sua paisagem mais histórica. Sente-se isto quando: os “campos gerais” que servem de cenários para os dramas de João Guimarães Rosa não apresentam vigor do pathos da relação depredatória do homem com a terra; a zona da Mata historiada por Gilberto Freyre é unilateralmente o da vida instalada sobre as terras devastadas da vegetação, reservando um tênue equilíbrio entre práticas rurais irresponsáveis e a recuperação da natureza, equilíbrio que Gilberto Freyre lamentaria ver se romper no Século XX, quando as usinas sucroalcooleiras a golpeiam derradeiramente o que sobrevivia das matas e rios; os morros pelados com esparsas palmeiras que

²⁶⁸ IUMATTI, Paulo Teixeira. “Um viajante e suas leituras”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. N° 1 ano XLIII, 2007. P. 110.

Paulo Honório, personagem do romance *São Bernardo*, despreza e hesita em nos relatar, é narrado como a realidade extensiva do Nordeste açucareiro.

João Guimarães Rosa, em “O Burrinho Pedrês”, de *Sagarana*, apresenta em um episódio o drama da vida completamente preenchida por estas paisagens desoladas. Neste episódio, a estória de “*mais de vinte anos passados*” (provavelmente remetendo ao regime da escravidão), narrada pelo vaqueiro João Manico, personagem que relata sua passagem numa região abandonada, habitada por gente faminta, onde o major Saulo, então “jovem Saulinho”, comprara uma boiada empestada de doenças e magra, tem seu ponto mais dramático na separação a que foi ele incumbido de realizar de um pequeno menino, de pele muito preta, de sua mãe. O menino, que lamuriava desoladamente na viagem, choramingava canto muito triste:

Ninguém de mim,
Ninguém de mim
Tem compaixão...²⁶⁹

O Brasil representado por intelectuais que se voltavam para seu interior “sedimentado” de história, fosse pela sua paisagem degradada da Zona da Mata, ou pelo abandono de sua população rural esparsa nos cerrados e Semiárido, tem assimilada à sua paisagem o signo de abandono e escassez, de *pathos* que ressona com o choro do menino.

O testemunho dos franceses e a temática do sertanismo

Nos anos de 1940 conhecer o Brasil a partir de São Paulo não raro era, como fez Pierre Monbeig, locomover-se por via do trem que acompanhava as estações, imprimindo ao viajante a imagem de um Brasil de cidades jovens e, na medida em que o trem avança, de uma paisagem que contém as florestas em processo de destruição²⁷⁰. Segundo a impressão pessoal de Monbeig, “ocupar” na linguagem do Brasil foi verbo que, quando empregado ao território, funcionava como um sinônimo de expandir a lavoura e pecuária sobre a vegetação virgem, consumindo suas matas e campos, e deslocando a população para as zonas de oportunidades pioneiras do continente americano adentro.

Pensadores do Brasil, mas na condição de estrangeiros e nacionais de um país europeu marcado por políticas imperialistas na faixa dos Trópicos da Terra, para os franceses Pierre Monbeig, Roger Bastide e Claude Lévi-Strauss, talvez por coincidência da argúcia de todos, não

²⁶⁹ ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2001. P. 86.

²⁷⁰ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: ed. Hucitec/ed. Polis, 1984. P. 22.

foram os elementos mais exóticos da paisagem brasileira “narrada na Europa” que os chamaram a atenção. Roger Bastide, que se dedicou a vários temas, ressaltou na sua crítica literária a paisagem urbana do Rio de Janeiro narrada por Machado de Assis, assunto que vinha sendo tratado como motivo de polêmica entre ensaístas brasileiros que censuravam o romancista por não se valer em seus textos de ícones da exuberância tropical²⁷¹, Pierre Monbeig notou que paralelo ao projeto imobiliário em franco crescimento da cidade de São Paulo, o seu interior também estava sendo loteado segundo uma lógica altamente capitalista de ocupação da terra²⁷². Como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, eles viram na dinâmica econômica do país a razão para a sua exígua herança “positiva” do passado colonial: o processo de constantes abandonos de obras e iniciativas agressivas sobre a vegetação nativa.

No livro *Tristes Trópicos*, publicado no ano de 1955, Lévi-Strauss expôs suas impressões sobre o Brasil, meditadas ao longo de anos após seu regresso à França. Nele, tratou como “franja pioneira” uma dialética entre homem e meio no Brasil, que apresenta pelo abandono do solo e migrações de sua população, a regularidade na história de uma relação do homem com o meio:

(...) no interior, as espécies urbanas nasciam e desapareciam; a província se povoava e se despovoava ao mesmo tempo. Ao se deslocar de um ponto a outro mantendo o mesmo total sempre, os habitantes mudavam de tipo social, e a observação lado a lado de cidades fósseis e de vilas embrionárias permitia, no plano humano e dentro de limites temporais extremamente curtos, os estudos de transformações tão impressionantes quanto (...) ²⁷³.

Este testemunho de Claude Lévi-Strauss remete para os tempos coloniais que desolaram o continente americano; segundo esta elaboração intelectual do tempo histórico, calcada no testemunho, descrita em *Tristes Trópicos*, viajar pelo Brasil foi elucubrar com imaginação sobre as antigas práticas humanas de deslocamento pelos territórios. Nesta narrativa, Lévi-Strauss “acompanha” monçoeiros e tropeiros com seus ritmos vagarosos e regulares em meio à natureza selvagem, ao mesmo tempo que faz relato “memorialista” da modernidade do Brasil pelo signo do despovoamento da América e devastação das paisagens do interior, como bem impressionaram Lévi-Strauss no seu testemunho sobre as margens do caminho de Goiás para Cuiabá²⁷⁴:

O interior do Brasil vivia solidariamente duma vida, lenta sem dúvida, mas contínua; navegava-se em datas fixas, pelos rios, em pequenas etapas que se

²⁷¹ BASTIDE, Roger. “Machado de Assis, Paisagista” [1940]. In: *Impressões do Brasil*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011

²⁷² MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: ed. Hucitec/ed. Polis, 1984. P. 118.

²⁷³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. P. 106.

²⁷⁴ Id., 1996.

encompridavam por meses; e pistas completamente esquecidas em 1935, como a de Cuiabá e Goiás, serviam ainda a um trafico intenso de caravanas contando cada uma 50 a 200 mulas, cem anos antes²⁷⁵.

Uma população buscando novas terras para tirar qualquer proveito dela que se possa alcançar com baixo investimento, esta é a imagem sugestiva sobre o Brasil que comunica a elaboração intelectual de Claude Lévi-Strauss da suas memórias e registros de viagens.

A decadência do caminho de Goiás, antes de ser relatada por Claude Lévi-Strauss, foi a imagem da “guisa” de conclusão de *Monções*. Prenunciando o fim do livro, Sérgio Buarque de Holanda, valendo-se da interpretação de uma economia brasileira pequena em que o progresso de uma região acompanha a decadência de outra²⁷⁶, dissertou sobre a decadência da rota fluvial entre Porto Feliz e Cuiabá, devido ao incremento do tráfico terrestre pela estrada de Goiás e a via fluvial do rio Madeira que, a partir da segunda metade do século XVIII, passou a ser a opção mais atrativa de conexão das minas de Mato Grosso com o Litoral. Através do rio Madeira, os sertanistas driblavam dificuldades do tráfico com São Paulo, e se dirigiam à floresta Amazônica numa viagem que alcançava o Mato Grosso em aproximadamente cinquenta dias. Mal Sérgio Buarque de Holanda introduziu este assunto, as investigações que o levariam a pensar o Norte interrompem. Traço marcante neste livro que comentamos em “Nota”²⁷⁷.

Fora do ecossistema amazônico a relação do homem com o meio ambiente não teria curso diferente, apenas se daria em outro grau. A devastação do meio ambiente garantia a continuidade da ocupação humana colonial, mas obrigava pela decadência da riqueza em torpor do solo a

²⁷⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1957. P. 113.

²⁷⁶ Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* valeu-se da ideia de ciclos econômicos, onde o progresso de um produto colonial vinculado a uma territorialidade “pendia a balança” da economia do Brasil, associando-se com a decadência de outra região.

²⁷⁷ NOTA: A ocupação colonial da Amazônia pouco foi mencionada por Sérgio Buarque de Holanda. É estranho que ele tenha se escusado de tratar deste tema em *Monções*. Conforme o historiador Capistrano de Abreu interpretou no livro *Capítulos de História Colonial*, a “conquista” da Amazônia garantiu a contiguidade do território português na América frente as muitas ameaças de outros reinos europeus. Com a presença portuguesa na Amazônia, passadas décadas de monopólio missionário na região (Cf. ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: ed. Civilização Brasileira, 1976. P. 168.), o rio Madeira se tornou a travessia de acesso às minas do Mato Grosso, inaugurando pela travessia dele e do rio tapajós, meio de alcançar a partir das capitânicas do norte os mercados do Brasil central oriundos dos arraiais e vilas auríferas. Visto que não faltavam motivos para seu estudo, podemos supor que a razão principal disto é que o mérito da “conquista” não tangeu muito a “história dos paulistas”, saindo da órbita dos objetos deste livro: a antropologia histórica dos povoados de monção.

Todavia, a ausência da Amazônia em *Monções* nos chama a atenção visto que o percurso do rio Madeira abria oportunidade para Sérgio Buarque de Holanda adentrar sua investigação para esta região, como fizera anteriormente a ele Caio Prado Júnior e Roberto Simonsen e, mais do que estes dois, conforme mostrou Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial* ser a conquista da Amazônia tema de principal importância para se compreender a expansão territorial da América portuguesa. Viria, em momento futuro, a se ocupar deste assunto através da orientação sua da pesquisa de David Davidson (River and Empire: The Madeira route and the incorporation of the Brazilian far West, 1737-1808. Yale University, 1970.) e a continuação de seu estudo do povoamento do Brasil central em *Extremo Oeste* (Brasiliense: 1986)

transformar o modo de habitá-lo. Nesta guisa, em *Monções*, o declínio das navegações do Tietê conectaria com nosso tempo histórico o signo, cíclico, de grandes sistemas operantes de nossa sociedade que solapam deixando poucos registros junto à nova atividade econômica para onde se dirigem todas as atenções. Numa outra moeda desta história, sociedades indígenas com amplos domínios no passado, como os guaicurús, chegaram no fim do século XIX como maltrapilha população que vivia marginal às cidades, e a cultura monçoeira solaparia com os seus navegadores, descartados continuamente após a economia pecuária ganhar o Brasil central.

O SIGNO DA HABITAÇÃO POPULAR

Segundo Claude Lévi-Strauss, o viajante que passasse pelo trópicos teriam na arquitetura um ícone mais insinuante da sua paisagem do que uma dada vegetação:

Os trópicos são menos exóticos do que inatuais. Não é a vegetação que os atesta, mas miúdos pormenores arquitetônicos e a sugestão de um gênero de vida que nos convence, não tanto de termos transpostos imensos espaços, como de haveremos recuado imperceptivelmente no tempo²⁷⁸.

Para ele, a exaustão dos trópicos pela exploração capitalista da terra imprimiria aos seus edifícios o signo de obsoletos, que ora “saem do tempo”, surgindo como duração de estruturas arcaicas na história, descompassadas com a economia mundial, e ora surgem reunidas com a expressão crua do capitalismo, pela monocultura e a exploração bárbara da população²⁷⁹. O Brasil visto por Lévi-Strauss era o tecido das tramas de complicadas flutuações espaço-temporal que impulsionavam a reunião do arcaico e o moderno no espaço da modernidade. Para intelectuais que crivavam seu interesse em observar estas “flutuações”, a viagem pela “periferia do capitalismo”, enquanto ocasião de reflexão intelectual, garantia uma visão esplêndida da modernidade. Intelectuais brasileiros, com intenção próxima à de Claude Lévi-Strauss, buscaram nestes detalhes arquitetônicos algo que dissesse respeito ao inventário cultural brasileiro, mas, por sua vez, não pelo signo do exótico e estrangeiro tal como os estrangeiros no Brasil precipitavam suas interpretações, mas do autêntico e identitário que se revelava.

²⁷⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1957. P. 86.

²⁷⁹ Esta grande civilização ocidental, criadora das maravilhas que nos encantam, não conseguiu produzi-las sem um reverso. Como a sua obra mais famosa, pilha em que se elaboram arquiteturas de uma complexidade ignorada, a ordem e a harmonia do ocidente exigem a eliminação duma massa prodigiosa de subprodutos maléficos que hoje infectam a terra. Cf. *Ibid.*, p. 35.

Neste contexto, Graciliano Ramos, escritor habituado a viajar, ao descrever uma casa sertaneja que testemunhara no Pernambuco, está tramando o seu pensamento na busca modernista de se valer literariamente da paisagem brasileira. Sua descrição funciona na medida que ele conduz o leitor a adentrar o breu das casinhas de taipa dispersas pelo sertão, pitorescas do modo de vida agarrada à terra puída de uso. É, no mínimo, provocador o seu convite ao leitor de adentrar a habitação do sertanejo pobre:

Aqui vai, com pormenores inúteis do realismo, a descrição duma casa sertaneja, vista há algum tempo nos cafundós de Pernambuco.

Na sala principal há três redes armadas em paus recurvos que saem do esqueleto das paredes. A um canto, um enorme traste de pernas descomunais, que atravessam uma tábua de dez centímetros de espessura, magnífico para rasgar a roupa de quem nele se senta. Aqui e Ali, em tornos de madeira, penduram-se chapéus de couro, gibões, perneiras e peitorais. Alguns sacos e surrões de milho e feijão substituem as cadeiras. Enormes cordas de laçar, cabrestos de cabelo, encerados, cangalhas, alpergatas, sapatões de montar, com grossas esporas de rosetas incríveis, espelhavam-se desordenadamente²⁸⁰.

João Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, narra episódio em que os jagunços surpreendem um menino de cor preta, muito magro, sair com um saco cheio de coisas do retiro de Habão. O menino, acuado pelo jagunço Zé Bebeto e espavorido de medo, conta que estava lá a procura de comida. Revirado o seu saco, encontraram um pé de alpergata, uma pequeno candieiro, uma escumadeira de cozinha e um “arranjado envernizado de couro preto”. Terminado o diálogo tenso e liberado o menino, os jagunços foram até a casa onde a encontraram esvaída de tudo, conforme a personagem Riobaldo narra:

Virgem! – digo ao senhor: o interior dela dava pena, nunca vi nada tão remexido e roubado. Total o que era de jeito de se carregar, o em arcas e em trouxas, e que no comum duma casa remediada se acha, faltava. Não se encontrou uma peça de roupa, uma lamparina de folha, uma folhinha na parede, um gancho de rede, uma raspadeira, um cabresto pendurado, uma esteira, uma vasilha, uma coisa alguma em que se pegar. Eram só as mesas, os catres, os bancos. Tinham limpado a carne daquele costelame. Por onde andaria o dono? Mas se ficou sabendo que o nome dele não era em verdade Abrão, mas Habão, que assim se chamava. Consoante o diploma de patente, que no chão, num canto, avistei, lavrado preenchido cerimonial, de que esse Habão era

²⁸⁰ RAMOS, Graciliano. “Habitação”. In: *Viventes do Alagoas*. São Paulo: Editora Martins, 1967. (Obra póstuma, 1ª edição, 1962). P. 46.

Capitão da Guarda-Nacional, em válidos títulos. Aquele retiro se chamava o Valado. Com pouco mais uns dias que se passassem, o pessoal do Sucruíu era capaz de desmanchar até o prédio da casa, por seus esteios e caibros. Para não falar que, de gado, galinhas e porcos, e cachorros e o mais, nem sinal se divulgava. Sobravam só os passarinhos, soltos, como de toda parte no igual, que piaram uns momentos, pelo acabar da tardinha, alegres assim no empobrecido.

Vai, dentro de lá, num quarto, muito recanto, sediava, no escuro que já fazia, um oratório em armariozinho, construído pregado na parede; que estava com suas poucas imagens e um toco para se acender, de vela-benta. Nisso não tinham desrespeitado de mexer. E nós, então, cada um depois dum, viemos ao quarto-do-oratório beijar a santa maior, que era no seu manto como uma boneca muito perfeita, que era a Minha Nossa Senhora Mãe-de-Todos. Se comeu, se dormiu²⁸¹.

Entre os instrumentos do saco do menino e a ausência notada por Riobaldo, notamos o caráter pragmático da casa surgir na imaginação da personagem, assemelhando a idealidade da casa do retiro com a casa sertaneja descrita por Graciliano Ramos. Talvez isto fosse o que mais chamava a atenção de todos os intelectuais que viajavam pelo Brasil: as casas não ofereciam confortos para além do calor do fogão à lenha e das redes armadas. Os bens que se esperava encontrar nela diziam respeito quase exclusivamente a usos ao ar livre, utilitários de trabalho e de fácil deslocamento.

Como viajante com interesse intelectual, redator de “diários de viagem”, Caio Prado Júnior também guiou sua atenção para esta simplicidade das habitações, em parte de seu diário *Viagem a Ouro Preto* (Março, 1940), conforme vemos em trecho onde ele comenta as habitações do Sul de Minas:

As sedes das fazendas são em regra pequenas; as maiores são aquelas em que se cultiva o café; aí as instalações são acrescidas do terreiro e das casas de máquinas, e ao lado aparecem estas fileiras de casas de trabalhadores, como as colônias paulistas. Casas minúsculas, de porta e janela apenas, em regra [p.35] cada qual isolada, e não justapostas a duas ou mais como se vê nas colônias de S. Paulo.

A maior parte das fazendas, contudo, é de gado apenas, sem contar naturalmente com a pequena lavoura de milho. Aí a sede se reduz à expressão mais simples: a casa, duas ou três construções complementares - chiqueiro, tulha, cocheira - e o curral. Um muro que cerca o conjunto, algumas árvores ornamentais, e nas proximidades a pequena habitação de um trabalhador, e é tudo. Jardim, pomar, horta,

²⁸¹ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Ed. Nova Aguilar, 1994. Pp. 565-566.

tudo inexistente. São luxos que aparecem só nas fazendas maiores, como esta da pedra, a maior de todas, a que já me referi [p.36].²⁸²

A Minas Gerais que visitou Caio Prado Júnior insinuava a economia estagnada, a população esparsa e escassa, a pobreza minimizada pela subsistência da terra, e a forte impressão de conservadorismo da cultura rural brasileira.

Um interessante relato é o de Mário de Andrade feito por carta para o jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nesta carta, ele relata que na sua experiência de viagem no litoral de São Paulo, com intuito de conhecer as ruínas do forte português de Bertiooga, ele pousou (ele e suas companhias) um dia numa casa caiçara, de “taipa”, nesta qual ele conta em tom cômico a seu amigo os desconfortos que passara:

As duas pensões não tinham mais quartos, com veranistas. Afinal fomos dormir numa casa de taipa dum tabaréu que nem iluminação de vela tinha, mordemos um presunto e uma pescada amarela de escabeche que levávamos, e passamos uma noite com sede, porque na Bertiooga não havia água mineral, só perfumarias, guaraná e coisas que embebedam. Noite de água, manhã de água, inda fomos assim mesmo ver o forte da Bertiooga que está com uma das paredes rachadas ameaçando ruir a vigia que dá pro mar alto²⁸³.

Acomodar-se com o povo não era novidade para Mário de Andrade a esta altura de sua vida. Conhecia o interior de uma habitação popular desde muito, razão pela qual o seu esnobismo quanto à habitação de tudo desprovida que o acolhera não se confunde com uma afetação burguesa. Contudo, relatar a noite mal dormida nesta casa tinha um significado para além de divertir seu correspondente. O objetivo desta viagem tinha sido visitar as ruínas do forte de Bertiooga, e a descrição da casa justapõe ao edifício do século XVI no conteúdo do texto. Se podemos supor como verdadeiro que para os modernistas descrever a habitação foi sinônimo de descrever seus habitantes, neste caso, a casa caiçara dizia respeito a uma vida de penúrias ultrajantes, e não servia de exemplo para além da miséria. Já as ruínas de um edifício do passado,

²⁸² Transcrição com ortografia atualizada feita por Matheus de Paula Silva do diário de. Caio Prado Júnior *Viagem a Ouro Preto*. Cf. *Viagem a Ouro Preto*, Março 1940, Arquivo IEB-USP, CPF-CAD004-001. Obs: As páginas interpoladas no texto referem-se à numeração estabelecida pelo Arquivo IEB-USP, e encontram-se no canto superior direito das páginas do caderno.

²⁸³ ANDRADE, Mário de. “Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade”, 01/11/1937. In: *Mário de Andrade - cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró Memória, 1981.

suposto magnífico quando habitado²⁸⁴, imprimiu na paisagem languescida da casa de taipa o signo de um tempo que arruína e nos alcança sem deixar herança.

Esta habitação diferencia-se substancialmente da casa de taipa do sertanejo de Graciliano. Esse é um bom exemplo do enfoque das expedições modernistas. Descrever a casa pitoresca do Brasil, ou melhor, inventariá-la com seus utilitários, está dentro daquilo que se buscou, porque seus utilitários e a penumbra dos seus quartos alocam-se perfeitamente na paisagem contemporânea do Brasil: expressam a fadiga e invenção dentro do tempo histórico, em que se supõe a regularidade da vida em meio à paisagem de prodigalidade exaurida, da terra cansada, e da metáfora de mundo abandonado. Ela está, inclusive, como casa de população volante, de difícil fixação ao lar, expressando, na sua rudeza e pragmatismo, o signo social de habitar na condição do provisório.

O RIO COMO PONTO DE VISTA NARRATIVO

Em 1945 João Guimarães Rosa publicaria *Sagarana*, livro de contos sobre a vida dos brasileiros no interior do país. Este ano foi também da publicação de *Monções* e de *Lira Paulistana*²⁸⁵. Entre estes três livros gostaríamos de atentar para um elemento comum: cenas e alegorias de rios brasileiros. Contudo, anterior a eles, cabe fazer referência ao livro *À Margem da História*, livro de 1909 onde Euclides da Cunha relatou sua viagem pela floresta Amazônica. Nele o rio é, antes de um acidente geográfico, uma força da natureza que expressa a “história da floresta”, indiferente ao tempo da história dos homens. Estar no seu centro se faz na narrativa como um palco em que se promove a experiência de observar a monotonia e o maravilhoso nas margens:

A volubilidade do rio contagia o homem. No Amazonas, em geral, sucede isto: o observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; - o observador imóvel que lhe estacione às margens, sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo²⁸⁶.

²⁸⁴ Id., 1981.

²⁸⁵ Foi o ano de publicação de *A Rosa do Povo*, e foi também o ano em que o artista plástico Glauco Rodrigues inicia na pintura a óleo.

²⁸⁶ CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975. P. 35.

Neste mesmo sentido impressionista em que está narrado o rio Amazonas, o rio Purus foi descrito por Euclides da Cunha pelo fluxo vagaroso de suas águas, que corre de forma serpenteada, e que, após a passagem de uma chuva, deriva nas suas águas elementos pesados, como o tronco de sumaúma entre os detritos carregados pela correnteza que surpreendeu Euclides da Cunha ²⁸⁷. Nesta narrativa, a descrição do rio Purus carrega a impressão do acontecimento maravilhoso observado de um ponto interno do rio, como muitos dos relatos da viagem amazônica adotaram como ponto de vista do testemunho.

Em *O Turista Aprendiz*, de Mário de Andrade, livro escrito em mais de uma década e tributário de seus diários de viagem pelo Nordeste e Amazônia entre novembro de 1928 e fevereiro de 1929, a “viagem amazônica”, assim como foi para Euclides da Cunha, também comunica a impressão do maravilhoso sobressaltando a “vidinha de bordo”, ou seja, a experiência que parte do interior da embarcação para observar as margens dos rios, e que para Mário de Andrade oscilava entre a observação do evento maravilhoso e as longas horas de “monotonia” da paisagem das margens:

Vidinha de bordo. Matos admiráveis chorando em trepadeiras até a água do rio. Por-do-sol prodigioso. Macaquinhos de cheiro. Na boca do Jutai vimos uma índia lindíssima, tipo asiático perfeito. Estávamos parados, esperando a comunicação com um seringal lá de dentro do Jutai. (...) Pois a índia maravilhosa não percebi uma só vez olhar o navio, sempre de olhos baixos. Vestia saia de mulher mesmo, apertada na cintura nua. E trazia uma espécie de blusa encarnada (a saia era escura) que caía solta em pregas até o ventre. Quando foi embora é que percebemos que a blusa era só na frente, tapando os seios, atrás acabava apenas num babado cobrindo os ombros, costadinho de fora²⁸⁸.

O rio se sobrepõe ao lugar do observador nas obras de Mário de Andrade e Euclides da Cunha. A partir do “meio do rio” testemunha-se a vida da margem, que ora tem sua monotonia quebrada pelo acontecimento maravilhoso avistado nas margens, e a correnteza que arrasta lentamente, causando o deslumbre e o pavor; ao mesmo tempo, a lentidão dos ritmos, da embarcação, do ciclo do dia, da paisagem da planície amazônica. O repertório de “ícones amazônicos” pode, assim, atingir sentidos diversos, como fez, segundo André Botelho, Mário de Andrade em relação à longa tradição de representações amazônicas²⁸⁹.

²⁸⁷ CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Rio de Janeiro: ABL, 2005. Pp. 29-30.

²⁸⁸ ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Ed Duas Cidades, 1976. PP. 98-99.

²⁸⁹ BOTELHO, André. A viagem de Mário de Andrade à Amazônia entre raízes e rotas. In: *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 57, p. 15-50, dez. 2013. P. p. 47.

Raul Bopp entre os intelectuais brasileiros modernistas, destacou-se por aquilo que era muito comum em quase todos: o gosto pela viagem de “descoberta do Brasil”. Passada a infância na pequena cidade de Tupanciretã, Rio Grande do Sul, aos dezesseis anos se aventurou pela América do Sul, guiando-se à cavalo para o Paraguai. Durante o ensino superior, intercambiou seu curso entre universidades, percorrendo Porto Alegre, Recife, Belém e Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de Direito. Neste período, em que contava com o desprendimento da juventude, escreveu poemas, circulou entre grupos de intelectuais e conheceu o Brasil de Sul a Norte, literalmente²⁹⁰. Nunca pararia de viajar, como se pode dizer levando em conta a sua carreira na diplomacia que iniciou na década de 1930. Em 1928 publicaria, fruto de seu inventário de experiências e sua inteligência artística, *Cobra Norato*.

Neste poema narrativo, o herói, um sertanejo que deseja casar-se com a princesa Luzia, que vive nas “Terras do Sem fim”, atrai e mata Cobra Norato, vestindo sua pele, se tornando por isto em parte cobre e em parte humano. Desde então, ele inicia a viagem errante pelos rios e igarapés, se comunicando com os seres da floresta tal como um, mas sempre em busca de sua amada, a princesa Luzia. A saga de Cobra Norato à procura de Luzia tem seus episódios marcados por poemas numerados. Em todo o poema *Cobra Norato*, vemos Raul Bopp valer-se de figuras de estilo como do animismo, prosopopeia e personificação para expressar a experiência amazônica pelo ponto de vista híbrido, animal e humano, tal como é a natureza do herói Cobra Norato. No poema IV, estes recursos foram mobilizados para atribuir ações e vontades ao rio:

IV

Esta é a floresta de hálito podre
Parindo cobras

Rios magros obrigados a trabalhar
A correnteza se arrepiou
Descascando as margens gosmentas

Raízes desdentadas mastigam logo

Num estirão alagado
O charco engole a água do igarapé

Fede
O vendo mudou de lugar

Um assobio assusta as árvores
Silêncio se machucou
Cai lá adiante um pedaço de pau seco:

²⁹⁰ MASSI, Augusto. “A forma elástica de Bopp”, in: BOPP, Raul. *Poesia Completa de Raul Bopp*. Rio de Janeiro: ed. José Olympo, 2013.

Pum

Um berro atravessa a floresta
Chegam outras vozes

O rio se engasgou num barranco

Espia-me um sapo sapo
Aqui tem cheiro de gente
- Quem é você?

-Sou a Cobra Norato
Vou me amasiar com a filha da rainha Luzia²⁹¹

João Guimarães Rosa, intelectual dotado de exuberante memória recheada de experiências intimistas com o povo sertanejo de Minas Gerais, apresentou em seu livro *Sagarana* uma série de contos de onde destacamos o conto “O Burrinho Pedrês” pela significação do rio como alegoria, e o uso da figura de estilo da personificação. Em um de seus episódios, uma conversa entre o vaqueiro Manico e o “Major”, dono da boiada que seguia viagem para o trem onde seria confinada, o major Saulo, orgulhoso de ser homem rico sem ter recorrido a instrução escolar, expressa sua percepção de enriquecimento por metáfora onde o tempo “cíclico” da venda de boiada é representado por uma correnteza, e as margens do rio encharcadas, o lucro dos negócios:

- Pois eu não. Nunca estive em escola, sentado não aprendi nada desta vida. Você sabe que eu não sei. Mas, cada ano que passa, eu vou ganhando mais dinheiro, comprando mais terras, pondo mais bois nas invernadas. Não sei fazer conta de tabuada, tenho até enjoio disso... Nunca assentei o que eu ganho ou o que eu gasto. O dinheiro passa como água no córrego, mas deixa poços cheios, nas beiras. Gosto de caminhar no escuro, João Manico meu irmão!²⁹²

No episódio final de “O Burrinho Pedrês”, os vaqueiros estão retornando para a fazenda após entregar a boiada do major Saulo na estação de trem. Se na ida a travessia do gado pelo rio foi uma dificuldade, na volta seria uma dificuldade ainda maior. A estória caminhava para seu desfecho. O vaqueiro Silvino estava prestes a assassinar Badú, de quem nutria ódio devido a sua namorada tê-lo abandonado para se juntar a ele. Francolim estava encarregado pelo major Saulo de vigiar Silvino, fazendo-se vigilante de toda a situação. Badú ia montado no burro sozinho atrás, muito bêbado, incapaz de defender-se. Chegava a comitiva próxima do rio que na ida atravessaram. O rio se mostrou muito caudaloso, e um vaqueiro lembrou que nas cabeceiras do rio se dizia que vinha chovendo fazia dias. Sugeriu Silvino que se o burro

²⁹¹ BOPP, Raul. *Poesia Completa de Raul Bopp*. Rio de Janeiro: ed. José Olympo, 2013. P. 171.

²⁹² ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: ed. Universal, 1946. Pp. 35-6.

entrasse, não haveria perigo e os cavalos se encorajariam a atravessar o rio. O burro pedrês, “Sete-de-Ouros”, esperou e decidiu entrar, os cavalos o seguiram. No meio do rio, encontraram o curso natural da água e perderam o controle da travessia, levando todos à morte, com as exceções de Badú, bêbado agarrado à crina de Sete de Ouros e Francolin, agarrado no rabinho do burro, formando um trio flutuante que, conduzidos pelo burro, não faziam resistência contra a força da tromba d’água. Neste momento da narrativa, o rio se torna animalesco, sendo comparado com uma grande cobra que contém um universo de coisas misturadas no seu interior:

E ali era a barriga faminta da cobra, comedora de gente; ali onde findavam o fôlego e a força dos cavalos aflitos. Com um rabejo, a corrente entornou a si o pessoal vivo, enrolou-o em suas roscas, espalhou, afundou, afogou e levou. Ainda houve um tumulto de braços, avessos, homens e cavalgaduras se debatendo. Alguém gritou. Outros gritaram. Lá, acolá, devia haver terríveis cabeças humanas apontando da água, como repolhos de um canteiro, como moscas grudadas no papel-de-cola. A estibordo de Sete-de-Ouros, foi o berro convulso, aspirado, de uma pessoa repelida à tona, ainda pela primeira vez. Mas isso foi bem a uns dez metros, e cada qual cuidava de si. ²⁹³

No romance *Menino de Engenho* (1932), de José Lins do Rêgo vemos as “águas do rio Paraíba” significarem uma liturgia naturalista de tipo “ritual iniciatório”. Nesta narrativa Carlinhos, então com quatro anos, se muda para o Engenho no município de Pilar, de seu avô, coronel Cazuya, por ocasião da tragédia de sua família, em que sua mãe Clarisse fora assassinada a tiros pelo seu pai, que logo em seguida foi preso. Chegando no engenho, o tio de Carlinhos, Dr. Juca, o leva para tomar banho no poço, o que seria atribuído a este episódio o signo de um ritual de iniciação, em que a água do rio viria a preparar a criança para a sapiência requerida para peraltear nas posses do engenho:

Tio Juca levou-me a tomar banho no rio. Com uma toalha no braço e um copo grande na mão, chamou-me para o banho.

- Você precisa ficar matuto.

Descemos uma ladeira para o Paraíba, que corria num fino fio d’água pelo areal branco e extenso.

- Vamos para o Poço das Pedras.

Pouco mais adiante, debaixo de um marizeiro, de copa arrastando no chão, lá estava uma destas piscinas que o curso e a correnteza do rio cavava nas suas margens. E

²⁹³ ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2001. P. 95

foi aí, com tio Juca, que bebeu, antes do seu banho, um copo cheio de remédio para o sangue, dormindo no sereno, que entrei em relação íntima com o engenho de meu avô. A água fria do rio, àquela hora, deixou-me o corpo tremendo. Meu tio então começou a atirar-me para o fundo, ensinando-me a nadar.

Daquele banho ainda hoje guardo uma lembrança à flor da pele. De fato, para mim, que me criara nos banhos de chuviscos, aquela piscina cercada de mata verde, sombreada por uma vegetação ramalhada, só poderia ser uma coisa do outro mundo.

Na volta, o tio Juca veio dizendo, rindo-se:

- Agora você já está batizado.

Quando chegamos a casa o café estava pronto. Na grande sala de jantar estendia-se uma mesa comprida, com muita gente²⁹⁴.

De modo aproximado, em *Nordeste*, de Gilberto Freyre, os rios e riachos foram mobilizados para alegorizarem o memento “doce” das antigas matas e fertilidade do solo, como um teatro da prodigalidade indelével que, a despeito do esgotamento que a lavoura de cana imprimiu a paisagem, a sociedade poderia com os banhos nos poços e riachos renovarem a sua existência tradicional, como sugere a “liturgia dos banhos de rios” descritos em *Nordeste*:

O banho de rio quando não era um rito, como os dos “romeiros da saúde” no Poço da Panela, era uma festa. Passava-se a festa – o Natal, o ano-bom, o Dia de Reis – junto dos rios. O rio recebia então muito corpo pálido de sinhá dengosa, moças quase tuberculosas de tanto viverem dentro das camarinhas. No rio elas se libertavam do escuro e do abafado dos seus quartos de doente: ficavam umas verdadeiras meninas gritando e nadando nuas. O rio recebia o corpo dessas moças finas e não apenas o dos moleques da bagaceira limpando-se do suor e do sujo do trabalho; ou o dos negros dando banho nos cavalos²⁹⁵.

Cabe ressaltar que a descrição idílica dos riachos e rios de água cristalina, representados como sendo frequentados por sociedade de felicidade orgânica a hierarquia estamental tem sentidos diferentes nas obras de José Lins do Rêgo e Gilberto Freyre. Enquanto nos romances de José Lins do Rêgo as tensões de uma sociedade violenta são a todo momento aparentes, com Gilberto Freyre o retrato “memorialístico” dos engenhos contribui para idear positivities da violência que soergueu a cultura rural brasileira. Todavia, em *Nordeste* parece ser este “equilíbrio” perturbado pelo avanço das usinas sobre uma natureza de formas gastas, amortizadas pelo efeito

²⁹⁴ RÊGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1976. P. 58.

²⁹⁵ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004. P. 64.

de séculos de colonização. O traço nostálgico e a denúncia dos impactos que as usinas causavam na zona da Mata pontuariam o teor da crítica à modernidade de Gilberto Freyre.

Sob perspectiva da história muito diferente a de Gilberto Freyre, os rios com Mário de Andrade também seriam mobilizados para significar a crítica à modernidade. “Meditação sobre o Tietê” (1945) foi um poema derradeiro da vida de Mário de Andrade publicado no livro *Lira Paulistana*. Neste poema, Mário de Andrade comunica sentimento de angústia sobre a sociedade Brasileira pela figuração de rios²⁹⁶:

Destino, predestinações... meu destino. Estas águas
Do meu Tietê são abjetas e barrentas,
Dão febre, dão a morte decerto, e dão garças e antíteses.
Nem as ondas das suas praias cantam, e no fundo
Das manhãs elas dão gargalhadas frenéticas,
Silvos de tocaias e lamurientos jacarés.
Isto não são águas que se beba, conhecido, isto são
Águas do vício da terra. Os jabirus e os socós
Gargalham depois morrem. E as antas e os bandeirantes e os ingás,
Depois morrem. Sobra não. Nem sequer o Boi Paciência
Se muda não. Vai tudo ficar na mesma, mas vai!... e os corpos
Podres envenenam estas águas completas no bem e no mal.

Isto não são águas que se beba, conhecido! Estas águas
São malditas e dão morte, eu descobri! E é por isso
Que elas se afastam dos oceanos e induzem à terra dos homens,
Paspalhonas. Isto não são águas que se beba, eu descobri!
E o meu peito das águas se esborrifa, ventarão vem, se encapela,
Engruvinhado de dor que não se suporta mais.²⁹⁷

Nas várias estrofes do poema, o rio Tietê surge como o rio encachoeirado que visita a metrópole brasileira e corre para o interior. Nos versos *Contigo, Irmão pequeno, no exílio da preguiça elevada, escolhido/ Pelas águas do turbido rio do Amazonas, meu outro sinal*²⁹⁸, o Amazonas, monótono e que corre “turbido” para o mar, marca o contraponto com o Tietê, firmando nas suas diferenças de correnteza de águas a dificuldade de se compreender aquilo que

²⁹⁶ Cf. RUFINONI, Simone Rossinetti. “A lira esfacelada do poeta”. In: *Língua e Literatura*, n. 22, p. 155-168, 1996.

²⁹⁷ ANDRADE, Mário de. “Meditação sobre o Tietê”. In: *Poesias Completas*. São Paulo: Ed. Itatiaia – EDUSP, 1987. P. 388.

²⁹⁸ Id., 1987.

nos reúne num plano nacional, visto a alteridade dos ecossistemas que constituem o Brasil. Esta dificuldade conclui em reconhecer o fator unificador da sociedade brasileira naquilo que penetra no conteúdo das águas dos rios: a paisagem decrépita que emerge do liame entre a prodigalidade da natureza e a violência penetrada na microfísica da sociedade brasileira.

Monções narra a parcela da sociedade colonial do século XVIII que emergiu dos rios do Brasil central. Sua narrativa, alheia às figuras de estilo que acompanhamos, faz, entretanto, do rio ponto de vista da narrativa histórica.

Vejamos como esta expressão se forma. *Monções* é um livro monográfico que narra a história do povoamento colonial do Brasil central no século XVIII. Nele, todos os rios da travessia “Porto Feliz – Cuiabá” são descritos minuciosamente, por seus encachoeiramentos, lugares de pouso, e a força de suas águas. Na descrição dos rios, a hipérbole, tal como a de Euclides da Cunha, aqui será afastada por Sérgio Buarque de Holanda: o realismo apurado pelo historiador a partir dos documentos históricos bastaria para expressar esta paisagem no sentido acurado que se buscava, sem por isto inibir qualquer sentido assoberbante, conforme vemos neste fragmento do capítulo “Estradas Móveis”:

O maior perigo estava, porém, no Jupiá, onde era preciso mão forte nos remos, para vencer terríveis redemoinhos. Do terror que causava este passo aos navegantes, há testemunho, já em 1628, no diário de d. Luiz de Céspedes Xeria: “grandísimos remolinos de agua y de mucho peligro para las canoas, donde me desembarque com toda mi gente, siendo por tierra grande pedazo y las canoas por este peligro”. Toda a habilidade dos proeiros consistia, neste passo, em evitar, tanto quanto possível, o sorvedouro central que ora atrai as águas, ora as vomita, “à maneira de um homem que respira”, segundo a comparação do sargento-mor Juzarte²⁹⁹.

Devido a seu registro histórico, muito esquisito seria se o rio fosse representado com a variedade do leque de figuras de estilo que apresentamos. Contudo, alguns sentidos figurados extravasam: através da citação de documento histórico, a personificação dos rios aparece no documento histórico, na metáfora de cunho do sargento-mor que personifica o rio, ao estilo dos rios que “viram cobras”. Num sentido amplo da narrativa de *Monções*, o rio se faz também figurado pois é onipresente na narrativa, modulando as tensões de forças, do meio e da vida social. Imerso nos rios se passa a maior parte da luta pela sobrevivência de uma parte da sociedade colonial que, amarrada ao sentido existencial, isto é, “aventureiro”, se valeu pragmaticamente da cultura material indígena para lograr o comércio e as empresas de garimpo no Brasil central.

²⁹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P. 111.

Através deste signo amplificado da “existência fluvial”, *Monções* se torna cada vez mais uma narrativa “úmida” e que “vagueia como uma canoa”.

O MISTERIOSO NA HISTÓRIA

Tanto nas narrativas modernistas como nas narrativas de cultura popular, quando se anuncia o entardecer, momento de acentuados contrastes claro-escuro, a mentalidade paralógica³⁰⁰ encontra um meio de ser narrada. A noite fornece para a narrativa a hipersensibilidade da inteligência para o questionamento sobre as imagens vistas sob ela. É sob a noite que os eventos mais fabulosos encontram ocasião de serem narrados.

A literatura popular, via de regra, pontua os episódios de suas narrativas com intervalos do ciclo de um dia. Períodos como do entardecer e da madrugada são sugestíveis de mistérios, assim como grotas, igarapés, florestas, entre outros lugares de penumbra suscitam a imaginação para o sobrenatural. Neste sentido, encontra-se no cordel de Leandro Gomes de Barros “O Boi Misterioso”, a narrativa dos eventos regrados pelo ciclo do dia. Nesta história, vaqueiros de várias

³⁰⁰ “A respeito do conceito de paralógico na criação poética, reportamos ao comentário feito por Mário de Andrade: Não creio que deva-se dizer que esta é mais perfeita que a outra só porque as frases dos textos são mais lógicas se referindo todas pro mesmo assunto. Nos contrassensos de texto popular, que parecem à primeira vista surgirem unicamente da precisão de rimar, uma análise mais carinhosa percebe sutilezas, irônicas, sexuais, etc. muitas feitas admirabilíssimas. Nosso caboclo é cuera nisso. (...) O indivíduo popular, por isso há-de ter necessariamente o mecanismo intelectual dele sujeito (vejam em que digo sujeito e não formado, porque a inteligência dum indivíduo popular muitas feitas é formidável e muito hábil) sujeito ao mecanismo intelectual do povo (que se pode chamar de mecanismo primário) possui uma maneira de pensar que por mais ilógica que pareça, é sempre lógica. É muito mais de elite falar dois versos:

“A lua traz uma calça

Que o pato chorou na Italia”

Do que fazer uma imagem lógica. O indivíduo popular jamais não é ilógico. Ele atinge no entanto um mecanismo intelectual paralógico por vezes maravilhoso e que se a gente não pode afirmar que seja compreendido criticamente nem por ele nem pelos escutadores populares, porque a compreensão crítica de fato não se acomoda com o mecanismo intelectual primário do povo, nem por isso deixa de ser compreendido. Porque senão, pela precisão de lógica que rege a inteligência em estado bruto, essa maneira de poetar repugnava ao povo e deixava de o interessar. O povo é tão lógico na sua maneira de trabalhar com a inteligência, que o que lhe parece sobrenatural ele explica pelo sobrenatural. Só mesmo já uma inteligência desenvolvida pela cultura é que pode chegar ao ilogismo inicial de supor que o sol se movendo do oriente pro ocidente não se move não, mas é a Terra que move porém. O povo não compreende criticamente os raciocínios paralógicos que ele próprio faz sobretudo em versos, porém esses raciocínios aparentemente idiotas, penetram nas partes profundas do ser, são sentidos e possuem uma evidência pra qual concorrem os fenômenos da subconsciência; Essa evidência, e essa ação compromissiva e concordante, o indivíduo despopularizado não pode mais ter, ou tem rarissimamente, ou por esforço de vontade porque a inteligência do indivíduo despopularizado deixa de ser sintética pra se tornar analítica e deixa sobretudo de ser uma manifestação global da entidade pra se tornar um fenômeno, uma víscera, uma secreção isolada. A maior conquista das artes contemporâneas está em reencarnar a inteligência dentro do compromisso constante da entidade humana, coisa rara mesmo nos maiores gênios do passado.” Cf. ANDRADE, Mário de. *Os Cocos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1984. pp. 348-349.

regiões do Brasil se dirigem para as fazendas do coronel Sizenando, onde perseguem um enorme boi preto, que nascera misteriosamente à meia-noite, cria de uma “vaca velha”. Por um longo período de tempo muitos vaqueiros, que chegam às dezenas, fracassam na empreitada de capturar o boi. Todos perdem seus cavalos de exaustão e desistem abatidos.

Esta é uma estória com muitos índices temporais que, não por acaso, carregam uma função: eles sincronizam a imaginação popular com o horário do ciclo de um dia, imprimindo, por efeito, a verossimilhança na sequência dos episódios. Os episódios de busca do Boi Misterioso incorrem na representação de uma rotina: iniciam pela manhã, duram todo o dia sem sucesso, e terminam entre cinco e seis da tarde, horário de relativo repouso dos vaqueiros e quando entre eles iniciam as especulações sobre o paradeiro e a natureza do boi. Nesta estória, da meia-noite até a madrugada, as personagens narram acontecimentos assombrosos, como foi o caso da narrativa da vizinha do índio Benvenuto, vaqueiro da fazenda:

Bem encostadinho ao índio,
uma velha fiandeira,
morava numa casinha
e fiava a noite inteira
disse que quase se assombra
ali numa sexta feira.

Disse: à meia noite em ponto
eu ainda estava fiando,
em casa do Benvenuto
eu ouvi gente falando
espiei por um buraco,
vi chegar um boi urrando.

A velha disse: Deus mande
a cascavel me morder,
se de lá da minha casa
não ouvi o boi dizer
boa noite Benvenuto,
eu só venho aqui te ver.

O boi disse outras palavras
que eu de lá não pude ouvir
o caboclo e a mulher
disso ficaram a sorrir
o boi o índio e a mulher,
todos três eu vi sair³⁰¹.

O período noturno do ciclo do dia, junto aos demais elementos que compõem o episódio, permitiram que o acontecimento assombroso em *O Boi Misterioso* se tornasse verossímil. Estes fenômenos de sugestionamento pelo estímulo cognitivo, que entendemos estar intimamente conectado com o sobressalto da imaginação em direção à fantasia, é também compreendido por *pareidolia*³⁰². João Guimarães Rosa se valeu destes “jogos de claro-escuro” dos horários de penumbra para inserir na narrativa a sugestão do acontecimento sobrenatural. É o caso do diálogo em “O Burrinho Pedrês”, de *Sagarana*, entre o capataz Raymundão e o fazendeiro major Saulo. Quando Raymundão relata o mistério que envolvia os bois e horários de pouca luz:

Ninguém não pode pegar no sono enquanto não clareou o dia. O calundu, aquilo ele berrava um gemido rouco, de fazer piedade e assustar... uivava até feito cachorro, ou não sei se eram os cachorros também uivando, por causa dele.

(...)

- às vezes tem coisas dessas, que a gente não sabe Raymundão.

- Isso agora eu acredito, seu Major. Sei de um caso que se passou há muitos anos, contado por meu pai, que quando moço foi campeiro de um tal Leôncio Madurêra, no sertão. Leôncio Madurêra era um homem heródes, que vendia o gado e depois mandava cercar os boiadeiros na estrada para matar e tomar os bois... Pois meu pai contava que, quando ele morreu, e os parentes estavam fazendo quarto ao corpo, as vacas de leite começaram a berrar feio, de repente, no curral. Coisa que o garrote preto urrava:

- Madurêra!... Madurêra!...

E as vacas respondiam, caminhando:

³⁰¹ BARROS, Leandro Gomes de. *O Boi Misterioso*. Recife: Ed. S.N., 1948. Versos 967-990, P. 501.

³⁰² Pareidolia (do grego *para* (entre) - *eidolon* (forma, imagem, figura)) é o nome do fenômeno psicológico caracterizado pela percepção de formas vagas e/ou figuras escassamente estruturadas, que se encaminha para a significação de algo sugestionado pela atividade mental do indivíduo. Cf. Péricles Maranhão-Filho; Maurice B. Vincent. “Neuropareidolia: pista diagnóstica a partir de uma ilusão visual”. *Arq. Neuro-Psiquiatr.* vol.67 no.4, São Paulo: Dec. 2009.

- Foi p'r'os infernos!... Foi p'r'os infernos!...

... Tiveram de soltar tudo e de enxotar para o pasto, porque eles não queriam sair de perto da casa. E meu pai contou que, de longe, a gente ainda escutava a maldição deles, que subiam o caminho do morro, sem parar de berrar:

- Madurêra!... Madurêra!...

- Foi p'r'os infernos!... Foi p'r'os infernos!... ³⁰³.

A chegada da noite na floresta impõe o ritmo dos episódios de *Cobra Norato*³⁰⁴, do poeta Raul Bopp. A passagem do dia para a noite confunde os sentidos permitindo que o real fique sobressaltado para abrigar o improvável. À noite, a tessitura das raízes, as sobras, os ruídos das copas das árvores, os sons distantes, todos estes elementos se tornam estimulantes para a imaginação; além da noite, quando o acontecimento se passa na floresta, a percepção do homem fica em estado de atenção, pavor, medo, abrindo-se lastro no real para o evento misterioso na narrativa³⁰⁵:

II

Começa agora a floresta cifrada

A sombra escondeu as árvores

Sapos beijudos espiam no escuro

Aqui um pedaço de mato está de castigo

Arvorezinhas acocoram-se no charco

Um fio de água atrasada lambe a lama³⁰⁶.

Conforme se vê neste fragmento da segunda parte do poema, a narrativa se inicia apresentando a sombra e os ruídos de anfíbios, assim como pontos de completa escuridão, antes de desenvolver uma figura de estilo, tal como o animismo. A floresta cheia de mistérios, conforme sugere as imagens que se formam conforme a cena se preenche de movimentos dos elementos descritos, permite à narração de tudo que está presente como se fossem consubstanciados por uma só manifestação de vida, “*Arvorezinhas acocoram-se no charco/um fio de água atrasada lambe a lama*”.

³⁰³ ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro, ed. Universal, 1946. Pp. 44-5.

³⁰⁴ BOPP, Raul. *Poesia Completa de Raul Bopp*. Rio de Janeiro: ed. José Olympo, 2013.

³⁰⁵ Em *Cobra Norato* o sertanejo que se apaixona pela rainha Luzia se intoxica com “puçanga de flor de tajá”, planta muito tóxica que pode gerar alucinações”, antes de matar a entidade Cobra Norato e travestir-se dela. A representação do consumo de drogas também criam oportunidade para a representação da magia e do mistério na narrativa.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 168.

Tal harmonia da vida em todos os elementos da cena compromete a evolução do páthos na cena, o que frustra a expectativa, visto que temos na estória: um herói, uma missão “cavaleiresca”, um ambiente a princípio inóspito, e a vigília constante da personagem para se garantir viva. O que a narrativa oferece é o oposto: afetuosidade lúdica, como lemos na terceira parte do poema:

Sigo depressa machucando a areia
Erva-picão me arranhou
Caules gordos brincam de afundar na lama
Galinhos fazem *psiu*³⁰⁷

Tendo em vista que tudo nesta narrativa se deu em função do registro pragmático da vida na floresta da personagem, caberia constatar que a própria modulação lúdica da experiência tem uma função na luta pela vida da personagem. Estaria, nesse caso, fornecendo a assimilação lúdica da experiência e marcando um contraponto com a experiência aterrorizante de se ver imerso na densa floresta. João Guimarães Rosa em “O Burrinho Pedrês”, em um episódio em que se narra a chuva alcançando a viagem dos vaqueiros, o lúdico adquire o sentido pragmático de contornar a paralisia da inteligência que a chuva sobre a boiada deixou os vaqueiros. Nesta passagem narra-se uma pesada nuvem de chuva refletir-se no comportamento da boiada, os vaqueiros temerem o estouro da boiada, momento que a descrição de João Guimarães Rosa projeta a figura de um lagarto em movimento para significar o olhar temeroso dos vaqueiros:

Chegava a chuva, branquejante, farfalhando rumorosa, vinda de trás e não de cima, de carreira. Alcançou a boiada, enrolando-a toda em bruma e continuando corrida além. Os vultos dos bois pareciam crescer no nevoeiro, virando sombras esguias, de reptis desdebuxados, informes, com o esguio das bátegas espirrando dos costados. O pisoteio teve um tom mole, de corrida no bagaço. E houve mugidos. Mas, roufenho, o berrante trombeteou de novo, mais forte, na frente.

- Canta, gente!

E, aí, soltaram a chuva de verdade: chuva pesada, despejada, um vasto vapor opaco. Era como se a gente passasse por debaixo da cachoeira. E desenxergaram-se, de todo, os bois. Mas os vaqueiros cantavam juntos:

“*Chove, chuva, choverá,*
Santa Clara a clarear
Santa Justa há-de justar”

³⁰⁷ Ibid., p. 170.

*Santo Antônio manda o sol
P'ra enxugar o meu lençol...*³⁰⁸

A cantiga afasta a paralisia que pode colocar toda empreitada em risco. De certa forma, “aquece” a inteligência, que estava arrefecida pela forte chuva que, por sua vez, obscureceu a visão dos vaqueiros e os impediu de observarem toda a boiada que vinham conduzindo.

Da narrativa do misterioso, vista a sua ampla presença na literatura popular, e a importância nela dos índices que garantem sua verossimilhança dos “causos misteriosos” na rotina de trabalho e itinerância, deduzimos manifestar com ela a função, pragmática, de auxiliar na sobrevivência em meio hostil à vida humana ao evitar a paralisia da inteligência pelo pavor em situações de turbidez dos sentidos e vulnerabilidade do corpo. Desta forma, o agenciamento na realidade do acontecimento misterioso e do módulo lúdico de narrar os episódios seriam também táticas para a sobrevivência em situação de hostilidade.

Este mesmo pragmatismo para a sobrevivência, em *Monções*, é faceta do “aventureiro” de Sérgio Buarque de Holanda. A viagem monçoieira contara com muitos riscos, como fica extensamente registrado em *Monções* pelas centenas de pontos encachoeirados que as embarcações tinham que superar, dependendo da perícia dos proeiros. Conforme descreve Sérgio Buarque de Holanda, em certas horas do dia a neblina ocultava as margens dos rios,

A navegação fazia-se, comumente, das oito horas da manhã às cinco da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos e eram presas a troncos de árvores, com o auxílio de cordas ou cipós. Os densos nevoeiro, que se acumulam sobre os rios durante a tarde e pela manhã. Às vezes até o meio-dia, impediam que se prolongasse o horário das viagens³⁰⁹.

Desta jornada da viagem monçoieira, podemos crer se tratar a neblina, que surge no seu início e seu término, de um elemento recorrente muito sugestivo para a elaboração da narrativa do misterioso. A neblina é um fenômeno que favorece a ocorrência do medo, muito devido a turbidez da visão neste ambiente estimular a imaginação. O mistério e a visão de seres e ocorrências “mágicas” poderia ser facilmente compartilhada como relato nos acampamentos e pousadas pela noite, quando a serenata, a reunião entorno do fogo e a aguardente na beira do rio estimulavam a construção poética da experiência vivida no dia ou rememorada da lembrança. Através da experiência temerosa e da sua elaboração poética posterior, as entidades mágicas tal como o minhocão, entidade similar a uma gigantesca cobra-cega que possui cabeça monstruosa, e a

³⁰⁸ ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. P. 55.

³⁰⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. P.142.

inquietação de se sentir observado por indígenas, ganhavam uma natureza na imaginação popular, permitindo nomear o desconhecido que a turbidez dos sentidos não pudera compreender na experiência dentro da canoa:

O medo inspirado pelas cachoeiras, pelos índios bravios, pelo “minhocão” – essa entidade monstruosa que parece resumir em si todas as forças hostis da natureza – poderia ajudar a corrigir um pouco o pobre naturalismo daqueles aventureiros, se o recurso aos poderes sobrenaturais não fosse entendido, neste caso, menos como um meio de salvação das almas do que de conservação e sustento dos corpos³¹⁰.

Embora fábulas populares sobre seres assombrosos constituam enfoque excelente para estudar a mentalidade popular na história, uma vez que nos possibilita conhecer a imaginação popular no passado comparando-a com a imaginação popular sobre o misterioso no presente, foi para a assombração dos indígenas espreitadores nas margens de rios que Sérgio Buarque de Holanda dirigiu sua investigação, e de onde extraiu informações sobre a mentalidade própria das monções de povoados.

Paiaguás, caiapós e guaicurús

Os paiaguás formam um povo indígena que supostamente vivia nas margens do rio Paraguai. Segundo documentos históricos, foi um povo assaltante que assolou os viajantes de monção, e isto é quase tudo que se sabe sobre ele. Afora as notícias que os documentos nos trazem de suas investidas contra a Colônia, nada de particular se sabe deles. Supõe-se, inclusive, como apontou Sérgio Buarque de Holanda sobre o diário de Carl von Martius, que sequer eles existiram³¹¹. Cabe a nós responder a questão sobre porque um povo que provavelmente não existiu, visto que deles não se conheceu nada, língua, cultura material, etnia, fora, todavia, tão famoso e comentado.

Diferente dos paiaguás, caiapós e guaicurús são povos indígenas cuja existência podemos verificar na história colonial. Os caiapós se impuseram por extenso território no Brasil, após séculos de conflitos com a Colônia, Monarquia e a República. Com a duração do convívio com a Colônia se especializaram em assaltos a viajantes, principalmente em Goiás, São Paulo e Mato Grosso.

³¹⁰ Ibid., p. 105.

³¹¹ Ibid., p. 141.

Os guaicurús povoavam a imaginação popular. Eram conhecidos pelos sertanistas de outras décadas³¹². Seu território abrangia a região de Cuiabá, sendo por isto povo que assolou além dos comboios, os povoados de garimpo e fazendas³¹³. O convívio com viajantes que buscavam atingir as minas de prata fez deles um povo especializado nos assaltos. O conhecimento mais notório sobre eles foi que rapidamente se adaptaram para a montaria a cavalo.

Eram temidos pelos paulistas desde as emboscadas que estes indígenas os surpreendiam quando estavam se dirigindo às missões jesuítas do sul, estas que, por sua vez, os paulistas assaltavam. Passado um século, persistiram sendo uma ameaça, e eram lembrados na iminência do suspiro sempre que o caminho para as monções de povoado se mostrava de difícil defesa da posição. A presença deles jamais poderia ser mistificada como foi a dos paiaguás. Seus hábitos e perícias eram muito familiares para figurarem no misterioso: hábeis em instrumentos de fabrico europeu, como armas movidas à pólvora, espalhados em vasto território e maravilhosamente cavaleiro³¹⁴. Pela sua economia de pilhagem, poderiam até sugerir a lembrança dos húngaros, que, antes de estabelecerem um reinado cristão, assolavam com cavalarias os reinos feudais europeus; mas, na América Moderna, os guaicurús eram demasiadamente parecidos com os povos que investiam contra: eram predadores e ambulantes, tais como todos os sertanistas.

Nos relatos, referidos como um povo habitante das paisagens do Brasil central, os paiaguás ofuscavam os guaicurús ao ter a eles sido creditados vários ataques documentados, que infringiram assombrosas perdas, como foi o caso em 1725 do ataque à comitiva de Diogo de Souza, que levou a perda de vinte canoas e, de um total de 600 membros da comitiva, apenas duas sobreviveram³¹⁵. Sabia-se que os paiaguás viviam nas margens do Paraguai, e que ocupavam território justaposto aos caiapós e guaicurús, e todo o restante que se sabia deles não permitia os singularizar em relação a seus vizinhos:

Esses índios acometiam ordinariamente de surpresa, e sempre com tremenda algazarra, saindo dos sangradouros e ribeirões, em pequenas canoas de oito a dez tripulantes, depois de terem vigiado longamente as frotas e medido as próprias possibilidades e as do adversário. Utilizavam arcos e flechas, e principalmente breves lanças muito agudas, com que feriam, ora de perto, ora de arremesso. Empenhavam-se, durante os combates, em molhar as armas de fogo dos seus inimigos, sabendo que, por essa forma, se livravam do dano que delas podiam receber. Escolhiam, de preferência,

³¹² Ibid., pp.129-30.

³¹³ Ibid., p. 129.

³¹⁴ Ibid., p.129-30.

³¹⁵ Ibid., p. 97.

nas suas investidas, sítios onde a navegação era mais dificultosa para as canoas de comércio. Às vezes, entretanto, ousavam dar combate às frotas na própria madre do rio Paraguai – como ocorreu em 1726, quando assaltaram e destroçaram a monção em que ia o regente das minas, João Antunes –, mas tais casos constituíam verdadeira raridade, e só se davam quando a vantagem era absolutamente manifesta³¹⁶.

Seus métodos de assaltos, embora se diferenciasssem dos guaicurus, eram similares aos dos caiapós. Nada para além disso se sabia sobre eles. Sendo assim, porque os paiaguás não se confundiriam com os outros povos? Segundo Sérgio Buarque de Holanda, até o assombroso assalto de 1725, ninguém sabia que povo era este³¹⁷. Os conflitos se intensificaram nos anos seguintes levando a outras perdas vultuosas, como o da comitiva onde se encontrava o ouvidor Antonio Alves Lanha Peixoto, perdida sob um ataque que rendeu aos indígenas sessenta arrobas de ouro³¹⁸. As viagens de monções, temerosas de assaltos, tornaram-se a imagens de comboios de canoas armados e em prontidão para a defesa³¹⁹. A viagem pelos seus perigos imprevisíveis, a dificuldade prevista, e a necessidade de resistência do corpo frente a noites mal dormidas e alimentação intermitente, nos revelam a imagem de um terror psicológico em que somente com muito esforço se abstraía dos infortúnios para fruir prazeres da monotonia da rotina e da paisagem do Brasil central.

Guaicurus e caiapós foram povos suficientemente temidos e de território abrangente para propagar-se a notícia do conflito com os indígenas nas fronteiras. Considerando a dúvida estabelecida por falta de evidências sobre a existência dos paiaguás, qual seria a razão de sua fama se estes dois povos já eram suficientemente temidos? Documentos insistiam em reservar aos paiaguás a opacidade de seus hábitos e origem, concedendo a eles apenas o retrato preciso do caráter feroz no combate à canoa. O surgimento precipitado deles em 1725 sem que fosse a eles designado de imediato um nome, as grandes perdas que suscitaram no comércio, e a fama de exímios na navegação da canoa fizeram deles uma “esfera de espelho” capaz de refletir toda imaginação sertaneja, fertilizada pela impotência de se estar em paz durante a navegação.

No fim do século XVIII os assaltos diminuem, e se comentava que os ainda desconhecidos paiaguás vinham sendo pressionados pelos guaicurus. Os paiaguás desaparecem, coincidindo com a decadência das monções de povoado.

³¹⁶ Ibid., p. 139.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Ibid., p. 97.

³¹⁹ Ibid., p. 139.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme informamos na Introdução, expusemos os procedimentos metodológicos com certo didatismo para fim de justificar sua escolha nesta investigação. Sentimo-nos encorajados desde o início do mestrado, e, mais do que isto, entusiasmados, pela perspectiva de crítica do texto que Roland Barthes idealizou através da ideia de “plural do texto”. Tal método era estritamente histórico, no sentido de que a crítica, ao dissertar sobre a globalidade do texto, fala de sua linguagem, localizada na história. Buscamos realizar isto, mas ancorados em um “velho conhecido”: Michel Foucault, filósofo já muito aclimatado pelos historiadores brasileiros. A crítica do texto de Roland Barthes e o método “arqueológico” de investigação histórica foram postos para funcionar juntos. Lendo *Monções* com estes dois subsídios teórico-metodológicos, expandimos o “rizoma” do livro, dissertando sobre “o livro, a obra e o autor” sob o ponto de vista de suas histórias por uma via pouco trilhada por historiadores, que surge no momento em que nenhum destes três é o objeto de análise, mas a linguagem que cria tensão entre estes três elementos.

Entendemos que, devido à investigação crítica de *Monções* que privilegia a evidência de seus “códigos narrativos”, a dispersão da análise, fato inquietante numa investigação, adquire valor de positividade. Segundo o “plural do texto”, a profundidade de nossa leitura do texto dependerá do conhecimento dos códigos narrativos de sua linguagem, isto é, como o texto se intercala na história.

Conhecer o “plural do texto” é um caminho duplo, visto que a leitura do texto desvela os códigos narrativos segundo a lógica de “arquivo” que o autor e a obra antepõem sobre o livro, e a literatura atrelada à historicidade do livro ensina sobre os sentidos do conteúdo do seu texto. A leitura sob estes critérios assemelha-se a um caixa escura contendo um objeto que permite ser manipulado por duas aberturas em que os braços encaixam. Detido o objeto nas mãos, ele tem sua dimensão alterada, e o que se sabe sobre ele se dá apenas pela sensibilidade de tato das mãos. Esta alegoria serve para ilustrar o quão importante é o processo dedutivo e a dispersão da investigação acompanhando o ritmo em que os códigos narrativos do texto adquirem “formas complexas”, permitindo uma leitura indiciária deles. O método crítico que buscamos nos valer foi uma via que encontramos e pela qual procuramos conceber historicamente a linguagem do texto.

Esta pesquisa partiu do exercício de fazer da leitura de um livro o roteiro de uma pesquisa. Fragmentária, a ordem de exposição desta investigação seguiu o sentido de expor

historicamente o contexto intelectual e as circunstâncias epistemológicas de *Monções*. Apresentamos a dissertação em cinco capítulos, ou melhor, seis se contarmos a exposição metodológica da Introdução. O Capítulo I foi onde expusemos a importância na obra de Sérgio Buarque de Holanda da metáfora como interpretação histórica, e o sentido cosmológico que adquire a metáfora de aventureiro em sua obra. No Capítulo II, recuamos no tempo e dissertamos sobre as teses racialistas, do evolucionismo ao culturalismo, dando ênfase no final a três historiadores: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Neste capítulo, apresentamos por várias faces como o *mestiço* foi constituído na história intelectual do Brasil enquanto um código narrativo. A manifestação deste código aparece quando Sérgio Buarque de Holanda implica um traço singular no conceito de fronteira que concebe em sua obra. A relação entre o *mestiço* enquanto código narrativo e o conceito de fronteira de Sérgio Buarque de Holanda nós expusemos no Capítulo III. “Fronteira” é um conceito que acompanha toda a sua obra, e que desenvolveu um sentido social específico em *Monções*, pesquisa em que Sérgio Buarque de Holanda destacaria sobre os hábitos “de fronteira” o “pragmatismo” da vida social do habitante do Brasil colonial, atribuindo a ele o sentido amplo que abrange a longa duração da história colonial. Continuamos a investigação do “pragmatismo” no Capítulo IV, contudo, fizemos isto indiretamente, pois este capítulo está dedicado a apresentar a elaboração literária da paisagem brasileira como código narrativo da formação histórica do Brasil. No capítulo V, acompanhamos a paisagem brasileira testemunhada por intelectuais que buscaram interpretar os múltiplos indícios que conectam o presente com o passado colonial. Elemento privilegiado no enfoque do testemunho de intelectuais “em viagem”, neste capítulo a cultura popular é ligeiramente tratada por nós naquilo que ela conecta-se com a expressão da paisagem. Alguns tópicos desenvolvidos neste Capítulo não puderam ir além de uma introdução ao assunto, o que insinua para uma pesquisa em via de se expandir. Estes são alguns fios desencapados” da dissertação que poderão ser resgatados com a continuidade desta pesquisa numa próxima etapa. Já no fim deste capítulo, buscamos compreender o lugar da cultura popular em *Monções*, assunto que, embora não figure central entre as suas ocupações de pesquisador, se desdobra numa face luminosa dos seus estudos dos costumes e técnicas do Brasil colonial.

Não esgotamos a investigação do “plural do texto” nesta dissertação. A alimentação, as pragas e as operações de comércio, assuntos muito tratados em *Monções* não foram investigados neste nosso estudo. Fica este vazio na pesquisa, contudo, pedimos que o leitor nos exima de uma repreensão, e compreenda junto a nós que o interesse na leitura não precisa se ater à possibilidade de esgotar o seu texto.

Vimos que analisar o livro *Monções* seria traçar o panorama da história intelectual onde ele esteve inserido. Lê-lo foi, conforme adiantamos na introdução, buscar entender o que um artefato de 1945 comunica para seu manipulador, em 2017. Os contextos intelectuais estão distanciados, e a nossa compreensão da linguagem do livro depende de nosso conhecimento da história da epistemologia desse período histórico. Essa forma de encarar nos leva a atualizar o livro no indeterminado, que vê os seus assuntos e suas tensões a serem comparadas com os debates e tensões intelectuais de uma mesma história avançada em 72 anos. Este processo de compreensão do texto pela evidência da alteridade de nossa linguagem com a dele gera uma consequência que entendemos ser positiva. Com o decurso completo da experiência de investigação do livro, sentimos os efeitos de incomunicabilidade, que já esperávamos manifestar visto o contexto de produção do livro e do leitor estarem afastados pela história. Conforme percebemos por este contraste, as teses racialistas, centrais nesta época, desapareceram do debate brasileiro, passando a ser desarticulado o *mestiço* enquanto um código narrativo da “questão nacional”; talvez sintomático disso está a inoperância atualmente do conceito de fronteira de Sérgio Buarque de Holanda, invenção prodigiosa de sua inteligência, e que hoje não inspira mais interpretações do Brasil. Outros temas na obra de Sérgio Buarque de Holanda, como a coisa pública e o uso comunal no Brasil, a degradação ambiental na história, o genocídio, e a cultura popular pela cosmologia de sua linguagem, se encontram em franco debate em nossa atualidade, mostrando a emergência de novos códigos narrativos na história intelectual do Brasil e a longa vida da paisagem brasileira enquanto código narrativo.

Devido à posição de inflexão da obra de Sérgio Buarque de Holanda numa história intelectual que se transforma tornando aspectos centrais dela carregados de uma linguagem de outro tempo, acreditamos que esta dissertação evidencia a contribuição da obra deste autor para os debates que consideramos importantes hoje, e nos explica porque ideias que hoje rejeitamos foram valiosas neste contexto da história intelectual do Brasil.

Esta dissertação é resultado do envolvimento de familiares, amigos, professores, arquivistas, secretários, bibliotecários e funcionários da USP. A eles faço meus **AGRADECIMENTOS**:

À Suzana, André e Sofia, meu núcleo familiar, pelo carinho, subsídio e confiança;

À equipe de limpeza dos edifícios do IEB e FFLCH por garantirem a higiene dos espaços onde passei longas jornadas;

À equipe do Restaurante Universitário pela excelente nutrição que oferecem;

Aos bibliotecários da FLORESTAN FERNANDES e da MINDLIN;

Aos arquivistas dos Arquivos IEB-USP e SIARQ-UNICAMP;

À secretaria de pós-graduação do IEB, especialmente a Chris e a Daniele;

Ao orientador desta pesquisa Dr. Paulo Teixeira Iumatti, que partilhou do meu entusiasmo e dispôs a mim de muitas reuniões para acompanhar a pesquisa;

À professora Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias, pela minha formação de historiador e pela leitura com anotações de minha pesquisa, das quais pude aproveitar para a elaboração da versão corrigida;

À professora Dra. Claudia Amigo Pino, por me apresentar Roland Barthes;

À professora Dra. Telê Ancona Lopez ao professor Dr. Thiago Lima Nicodemo, pela qualificação;

A todos que participaram da revisão do texto, minha irmã Sofia Lotti, minha avó Maria Eugênia, Paulo Teixeira Iumatti, Alexandre Lopes;

Ao Pedro Beresin e ao Renato Cury, amigos cultos que nunca esmorecem diante de um pensamento;

Aos meus colegas da Faculdade de História Daniel Grecco Pacheco e Silvia Alegre;

Aos colegas do IEB e da FFLCH, que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho;

Aos amigos de longa jornada que contribuíram com amizade, boemia e muito diálogo, sem a qual não há motivação para o trabalho: Pedro Afonso, Paulo Caputo, Alexandre Lopes, Paula Bissoli, Marcela Vieira, Ludymila Louise, Fabio Ralston, Simone Paz, Rosimary Araujo, Lena Hamburger, Pedro Hamburger, Sônia Hamburger, Maria Helena, Felipe Fontes, Felipe Zveibil e Pedro Paulo Coelho.

REFERÊNCIAS³²⁰:

BIBLIOGRAFIA DE APOIO:

BARTHES, Roland. *Le Plaisir du Texte*. Paris: Editions du Seuil, 1970.

_____. *Rumor da Língua*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2012.

BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões: processo de mercantilização de São Paulo colonial, 1680-1721*. São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutorado em História Social, 1995.

BLUMENBERG, Hans. *Paradigmas para una Metaforología*. Ed. Madrid, 2003.

BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2004.

BOTELHO, André. “A viagem de Mário de Andrade à Amazônia entre raízes e rotas”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: n. 57, p. 15-50, dez. 2013.

BRAUDEL, Fernand. *Il Mediterraneo*. Milano: Ed. Tascabili Bompiani, 2016.

CASSADEI, Eliza Bachega. “As diferentes noções de código narrativo na obra de Roland Barthes: as translações de sentido em um conceito”. *Revista Estudos Semióticos*, V. 8, n. 1. USP-FFLCH: julho 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “Introdução: Rizoma”, in: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Negação das negações”. In: MONTEIRO. Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Ed. Da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 8º edição. Ed. Forense, 2012.

³²⁰ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

_____. "O que é um autor?", *Bulletin de la Societé Française de Philosophic*, 63º ano, no 3, julho-setembro de 1969, ps. 73-104. (Societé Française de Philosophie, 22 de fevereiro de 1969; debate com M. de Gandillac, L. Goldmann, J. Lacan, J. d'Ormesson, J. Ullmo, J. Wahl.)

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *Um Outro Olhar: etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado/UNICAMP, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: ed. Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, n. 1, 1988, Pp. 5-26.

JUTGLA, Cristiano Augusto da Silva. *Lírica e autoritarismo em A rosa do povo, de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Tese, FFLCH-USP, 2008.

LAFETÁ, João Luiz. 1930: A crítica e o modernismo. São Paulo: Ed. 34, 2001.

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

LIMA, Felipe Victor. *Literatura e Engajamento na Trajetória da Associação brasileira de Escritores (1942-1958)*. São Paulo: FFLCH, Tese de Doutorado, 2015.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2003.

IUMATTI, Paulo Teixeira. "Um viajante e suas leituras". In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. N° 1 ano XLIII, 2007.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Ed. Da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima. “O Cânone da Impermanência”, in: *Revista IEB*, n. 49, mar/set, 2009.

_____. “Os planos de Historicidade na Interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *História e Historiografia*. Ouro Preto: n. 14, 2014.

_____. “Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil”. In: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. MARRAS, Stelio (org.). São Paulo: EDUSP; IEB, 2012.

REIS, Zenir Campos. “O mundo do trabalho e seus avessos” [1985] In: *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ed. Ática, Org. Alfredo Bosi, 1992.

REIS FILHO, Nestor Goulart. “Sobre o sementeiro e o ladrilhador”. In: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. MARRAS, Stelio (org.). São Paulo: EDUSP; IEB, 2012.

RONCARI, Luiz Dagobert de Aguirra. *O Brasil de Rosa* (mito e história no universo rosiano). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

RUFINONI, Simone Rossinetti. “A lira esfacelada do poeta”. In: *Língua e Literatura*, n. 22, p. 155-168, 1996.

SALLUM Jr, Brasílio. “Sobre a Noção de Democracia em *Raízes do Brasil*”. In: *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. MARRAS, Stelio (org.). São Paulo: EDUSP; IEB, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é a Literatura?*. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. “Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 26, N° 52, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Ed. Cia das Letras, 1988.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. “A sociologia no Brasil”, in: *Revista de Sociologia da USP*, V. 18, n. 1. 2006.

_____. “Literatura e Subdesenvolvimento”, In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2011.

TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SILVA, Uvanderson Vitor da. *Velhos Caminhos, Novos Destinos: migrante nordestino na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo, FFLCH, DM, 2008.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na Órbita dos Filipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a união ibérica (1580-1640)*. São Paulo: USP, Doutorado em História, 2010.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Ed. UFMG, 2000.

FONTES

ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Ed. Livraria Briguiet, 1930.

ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró Memória, 1981.

_____. *Os Cocos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1984.

_____. *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1976.

_____. *Poesias Completas*. São Paulo: Ed. Itatiaia – EDUSP, 1987.

BARROS, Leandro Gomes de. *O Boi Misterioso*. Recife: Ed. S.N., 1948.

BOPP, Raul. *Poesia Completa de Raul Bopp*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympo, 2013.

BRAGA, Rubem. *O Conde e o Passarinho*. Rio, Fevereiro, 1935. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 3ª edição, 1964.

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares (1630-1695)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1947. (primeira edição 1944).

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica “O Cruzeiro”, 1946.

CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.

_____. *Os Sertões*. São Paulo: editora UBU e SESC Edições, 2016.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Ed. Global, 2006.

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Ed. Global, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Cia das Letras. São Paulo: 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. “Corpo e Alma do Brasil: ensaio de psicologia Social”. In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011.

_____. “Economia Colonial I” in: *Sérgio Buarque de Holanda: Escritos Coligidos I*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

_____. *Monções*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

_____. “O Índio no Brasil” [originalmente publicado em *Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, abril, 1940] in: *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011.

_____. “O mito do Século XX”. In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011.

_____. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”. In: MONTEIRO. Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Ed. Da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. “O problema da cultura”, in: *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. V.1. São Paulo: Ed. UNESP: Fund. Perseu Abramo, 2011.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MACHADO, José de Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Ed. Livraria Martins, 1955.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: ed. Hucitec/ed. Polis, 1984.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Duprat-Mayença, 1928.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1965.

RAMOS, Artur. “Prefácio da 1ª Edição” (1937) In: *As Culturas Negras no Novo Mundo*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1988.

_____. *Viventes do Alagoas*. São Paulo: Editora Martins, 1967. (Obra póstuma, 1ª edição, 1962).

RÊGO, José Lins do. *Fogo Morto*. Rio de Janeiro: José Olympo editor, 1997.

_____. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1976.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1942 (2ª edição).

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Ed. Nova Aguilar, 1994.

_____. *Sagarana*. Rio de Janeiro, ed. Universal, 1946.

TAUNAY, Afonso Escagnolle de. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Tomo I. São Paulo: tipografia Ideal, 1924.

VALÉRY, Paul. *Variedades*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 1991.

DOCUMENTOS E ARQUIVOS CONSULTADOS:

- ARQUIVO DO IEB:

Coleções Particulares de Caio Prado Júnior, Mário de Andrade, João Guimarães Rosa.

- SIARQ-UNICAMP:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23 ago.1929. 1p. (artigo escrito em Berlim). SIARQ, Pi 26 P13.

_____. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 fev.1930. 1p. (artigo escrito em Berlim) SIARQ-UNICAMP, Pi 38 P13.

_____. "Quinze anos depois", *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02 abr.1930. 2p. (artigo escrito em Berlim). SIARQ, Pi 47 P13.

_____. "Nacionalismo e monarchismo na Allemanha", *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02 abr.1930. 2p. (artigo escrito em Berlim). SIARQ-UNICAMP, Pi 43 P13.

_____. Conferência proferida em 1954 durante o "IX'emes Rencontre Internationales de Genève", intitulada "Le Brèsil Dans la vie Americaine". SIARQ-UNICAMP: Coleção SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 23p. Pi 173 P17

_____. "Breve História de meio continente", orig.datil. c/anot.ms. 27p. SIARQ-UNICAMP, Pi 184 P19

SIARQ-UNICAMP: Coleção SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, Doc. Pi 166 P17.

- BIBLIOTECA NACIONAL (hemeroteca digital);
Jornais.

- BIBLIOTECA MINDLIN.
Primeiras edições de Livros.